



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

LOURIVAL LUIZ DOS SANTOS JUNIOR

**TERRITÓRIO, MEDOS E MUROS:
Os Redutos de Segurança em Casa Forte**

Recife

2018

LOURIVAL LUIZ DOS SANTOS JUNIOR

**TERRITÓRIO, MEDOS E MUROS:
Os Redutos de Segurança em Casa Forte**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia - PPGeo da Universidade Federal de Pernambuco, Área de Concentração Regionalização e Análise Regional, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida

Recife

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S237t Santos Junior, Lourival Luiz dos.
Território, medos e muros : os redutos de segurança em Casa Forte / Lourival
Luiz dos Santos Junior. – 2018.
112 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2018.
Inclui referências.

1. Geografia. 2. Violência urbana. 3. Medo. 4. Segurança. 5. Bairros. 6. Casa Forte (Recife, PE). I. Almeida, Nilo Américo Rodrigues Lima de (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-295)

LOURIVAL LUIZ DOS SANTOS JUNIOR

**TERRITÓRIOS, MEDOS E MUROS:
Os Redutos de Segurança em Casa Forte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em: 30/08/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida (Orientador –
Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.º Dr. Alcindo José de Sá (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Bruno Maia Halley (Examinador Externo)

A minha mãe Ivanir da Silva Santos (*in memória*).

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Ao longo do tempo tive a oportunidade em realizar a leitura de alguns trabalhos acadêmicos. O segmento mais subjetivo de todo o trabalho, não resta dúvida, são os agradecimentos como sendo destituído de um rigor academicista, dentro de um fazer ciência em vários momentos que tenta veementemente retirar a emoção do trabalho acadêmico, como se essa realidade fosse possível. Diante dessa razão e emoção nos guiando a todo instante, o encontro com alguns “corpos”, ao longo da confecção do trabalho, foi imprescindível para a realização desse momento. Por isso, a necessidade do agradecimento.

Aos familiares pela educação, valores repassados ao longo da minha vida em especial a minha mãe Ivanir, além de tudo, pela coragem e resistência. A minha irmã Elma Andrade, pelo apoio em vários momentos. Um agradecimento a Cassandra Leite e a sua mãe Sandra Oliveira pelo apoio e afeto em alguns momentos.

Aos amigos de graduação e da vida: Daniel Raposo, João Gabriel, Francisco Tavares, Thiago Santa Rosa e ao amigo de infância Daniel Rodrigues, pela cumplicidade, pelo incentivo e risos ao longo da convivência. Além desses, minha companheira de biblioteca, dos debates esclarecedores, a doutoranda em Geografia Zenis Freire. Um agradecimento ao amigo de todos, o alvirrubro Eduardo Veras, secretário da pós-graduação em Geografia da UFPE, pela sua eterna disposição e solidariedade para com todos.

Um especial agradecimento ao grande geógrafo e amigo Bruno Maia Halley, a sua prestigiosa solidariedade acadêmica, contribuindo de maneira substancial para descortinar o medo em Casa Forte. Um agradecimento aos Campos realizados, ao despertar do sentimento de medo no bairro e a afetividade pela cidade do Recife, sua moldura líquida. Minha percepção não é a mesma a partir desse momento.

Além desses, ao professor orientador Nilo Américo, pelas suas contribuições para a realização do trabalho.

Aos espíritos de luz, a Xangô, a Oxum e a Oxalá um salve!

O viajante que chega a Recife por mar ou trem
Não é recebida por uma cidade escancarada a sua admiração
A espera dos primeiros olhos gulosos de pitoresco ou de cor
A nenhum a cidade se entrega imediatamente
Seu melhor encanto consiste mesmo em deixa-se conquistar aos poucos
É uma cidade que prefere namorados sentimentais a admiradores imediatos.

(Trecho do Livro guia Prático Histórico e Sentimental do Recife
Gilberto Freire).

RESUMO

O medo generaliza-se no imaginário e na forma urbana, reproduzindo um quadro de insegurança coletiva, com as “casas fortes” se multiplicando pela cidade. No Recife, o emanar de “edifícios-claustros”, ruas privatizadas, mansões e condomínios fechados, tecnicamente fortificados por guaritas, muros altos, cercas, espelhos e câmeras de vigilância, parece associar-se com espaços analogicamente opostos, estigmatizados como lugares do medo/insegurança. São recortes tofóbicos da cidade materializados em ruas escuras, becos, terrenos baldios, casas abandonadas, morros e comunidades pobres existentes à beira de rios. Situado na Zona Norte do Recife, o bairro de Casa Forte externa em sua paisagem e no sentimento dos seus moradores mais abastados essa realidade paradoxal, com muros materiais e imateriais erguidos a todo momento, intensificando estigmas, medos e estranhamentos. As dimensões concretas e simbólicas desta geografia do medo serão esmiuçadas, tomando como análise os temores e claustros de Casa Forte, aqui apreendido como um “bairrofobia”.

Palavras-chave: Medo. Bairro. Topofobia. Casa Forte. Segurança.

ABSTRACT

Fear generalizes in the imaginary and in the urban form, reproducing a context of collective insecurity, with the "strong houses" multiplying by the city. In Recife, the emanation of "cloistered-buildings", privatized streets, mansions and gated community, technically fortified by guaritas, high walls, fences, mirrors and surveillance cameras, seems to associate with analogically opposite spaces, stigmatized as places of fear /insecurity. They are topophobic cuts of the city materialized in dark streets, alleys, vacant lots, abandoned houses, hills and poor communities on the riverside. Located in the North Zone of Recife, the neighborhood of Casa Forte, outside in its landscape and in the feeling of its wealthiest residents this paradoxical reality, with material and immaterial walls erected at all times, intensifying stigmas, fears and strangeness. The concrete and symbolic dimensions of this geography of fear will be analyzed, taking as analysis the fears and cloisters of Casa Forte, here apprehended as a "phobia-neighborhood".

Keywords: Fear. Neighborhood. Topphobia. Casa Forte. Recife.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - No mês de agosto de 2017 foram registrados cerca de 413 homicídios no estado de Pernambuco, evidenciando o declínio das forças do governo em conter a violência no estado e uma barbárie instalada29**
- Figura 2 - Número de assaltos a ônibus na cidade do Recife contabilizados do início do ano até os primeiros dias do mês de setembro de 2017.....35**
- Figura 3 - Mapa de localização do Conjunto Urbano de Casa Forte.....58**
- Figura 4 - Na mesma figura os diferentes tempos presente no bairro: a edificação da antiga Casa Grande do “Engenho da Casa Forte”, (atualmente o “colégio da Sagrada Família”), ao fundo condomínios residenciais construídos mais recentemente59**
- Figura 5 - Condomínio Casa Grande das Ubáias. Na imagem chama a atenção o nome do edifício, atrelado as primeiras ocupações do bairro, advinda das memórias evocadas da colonização, onde existia um reduto senhorial do açúcar.....60**
- Figura 6 - Antiga casa de Arrabalde localizada nas proximidades do bairro da Jaqueira, nos arredores do bairro de Casa Forte, voltando-se inteiramente em direção ao rio Capibaribe61**
- Figura 7 - Os primeiros momentos da Praça de Casa Forte, cujo projeto paisagístico pertencente ao arquiteto Burle Marx, construída na “antiga campina” do engenho. A imagem retrata o “espelho d’água” e uma ampla vegetação tropical presente nos arredores do local63**
- Figura 8 - Shopping Plaza Casa Forte construído em 1998. Torna-se um símbolo das transformações engendradas no bairro para atender a demanda consumidora de Casa Forte e circunvizinhança.....64**
- Figura 9 - Edifício nas bordas da Praça de Casa Forte. Além das grandes de segurança, apresenta construções de tempos diferenciados, os edifícios novos estampando modernidade e as antigas casas de arrabaldes dos séculos pretéritos.....65**
- Figura 10 - Academia de alto padrão “Clube 17”, localizada na Avenida 17 Agosto. Contém uma ampla infra-estrutura, uma materialidade/símbolo da negação do espaço mais aberto, o espaço público, além do sentido elitista nas formas do empreendimento66**
- Figura 11 - Banco de alto padrão localizado na Avenida “17 de Agosto”. A agência**

estabelece uma renda mensal elevada para abrir uma conta e tornar-se um cliente com serviços exclusivos, devido ao seu poder de consumo	68
Figura 12 - Casa comercial de alto padrão situada na Avenida 17 de Agosto. Na loja de acessórios residencial há algumas Palmeiras Imperiais utilizadas como meio paisagístico de distinção social. “Pallazeto sua casa seu palácio”, esse slogan apresentado na fachada	69
Figura 13 - A Praça de Casa Forte no período mais atual, materialidade símbolo do bairro, seu “coração simbólico”. O local Contribui para reafirma o sentido elitista presente nesse fragmento urbano	72
Figura 14 - O “Beco da B” nas proximidades da Praça de Casa Forte, trajeto entre um edifício residencial, a esquerda, e uma área militar à direita. De um lado flores e do outro uma cerca hostil.....	74
Figura 15 - Ponte entre o bairro de Santana (vizinho à Casa Forte) e a comunidade Santa Luzia – bairro da Torre. Observa-se pedestres, ambulantes e um motociclista na margem esquerda do rio Capibaribe, nas imediações do Parque de Santana	75
Figura 16 - Rio Capibaribe suas águas e seus meandros ainda contendo uma vegetação exuberante. As águas limitam duas realidades distintas: o sentido senhorial elitizado do bairro de Casa Forte e as comunidades pobres existentes no entorno	76
Figura 17 - Comunidade Santa Luzia situada no bairro da Torre. Observa-se uma ponte de pedestre sobre o rio Capibaribe, entre as palafitas e os bairros de Santana e Casa Forte, na outra margem do curso d’água.....	77
Figura 18 - Edifício Carmel Park, situado na Avenida 17 de Agosto e seus símbolos de distinção social distinção social e segurança: guarita imponente, câmeras de vigilância, grades e um muro alto.....	78
Figura 19 - Concertina elétrica em Casa Forte, verdadeiras “trincheiras de guerra”, cerca de segurança em cima dos muros residenciais, são formas materiais hostis no território	79
Figura 20 - Residência completamente fechada, estampando uma “concertina”, uma cerca em frente à residência, objetos pontiagudos, tapumes isolando qualquer visão tanto de dentro da residência para o exterior, quanto no sentido inverso	82
Figura 21 - residência abandona a alguns metros da praça de Casa Forte, a vegetação em frente da moradia remete a um espaço propício para esconderijo de	

criminoso além das atividades ilícitas, uma imagem topofóbica	85
Figura 22 - Mapa de intensidade de medo, de acordo com a área, no conjunto urbano de Casa Forte.....	86
Figura 23 - Terreno baldio nas proximidades do parque Santana, apesar do aspecto de abandono, com entulhos e lixo além de uma vegetação presente no local, com isso ideal para a prática dos mais diversos crimes. Contudo, em horários específicos apresenta um fluxo	87
Figura 24 - Passagem de pedestre, uma ponte entre o conjunto urbano de Casa forte na margem esquerda do rio Capibaribe e a margem direita comportando o bairro da Iputinga	88
Figura 25 - Comunidade do alto do Mandu alocada nos morros que circundam a área de estudo, nas proximidades do encontro entre a Avenida 17 de agosto importante via do conjunto urbano de Casa Forte e a estrada do arraial.....	89
Figura 26 - Placa alertando sobre os perigos ao cair a luz do dia, necessitando de uma maior identificação dos indivíduos nesse período do dia, inseridos no portão principal de acesso do edifício Cristalle nas Proximidades do espaço topofóbico do Beco da B	90
Figura 27 - Rua sem saída: “Azevedo Soares” no bairro do Poço da Panela, denominado de Residencial Casa Forte. Encontra-se obstruída a entrada com portões, guaritas e vigilantes	93
Figura 28 - O estabelecimento comercial “Capibar” as margens do rio Capibaribe e estampando como parte da ornamentação do local, o lixo retirado do próprio rio	100
Figura 29 - Futebol praticado na comunidade localizada no “Poço da Panela”, nas margens do muro líquido, o Capibaribe. Corpos em comunhão ao redor da prática esportiva, evidenciando contornos aos muros erigidos em Casa Forte	102

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA: AS CIDADES AMEDROTADAS E MURADAS.....	17
2.1	O conceito de território a sua relevância para o entendimento dos fenômenos da violência, medo e fragmentação espacial.....	17
2.2	A ascensão da violência nas cidades brasileiras e na cidade do Recife e suas diferentes manifestações	28
2.3	De condição humana à condição geográfica: O medo e seus rebatimentos territoriais	35
2.4	Segurança/liberdade - uma difícil associação e os muros das cidades: vivemos emparedados no medo.....	43
3	DESENCATELANDO CASA FORTE: UM “BAIRROFOBIA” À LUZ DA FORMAÇÃO URBANA DO RECIFE – AS ESCALAS DO MEDO NO TERRITÓRIO.....	50
3.1	Casa Forte: revisitando um reduto senhorial do Recife – do engenho ao arrabalde.....	50
3.2	Geografando um “bairro elitizado e seus paradoxos: entre o “status” e a pobreza	57
3.3	Do centro aos limites, as escalas do medo num “bairrofobia”: uma geografia do medo em casa forte	70
4	TERRITÓRIOS E MEDOS: GEOGRAFANDO O MEDO E A VIDA EM CASA FORTE– UM BAIRRO ÀS MARGENS DO CAPIBARIBE.....	83
4.1	Os “espaços do medo”: os becos, terrenos baldios, as casas abandonadas, As pontes e a beirada do rio, os morros e o esvaziamento das ruas em Casa Forte	83
4.2	Os “territórios” de Casa Forte: as ruas sem saídas, os edifícios residenciais e as casas comerciais “protegidas” por muros, câmeras, cercas, guaritas e vigilantes	91
4.3	Os “espaços da vida”, as resistências ao medo no bairro de Casa Forte e nas comunidades às margens do Capibaribe	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
	REFERÊNCIAS	108

1 INTRODUÇÃO

No instante em que o indivíduo se lança em direção ao ato de pesquisar é comum, indiferentemente a ciência a qual faz parte, se deparar com inúmeros obstáculos, dificuldades, muros, medos durante o processo investigativo. O ato de pesquisar exige o movimento contínuo em se debruçar em direção a realidade escolhida. Por outro lado, para essa realidade se concretizar faz-se necessário lançar mão de conceitos, teorias, um arcabouço teórico-metodológico que conduza a explicitar a realidade eleita, nesse caso os rebatimentos territoriais do medo e da insegurança no bairro de Casa Forte na cidade do Recife.

A labuta intelectual da pesquisa em vários momentos é árdua, até mesmo porque o ato de pesquisar exige esforço, paciência, instrumentos, ferramentas, conceitos, não possuindo receituário pronto e acabado. A pesquisa funciona como um verdadeiro “artesanato intelectual”, para realizar tal feito, em muitos instantes são emprestadas ideias, pensamentos de outros (CRUZ, 2010). Uma tarefa nada simples.

Diante disso, a presente pesquisa pretende debruçasse em compreender o medo na cidade, a partir da construção de uma “geografia do medo”, um território que se apresenta fragmentado a partir do fechamento dos segmentos mais opulentos economicamente no conjunto urbano de Casa Forte, localizado na Zona Norte do Recife. Compreende-se por essa área os bairros de Casa Forte, Santana, Monteiro, Poço da panela, Parnamirim e Apipucos. Esses dois últimos bairros são considerados de maneira mais superficial, pois segundo a percepção obtida durante os trabalhos de campos realizados, são mais bem constituídos enquanto fragmento distinto em relação ao bairro de Casa Forte.

Outras ciências caminharam na direção de aperfeiçoar e debater as questões dessa temática como a sociologia, psicologia e ainda a antropologia, contudo, a geografia ainda “caminha a passos tímidos” nesse respeito. O medo tem transformado as cidades em verdadeiras fobópoles, e seus recantos reforça mais e mais a construção do “bairrofobia”. Devido à ubiquidade desse sentimento, disseminado no espaço urbano, há uma necessidade em compreendê-lo¹, pois, tem produzido modificações nas formas territoriais, alterando hábitos e usos do espaço urbano,

¹ O medo é uma reação emocional negativa devido a alguma experiência relacionada ao um fato violento ou uma simples possibilidade de ocorrência considerada pelo indivíduo.

negando-se a partir dessa realidade o espaço público. Diante dessa realidade, segmentos da população utilizam técnicas de distanciamento no intento de evitar o contato com o “outro”, produzindo muros, limites cada vez mais precisos (SOUZA, 2008).

Conforme Caldeira (2011) há um processo desencadeado em diferentes cidades espalhadas pelo mundo nas quais os indivíduos fecham-se para o espaço público, tendo sua vivência nos espaços privados, protegidos nos “enclaves fortificados” ou nas “casas fortes”. Esses espaços constroem os locais que possuem um clamor forte por segurança, são utilizados na esteira de uma realidade na qual existe uma curva ascendente, não somente de índices de crimes nas cidades, fatos concretos, mas de uma situação imaginada pelas mentes férteis dos cidadãos. Nesse sentido, os locais escuros, esquisitos e ermos, entre outros fatores espaciais, condicionam o pânico urbano, materializando uma geografia do medo na cidade.

Em diferentes momentos, a constituição da sociedade acontece inexoravelmente concomitante ao espaço material, como um híbrido, (SANTOS, 2008). Dessa feita, é investigando o território que a ciência geográfica poderá contribuir na discussão sobre a produção da insegurança, dos muros urbanos e fragmentação urbana na cidade. Ademais, quais são as formas territoriais que estão sendo observadas atualmente nas cidades? O que nos diz sobre a existência humana nos centros urbanos brasileiros e no bairro de Casa Forte localizado na Zona Norte do Recife? Quais os rebatimentos territoriais ocasionado pela produção de muros, insegurança numa cidade cada vez mais fragmentada?

Segundo Tuan (2005) o sentimento de medo generaliza-se no imaginário e na forma urbana, reproduzindo um quadro de insegurança coletiva na cidade. Dificilmente encontrar-se-á alguém que escape à essa realidade. Fatores inerentes à existência humana no tocante à insegurança misturam-se aos infinitos temores da imaginação, delimitando “topofobias”. As cidades brasileiras intensamente segmentadas, desiguais, convivem com a banalização da violência, das redes do tráfico de drogas, dos crescentes homicídios, furtos e roubos, aos inconvenientes com vizinhos, parentes e desconhecidos. Neste quadro, memórias e experiências cotidianas vão desenhando uma realidade material e simbólica do medo, com a naturalização de reclusões, negações públicas.

As “casas fortes” se multiplicam pelas cidades “resguardando” os medos dispersos das pessoas e famílias. No Recife, o emanar destes objetos (“edifícios-

claustros”, ruas privatizadas, mansões, condomínios fechados, shopping-centers...), tecnicamente fortificados por aparatos de segurança (guaritas, muros altos, cercas, espelhos, câmeras de vigilância), parece associar-se com espaços analogicamente opostos, estigmatizados como lugares do medo/insegurança recortes tofóbicos da cidade.

Lado a lado aos claustros urbanos, uma geografia de ruas escuras, becos, terrenos baldios, casas abandonadas, morros e comunidades pobres existentes à beira de rios, perfazem o espaço recifense, construindo também um imaginário do medo associado aos “contra-usos” praticados em tais lugares, expressos inclusive no vocabulário popular dos cidadãos. São “toponímias do medo”, vernáculos de geografias marginais, transmitidos por um sentimento real e imaginário: “beco da fuga”, “caminho do estupro”, “rua do assalto”, “da zuada”, “boca de fumo”. Outras toponímias oficiais também recordam esse medo e violência, como Linha do Tiro, Alto do Refúgio, Aflitos e Afogados, que malgrado suas distintas memórias e experiências, ainda assim explicitam os temores vividos na capital pernambucana.

Situado na Zona Norte do Recife, o bairro de Casa Forte externa em suas formas e no sentimento dos seus moradores essa realidade paradoxal. Desde sua ocupação inicial no século XVI, como reduto senhorial do açúcar, das terras de engenhos às margens do rio Capibaribe, o bairro singulariza-se como um recanto de classes privilegiadas de Pernambuco. Na ordem do dia, repleto de atrativos urbanos e amenidades naturais, o território encontra-se imerso em construções históricas, casas comerciais e de serviços, praças e jardins monumentais, além dos seus vários “edifícios-claustros”, moradias da atual elite econômica do bairro. Em contraste, evidencia-se no entorno outras ocupações marcadas por residências de autoconstrução, tanto no sentido dos morros e ladeiras do bairro vizinho de Casa Amarela, como nas margens baixas do Capibaribe, nas comunidades pobres do Monteiro e Santa Luzia. Neste desarranjo territorial, muros materiais e imateriais são erguidos, intensificando medos e estranhamentos.

As dimensões concretas e simbólicas desta geografia do medo serão esmiuçadas, tomando como análise os temores e claustros de Casa Forte, aqui apreendido como um “bairrofobia”, em contraposição à ideia de “bairrofilia” preconizada por Souza (1988) ao tratar do apego e afetividade das pessoas ao seu bairro de vivência. De um sentimento tofílico, de afeição, harmonia e apego ao espaço, procurou-se retratar sensações tofóbicas, do caos, do desamparo, e da

insegurança em Casa Forte.

Foram realizadas entrevistas abertas com os moradores do conjunto urbano de Casa Forte, conversas no intento de compreender em como o medo naquele fragmento da cidade contribui para organizar a dinâmica territorial. Apesar da importância dos relatórios e dados fornecidos pelos órgãos responsáveis pela segurança na cidade, no estado. Optou-se pelo entendimento do medo considerando a vivência dos indivíduos no bairro, a partir dos moradores buscou-se a construção da geografia do medo no local. São esses corpos que possuem a capacidade de apontar os fatores responsáveis pela transformação dos hábitos, pelos horários topofóbicos, pelos casos de crimes, muita das vezes não relatados e fugindo dos relatórios estatísticos da criminalidade.

Adotou-se a perspectiva dos moradores do entorno da Praça de Casa Forte, os seus medos em residir no bairro, embora o temor também esteja presente entre os mais populares do local, ameaçados constantemente pela polícia, traficantes e assaltantes, afora outras formas de violência associadas à miséria e ao descaso público presente entre aqueles que moram à beira de córregos e nos mangues do Capibaribe. Mesmo desfavorecidos, a vida “explode” nos endereços dos mais pobres do bairro, em contraposição aos espaços dos mais ricos, confinados em seus receios e estigmas sociais, características de um modelo de comportamento que nega a existência do “outro”.

2 TERRITÓRIO, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA: AS CIDADES AMEDROTADAS E MURADAS

2.1 O conceito de território a sua relevância para o entendimento dos fenômenos da violência, medo e fragmentação espacial

Há um fecundo debate nas diferentes ciências em relação aos conceitos. Para muitos intelectuais, estudiosos, um conceito apenas contribui no intento em compreender a realidade a qual elegeru debruçasse, ou seja, é uma ferramenta analítica, não sendo, portanto, a própria realidade em si, mas um dispositivo descortinador da realidade. Por outro prisma, Cruz (2010) afirma:

Os conceitos não são somente descritivos ou reveladores do mundo e da realidade, mas eles são também constitutivos e produtores do mundo e da realidade. Isso implica em ver os conceitos como ferramentas analíticas, mas também como dispositivos ético-político de intervenção no mundo. Neste sentido, ao produzirmos ou ao usarmos um determinado conceito não estaremos realizando uma mera operação cognitiva, mas ao mesmo tempo uma ação epistêmica ética e política (CRUZ, 2010, p. 6).

Saquet (2013) revela ao se ater ao conceito de território, o mesmo transmuta-se entre uma dimensão do pensamento e uma explicação da escala da vida dos sujeitos nos diferentes tempos/espacos, entre algo abstrato, o pensamento e, uma realidade material, contemplando diretamente a vivência dos sujeitos nos espacos. Os conceitos deverão ser encarados como uma realidade na qual, simultaneamente, contribuem para explicar a realidade, ao mesmo tempo, sendo uma maneira de intervenção da mesma.

No instante em que há um movimento no intento em compreender os fenômenos, como os casos de violência, encarados a todo o momento pela população, por conseguinte, uma vida urbana repleta de traumas, amedrontada, fechada para o exterior, evitando o encontro com a diferença, nas suas “Casas Fortes”, inserindo suas vivências dentro dos seus claustros, não é somente uma escolha de uma problemática permeada à luz de um conceito eleito, nesse caso o territorial. Mas, a escolha pela dimensão territorial deflagra as relações de poder, abarcando também os materiais/simbólicas, não eximindo as econômicas envolvidas nesse processo complexo. Ou seja, oferece dispositivos efetivos para descortinar as tramas envolvidas nesses fenômenos, evidenciando uma produção territorial perversa, pois traz a luz à existência decadente das cidades, apresentando casas

hermeticamente fechadas, repleta de claustros e fobias em seus recantos, objetos de segurança prontos para eleger os indivíduos que deverão permanecer longe, distante, “muros” edificados impondo-se nas relações humanas.

A partir disso não somente trabalha-se com uma operação cognitiva, mas ao mesmo tempo com dimensões éticas e políticas/simbólicas, implícitas nas alternativas eleitas como sendo a solução desses problemas. Vivências depositadas nos claustros de segurança ensejam a todo instante um efeito retroalimentador, intensificando com vigor uma realidade topofóbica²/traumática. Antes de tudo, o território contempla o homem na sua existência condicionada nos diferentes momentos históricos. Há uma condição territorial na existência humana, não há dentro da experiência humana sociedade estabelecida desprovida de uma base material, sem uma apropriação material ou simbólica e controle de um espaço.

A existência humana realiza-se através do território, do “território ninguém está com o corpo fora³”. Até mesmo em condições de precariedade e fragilidade, como numa situação na qual o indivíduo possui apenas o corpo existindo, essa existência não perdura sem qualquer apropriação de um “pedaço de chão”. A tentativa em controlar e apropria-se de maneira simbólica e/ou materialmente de um espaço, de uma calçada, ponte, banco de uma praça, mesmo que esse local seja apenas idealizado, é uma condição de nossa existência humana.

O corpo é o nosso território inicial, imediato, escala irreduzível. Correlato a isso, possui uma materialidade, apesar das limitações biológicas e falência inexorável das suas funções, não foge a essa realidade tangível que o território/corpo possui. “O acesso físico ao corpo e pelo corpo e o controle sobre o corpo são as avenidas centrais na disputa nessa escala” (SMITH, 2000, p.145). Até mesmo no vôo do pássaro, símbolo de liberdade possuindo implicitamente uma sobreposição do tempo em relação ao espaço, só é possível devido ao atrito, “[...] não há liberdade sem atrito. Não se escapa da materialidade voando” (GONSÁLVES, 2002).

Sá (2013), adverte sobre as relações entre espaço/tempo:

Apesar da tentativa à sua negação, o espaço geográfico é um estúpido necessário, pois traduzindo a comunhão dos homens com as materialidades ambientais, é algo inerente à sobrevivência de todas as civilizações. Esta comunhão, em grande medida, explicita-se através das inúmeras

2 Espaços que remetem ao medo, intensificando a insegurança na cidade e seus recantos, conforme (TUAN, 2005).

3 *Frase proferida repetidas vezes pelo orientador “Nilo Américo” nas suas aulas da pós-graduação no departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

manipulações técnicas, juntamente com o meio ambiente, ao longo da história, pelas diversas formações sociais, visando à reprodução material das mesmas, bem como os seus vínculos sociais e de representações simbólicas. Assim, o espaço torna-se um ente passível de descrições das diversas temporalidades, pois é a inscrição e corpo da própria história em movimento (SÁ, 2013, p. 20)

Existe uma relação imbricada, híbrida, entre a materialidade e a sociedade. Se existe uma condição de existência da sociedade em relação a essa materialidade, seja natural ou socialmente produzida, o inverso dessa relação também é realizado. O que seria do “substrato espacial material” denominado dessa maneira por Souza (2013), se não houvesse a sociedade? A filósofa Hannah Arendt promove uma reflexão acerca da relação interdependente entre a sociedade e a materialidade, nas suas palavras: “[...] por ser uma existência condicionada, a existência humana seria impossível sem as coisas, e estas seriam um amontoado de artigos incoerentes, um não-mundo, se esses artigos não fossem condicionantes da existência humana” (ARENDR, 2011, p.17).

Seguindo a consideração no que tange ao território, Souza (2013), evidencia uma confusão teórica na aplicação desse conceito. Em vários momentos utilizando-o como sendo sinônimo de espaço. Além do mais, a própria dimensão territorial carrega um ranço tradicionalista de uma histórica vinculação ao estado-nação, o território ganha contornos em vários momentos de solo pátrio. Nesse sentido, Raffestin (1993), na sua clássica “Geografia do Poder”, empenhou-se em desconstruir esse invólucro conceitual do território, desvencilhando-o de uma exclusividade em manifesta-se através do estado.

A dimensão territorial possui uma amplitude de utilização nas diferentes ciências, tanto as ciências sociais, como a Antropologia, Sociologia e a Geografia, quanto nas ciências naturais como a Biologia, lançando mão desse conceito na sua tarefa em realizar ciência. Enquanto o geógrafo possui a tendência em priorizar aspectos físicos, materiais do território, a ciência política enfatiza as relações de poder⁴, a antropologia prioriza a dimensão simbólica do território, aproximando-se do aspecto mais imaterial do conceito, sobressaindo essa perspectiva no estudo das sociedades tradicionais. Nesse sentido, voltando-se para a psicologia, seus estudos

4 A ciência geográfica também desenvolve um amplo trabalho nessa perspectiva associando o conceito de território a uma dimensão mais restrita de exclusividade da dimensão do poder ao conceito territorial, descontando nesse sentido a dimensão híbrida da realidade, fatores econômicos, culturais, políticos, encontram-se imbricados produzindo a realidade perpetuamente.

priorizam a questão dos rebatimentos da dimensão territorial, em como incidiriam na constituição do indivíduo, na subjetividade. (HAESBAERT, 2012).

Segundo Saquet (2006) nas décadas de 1950-60 e principalmente após a década de 1970 inicia-se um processo de renovação nos estudos geográficos. Nesse momento o conceito de território torna-se privilegiado nas considerações realizadas pelos geógrafos ao redor do mundo. Estudos como o de G. Deleuze e F. Guatarri; J. Gotmann; C. Raffestin; G. Dematteis; além de R. Sack já na década de 1980, são marcos da consideração territorial e ascensão do conceito. A partir desse momento propagasse uma consideração territorial nas análises geográficas.

Na década de 1990 realiza-se uma expansão pelo Brasil, no mundo do conceito de território e consideração da sua manifestação, a territorialidade. O Geógrafo “Milton Santos” ao longo da sua obra fez um esforço intelectual primoroso reafirmando o espaço como uma instância da sociedade. Nas últimas obras essa preocupação permanece presente, contudo, ao explicitar a realidade produzida naquele momento, utilizou a noção de “território usado”. Segundo Ribeiro (2002), na sua obra há uma revalorização do conceito, este seria uma “ponte” entre a teoria crítica do espaço e a ação política.

O livro organizado em conjunto entre Milton Santos com Maria Laura Silveira intitulado “O Brasil: Território e sociedade no início do Século XXI”, exemplifica o conceito de território sendo (re)valorizado dentro da análise geográfica, através de uma visão que objetiva de maneira precípua o aspecto econômico, a densidade técnica da dimensão territorial. Nesse sentido, compreende-se por território o espaço apropriado e usado. “[...] o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestrutura, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade” (SANTOS E SILVEIRA, p. 21, 2006).

A territorialidade, segundo essa perspectiva, é uma relação entre o indivíduo e a materialidade, os objetos que o rodeiam. Dialeticamente define territorialidade como sendo a relação “[...] de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS E SILVEIRA, p.19, 2006). Nesse sentido, a territorialidade, a apropriação do espaço, seria imanente aos seres vivos, ou seja, os animais também possuem essa capacidade, não sendo apenas uma exclusividade humana.

Segundo Lima (2002) partindo de uma perspectiva “miltoniana” em relação ao território, aponta que o homem ao tomar o espaço como seu poder-se-á definir nesse

instante como sendo um território. Contudo, esse aspecto de redefinir o espaço em território não se atém as atividades humanas, existem outros seres vivos detentores dessa capacidade em delimitar espaço. Mas seria a preocupação com o futuro, com o destino, essa capacidade de sentido, finalidade, atribuído pelos seres humanos às coisas/pessoas é que nos distingue do restante da vida na terra e diferencia a manifestação territorial humana de outros territórios produzidos pelos seres vivos.

A noção de território usado poderá contribuir no intento de compreender os fatores como violência, medo e segurança. Aludindo no que diz respeito a como estes fenômenos contribuem de maneira relevante para produzir a cidade atualmente. Como utilizam o território, quais usos são dados a uma câmera de vigilância, além da preocupação com o destino, com o futuro, que as relações pautadas na (in) segurança, na fragmentação da cidade, nos territórios fechados das casas fortes, poderão permanecer como herança⁵ desse momento.

Nesse sentido, Melgaço (2005) considera a noção de território usado objetivando a compreensão da violência urbana. O território é o resultando de processos históricos e base material, social de novos processos. Essa noção abarcaria grande parte da população, tanto os grupos hegemônicos quanto os hegemonzados são contemplados, recaindo, dessa feita, sobre a concepção miltoniana do espaço banal, ou seja, não apenas do estado nacional, das grandes empresas ou somente a partir dos sujeitos sociais, mas o espaço de todos.

Além do mais a noção de território usado traz a reboque uma concepção de processo da realidade, esta não seria encarada como uma instância estagnada. Ademais, contemplaria tanto o estudo do sistema de objetos envolvidos com a violência, segurança e medo, quanto o sistema de ações, ou seja, a materialidade e imaterialidade coagindo. Não haveria, segundo Melgaço (2005), a possibilidade em abordar a violência como uma totalidade em si, mas simplesmente como uma ferramenta utilizada para evidenciar quais são os usos e abusos realizados por este fenômeno no território.

Conforme Sack (2013) territorialidade é concebida como uma prática banal, não sendo restrita a ações extraordinárias, transcendendo a normalidade ou apenas, as ações estatais, mas compondo todo o lugar na vida moderna. Essa última afirmação encontra-se coadunada com a concepção do Geógrafo Francês Raffestrin (1993), na

5 Nesse sentido, Santos (2008), refere-se às rugosidades, formas apresentadas como herança de tempos pretéritos.

sua geografia do poder, em certo instante define o território como imanente a todas as relações humanas, os mecanismos de poder possuem um caráter onipresente em todas as relações.

Do estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem território. De fato, o estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com o indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem territórios (RAFFESTIN, p.152, 1993).

Sack (2013, p.76), ao abordar o conceito de território e a sua manifestação, afirma o seguinte:

Territorialidade envolve a tentativa por parte de um indivíduo ou grupo de influenciar ou afetar as ações de outros, incluindo não humanos [...] a tentativa, por indivíduos ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica (SACK, p. 76, 2013)

A territorialidade considerada é uma estratégia espacial poderosa utilizada para controlar pessoas e coisas numa determinada área, a propriedade privada da terra, o controle de acesso a um escritório, movimentos contidos dentro de uma residência, horários estabelecidos de usos dos espaços. Essas regras de controle do tempo/espaço que os indivíduos encontram-se coagidos a seguir tornam-se uma contenção territorial, um controle a partir do território.

A territorialidade possibilita uma restrição, um controle das interações espaciais, “[...] usar territorialidade pode ajudar a reduzir alguns tipos de interações espaciais, a quantidade de monitoramento” (SACK, 2013, p.73). Ademais, o autor considera as relações tanto materiais no controle de acesso quanto as simbólicas:

Território poderá ser usado não apenas para conter ou restringir, mas também para excluir. E os indivíduos que estão exercitando o controle não precisam estar dentro do território. Na verdade, não precisam estar em qualquer lugar próximo dele. Uma cerca ou muro pode controlar, assim como também uma placa de “proibida a entrada”. Pela definição, a territorialidade estabelece o controle sobre a área como um meio de controlar o acesso as coisas e relações (SACK, 2013, p.78).

Na territorialidade humana de Robert Sack encontram-se três aspectos

estritamente relacionados na sua definição: uma classificação por área a partir das territorialidades existentes; uma fronteira que é responsável pela comunicação tanto material quanto no nível simbólico; a territorialidade deverá controlar o acesso a uma área, bem como o que se encontra no seu interior, estabelecendo uma divisão entre o interno/externo ao território. Essa definição corrobora com o momento “Biopolítico” advertido por Haesbaert (2014), o controle do fluxo, o controle biológico dos seres vivos ou mesmo em parte desses seres. Nesse sentido, segmentos da sociedade possuem mobilidade no território, capacidade de transitá-lo, enquanto outros permanecem com sua mobilidade restringida, comprometida.

O território é organizado para um perfil específico de indivíduos circularem, transitando sem o empecilho dos muros erguidos. Por outro lado, outros possuem o seu acesso ou a simples permanência no território negada. “Biopoder, apareceria no bojo do temor das massas ou das multidões, constituídas majoritariamente de pobres, “classes perigosas”, indesejáveis”, (HAESBAERT, 2014, p. 277). Nesse sentido, é necessário refletir sobre as medidas de segurança apresentadas em uníssono nas cidades. Essa segurança configuraria uma territorialidade, por possuir como pressuposto o controle das vias públicas, das praças, áreas de convivência, do controle do próprio cidadão, de seus corpos, locais públicos, apresentando um poder, em certa medida, onipresente do estado e da iniciativa privada.

Voltando-se para a consideração no que diz respeito ao conceito territorial, há algumas formas de abordagem utilizada dentro da ciência Geográfica. Nessa perspectiva, há a dimensão política do espaço, ou seja, as questões relacionadas entre o espaço e o poder. Um espaço detentor de um limite, além do mais, controlado, exercendo poder sobre o mesmo. No que diz respeito à dimensão cultural, essa dimensão privilegiaria o ponto de vista imaterial, simbólico da realidade, existe uma valorização de um determinado grupo do seu espaço de vivência, o espaço vivido. Em relação à dimensão econômica é a menos difundida, concentra-se em explicitar a incidência das questões espaciais nas relações econômicas.

Conforme Haesbaert (2012) existe uma variada gama de possibilidade em se trabalhar a dimensão territorial, as diferentes instâncias da realidade social (política, cultural, econômica), estão permanentemente presentes e a sua segmentação, tem sentido no instante em que objetiva-se priorizar isoladamente um aspecto da realidade. Por conseguinte, evitando uma leitura estanque dos conceitos geográficos, faz uma comparação entre os conceitos de território e lugar. Estes são imbuídos com

suas particularidades enquanto um dispositivo de abordagem da realidade. Por outro lado, a dimensão do poder mais coadunada com o território poderá aproxima-se, em certo momento, das questões relacionadas com o espaço vivido e de uma dimensão mais simbólicas.

A realidade em nenhum instante é unidimensional, é múltipla, simultânea. O poder, a cultura e a economia não se excluem mutuamente, mas na verdade são dimensões híbridas:

Quando falamos que o conceito de território tem como foco fundamental a questão do poder e da política e que o conceito de lugar nos permite fazer uma leitura que tem como foco a dimensão da experiência vivida, do cotidiano, a dimensão mais poética, sensível e subjetiva da dimensão espacial, o que estamos indicando são os diferentes regimes de luz e de enunciação que cada conceito inaugura sobre a realidade sócio-espacial, estamos falando das linhas de luz e de enunciação de cada conceito, aquilo que permite vermos e falarmos de certos aspectos da realidade num primeiro plano e secundarizarmos outro (CRUZ, 2010, p. 5).

Contudo, Souza (2013) define o território a partir de uma perspectiva na qual há uma primazia pelas relações de poder. Para o autor, haveria uma sobrecarga sobre o conceito, para que o mesmo abarque tantas dimensões da realidade. Por conseguinte, o principal fator não se encontraria concentrado em fatores geocológicos ou mesmo certos recursos naturais de uma determinada área, mas “quem domina quem no espaço”, impossibilitando em separar o econômico do político e este da dimensão cultural.

Além disso, há um esforço intelectual pelo autor em priorizar as relações sócio-espaciais realizadas no espaço, definindo o conceito territorial a partir de um “campo de força”. Haveria uma desconstrução do conceito de território abarcando o aspecto material ou o “substrato espacial material”, priorizando as relações de poder realizadas sobre o espaço. Nessa abordagem, há uma intenção explícita em “descoisificar” o território. Dessa feita, perdendo seu sentido mais material, evidenciando e imbuindo de primazia as relações humanas desenlaçadas no espaço.

A filósofa Arendt (2011) promove uma reflexão em certo sentido, com base na dimensão territorial/material, no instante em que aponta para condição territorial presente na existência humana. Tudo que o homem toca, os objetos que o rodeiam, torna-se uma condição de sua existência, essa artificialidade condiciona a humanidade. Mas, não há finalidade outra de existência dos sistemas de objetos se não para apropriação e uso da humanidade.

De acordo como Saquet (2006) a contribuição em relação ao conceito de território e a territorialidade do geógrafo italiano Giuseppe Dematteis é considerável. Uma abordagem materialista, evidenciada na citação “A terra é tornada território quando há comunicação, quando é meio e objeto de trabalho, de produção, de trocas, de cooperação [...]” (DEMATTEIS, 1985 apud SAQUET, 2006, p. 76). Para o autor italiano o território é concebido através de uma trama de relações, além disso, a concepção de território defendida pelo autor é complexa, evidenciada na variedade dos tipos de relações humanas e as múltiplas escalas envolvidas nessas relações.

O território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre os sujeitos de cada lugar, destes com o ambiente e destes com os indivíduos de outros lugares, efetivando tramas transescalares entre diferentes níveis territoriais. O território é uma construção coletiva e é multidimensional, com múltiplas territorialidades interagidas (SAQUET, 2006, p. 78).

Em outra perspectiva, na sua “viagem em torno do território”, Jöel Bonnemaïson, evidência a abordagem simbólica, cultural do território. Percebe a manifestação da etnia ou grupo cultural expressando seus valores éticos, políticos, suas crenças, sua religiosidade enquanto uma coletividade particular, como necessariamente carecendo do território para o devir dessas dimensões. O território é simultaneamente “espaço social”, organização social, política e econômica e “espaço cultural”, este último estritamente ligado à dimensão simbólica, o primeiro é produzido e o segundo é vivido, significado.

Define “geossímbolos” como: “Um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões religiosas, políticas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que fortalece sua identidade” (BONNEMAISON, 2002, p.109). O foco de sua análise concentra-se nas sociedades tradicionais, contudo, reflete sobre as sociedades urbanas modernas através da perspectiva defendida.

A dimensão simbólica encontra-se continuamente presente no território, porém apresentando uma leitura integradora, Haesbaert (2012) realiza um esforço na direção de uma compreensão dos diferentes aspectos presentes na realidade. As dimensões políticas, culturais, econômicas encontram em perpétua relação, dessa feita, a realidade é encarada como híbrida. Nesse momento, aproxima-se, em certa medida, da outrora região tradicionalmente abordada na Geografia clássica. Para o autor a geografia tem por incumbência debruçar-se sobre a espacialidade, sobre o território, integrando as dimensões responsáveis pelo devir da realidade social. Defendendo

uma concepção integradora na abordagem territorial:

Em primeiro lugar, seu carácter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu carácter integrador – o estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões, [...] a ideia de um território como um híbrido, seja entre o mundo material e ideal, seja entre natureza e sociedade em suas múltiplas esferas (HAESBAERT, 2012, p.76, 77).

Além do mais, o território envolveria precipuamente uma dimensão política/simbólica. Ao mesmo tempo, haveria a dimensão simbólica proporcionado pela identidade territorial desenvolvida pelos grupos sociais que se encontram no local, uma apropriação simbólica, um controle do espaço, estariam contidos nessa relação. Além desse aspecto, simultaneamente contempla uma dimensão mais concreta, evidenciando um carácter político disciplinar, como uma maneira de disciplinar o espaço, os indivíduos, como uma forma de dominá-los (HAESBAERT, 2012).

A territorialidade presente no bairro de Casa Forte revela uma relação entrelaçada com algumas dimensões responsável pelo devir da realidade. Pois, envolve diferentes aspectos da realidade para a constituição desse território, contemplando as políticas, culturais/simbólicas, a materialidade/imaterialidade, tempo/espaço em constate interação, produzindo um fragmento urbano detentor de algumas particularidades. A necessidade de consideração desses aspectos para o entendimento do território de Casa Forte e posterior desconstrução da geografia do medo no bairro, conduziu a relevância de uma concepção ampliada, no que diz respeito, ao conceito de território, abarcando diferentes dimensões da realidade.

Os tempos, ao longo da constituição do bairro, encontram-se em constante interação, numa relação de avanços, recuos ao passado, ensejando uma trama territorial na qual integra diferentes temporalidades. O local, desde sua fundação apresenta-se como um território privilegiado para o desenvolvimento das atividades econômicas, apresentando como um dos mais distintos engenhos já em meados do século XVII. No segundo momento, nessa relação espaço/temporal, as casas de arrabaldes, locais de descanso e veraneio da elite portuária da cidade do Recife foi sendo instalada nessa localidade, por desfrutar de uma geografia natural privilegiada,

atraindo os frequentadores inicialmente de maneira sazonal.

O último momento, iniciado nas primeiras décadas do século XX com instalação e desenvolvimento dos meios de transporte, conectando a cidade aos seus limites. Nesse momento, o local é imbuído de um processo mais voraz de instalação de uma densidade técnica, capaz de atrair moradores de diversas partes da cidade. Nesse sentido, o “Shopping Plaza Casa Forte”, já no final do século XX, é um geossímbolo do bairro, marcante na construção desse momento. Nesse mesmo instante são realizadas algumas instalações de alto padrão para atender a uma demanda dessa elite econômica que acabara de se alocar no bairro, atraída por esses investimentos.

Além desses fatores, a memória da constituição do local permanece rememorada, nas fachadas dos comércios, edifícios, a todo instante é possível observar ao percorrer o local, como há uma veemente intencionalidade em preservar topônimos ligados a própria constituição histórica do bairro. Só para citar alguns, como “Engenho Casa Forte”, “Edifício Casa Forte”, “Edifício Gilberto Freire”, “Capibar”, “Café da Praça”, este último em referência expressa a Praça de Casa Forte “um coração simbólico do bairro”. Com isso, esses símbolos relacionados a constituição do local, funcionam como um trunfo para valorização, enquanto local distinto da cidade, incidindo diretamente na valorização econômica do bairro aristocrático.

Afora esses aspectos citados é possível relacionar o bairro a dinâmica territorial revelada por Sack (2013) em relação aos níveis de acesso no território. O temor e a insegurança estão estritamente relacionados com o controle de acesso aos logradouros do bairro. No limite do bairro, ao se aproximar do rio Capibaribe, existem duas pontes, duas passagens de pedestre, comunicando as margens do rio. De um lado o bairro abastado de Casa Forte e na outra margem as comunidades, o lócus da pobreza. As pontes, nesse sentido, exerce uma função de um “filtro” territorial, controlando as coisas e pessoas no local, somente pedestre, motocicletas e bicicletas, conseguem transitar pelo local.

Além disso os vigilantes nas esquinas das ruas, atento a todos os movimentos no local, de entrada e saída das coisas e pessoas, resguardando as casas fortificadas com ruas sem saídas, seria uma outra maneira de controle territorial. As ruas sem saída é uma forma de controlar o fluxo no espaço, o movimento das pessoas ao entrar na rua é recebido com um olhar escrutinador, inquisidor, embarreirando e controlando

o fluxo no território. Esse cenário tornou-se naturalizado nas cidades e nos seus fragmentos urbanos, pois vivemos repletos de muros e seguranças. A violência na cidade é um dos fatores responsáveis por fomentar essa territorialidade no bairro.

2.2 A ascensão da violência nas cidades brasileiras e na cidade do Recife e suas diferentes manifestações

A violência no Brasil evidencia uma completa tragédia pela qual o país atravessa em relação à segurança, apresentando números ascendentes nesse quesito, tornando ainda mais dramática a vida nas cidades brasileiras. Nesse sentido, a escalada vertiginosa da violência revela o colapso nas diferentes escalas, municipais, estaduais e federais, das instituições responsáveis por oferecer segurança a população e combater as diferentes manifestações do fenômeno em pauta.

O estudo do IPEA (2017) revela um retorno triunfal negativo dos índices alarmantes da violência brasileira, evidenciando a história recente da violência no Brasil. Relata índices mórbidos, como os 59.080 números de homicídios registrado no ano de 2015, consolidando a tendência do percentual brasileiro nesse quesito, entre 59 a 60 mil casos ao ano, distanciando-se dos idos anos de 2005 e 2007, que apresentaram como média de homicídios entre 48 a 50 mil casos pelo Brasil afora.

No nosso país, somente em três semanas do ano de 2017, foram mortas mais pessoas, realizando um comparativo com as mortes ocasionadas por todos os ataques terroristas até o momento ao redor do mundo. O terrorismo ceifou cerca de 3.314 vítimas em 498 ataques, o Brasil mesmo não vivendo uma guerra civil declarada, precisou apenas de 21 dias, alguns dias do ano, para superar esse número (IPEA, 2017). Essa tendência possui repercussão em Pernambuco, como é possível observar uma ascensão dos índices da criminalidade violenta letal na Figura 01.

O desempenho do estado de Pernambuco, que foi uma ilha de diminuição de homicídios no Nordeste entre 2007 e 2013 (quando logrou queda de 36% da taxa de homicídio no período), no rastro da implantação do programa “Pacto pela Vida”. Contudo, houve um aumento dos homicídios nesse estado, a partir de 2014, que apenas no último ano aumentou 13,7%, fazendo com que a prevalência de homicídio voltasse ao padrão observado entre 2009 e 2010, (IPEA, 2017, p. 10-11).

Figura 1 - No mês de agosto de 2017 foram registrados cerca de 413 homicídios no estado de Pernambuco, evidenciando o declínio das forças do governo em conter a violência no estado e uma barbárie instalada



Fonte: Diário de Pernambuco (2017)

Diante dos casos de violência repetidas vezes noticiados, torna-se uma vida urbana na qual o risco é sempre presente nesse ambiente hostil. Há sem dúvida uma desqualificação da morte. As palavras do antigo secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, ao ser questionado em certo momento sobre os últimos dias nos quais foram mortas quatro pessoas de “bala perdida”, afirmou que “historicamente a cidade carioca é assim mesmo”, naturalizando, banalizando os incidentes.

Nas sociedades de in-seguranças aludido por Haesbaert (2014) o homem é visto como pertencente a um conjunto de população, uma “massa”. Nesse contexto, existe um controle da vida, dos seus processos, um controle do fluxo populacional, uma preocupação biológica sobre a população. Entretanto, em paralelo ao gerenciamento da vida, o biopoder é capaz de matar a própria vida. Atualmente, a morte foi inserida dentro de um cálculo frio de probabilidades aceitáveis. O estado poderá decretar a morte de uns em favorecimento de outros, nesse último caso se transformaria em um processo denominado de “tanatopolítica” ou avesso da biopolítica, vida que poderá ser morta sem cometer homicídio.

Continuando a consideração, diante desses reiterados fatos de violência, redes de tráfico marcantes nas cidades brasileiras, há uma necessidade em concordar com

Zaluar (2006), a autora explicita que na realidade brasileira, em certa medida, é necessário considerar o aspecto real da violência. O medo faz parte de um imaginário criado pela mídia, respaldado pela realidade. A origem desse drama urbano com maior intensidade inicia-se com a chegada das décadas de 1980 e 1990, em algumas cidades, nesse período de redemocratização política no país, o crime praticamente duplicou em outras até mesmo triplicou seus índices.

É intrigante constatar que em paralelo ao processo de redemocratização no Brasil, na década de 1980, esse fato, sem dúvida culminou com uma esperança de uma profunda melhoria no país. Mas, exatamente nesse período, de efervescência em relação aos processos políticos, com retorno à democracia, em que houve a ascensão mais efetiva das quadrilhas criminosas nas regiões metropolitanas e nos bairros populares, favelas do Brasil afora.

Corroborando nesse sentido, Souza (2005) faz alusão à década de 1980. Esse período representa um marco em relação ao tráfico de drogas nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo⁶, bem como em outras cidades brasileiras. Nesse momento, houve uma transição do binômio “maconha e 38”, realizando uma referência a droga predominante naquele período e o armamento utilizado pelos criminosos. Entretanto, essa situação foi substituída por uma realidade mais complexa e rentável “AR-15 e cocaína”, evidenciando um maior poder, prestígio e capacidade de manobra, devido a essa atividade ser, sem sombra de dúvida, mais rentável economicamente para os criminosos⁷.

É imprescindível realizar uma consideração em torno desse fato apresentado nas cidades. A violência é um fenômeno complexo, possuindo uma enorme gama de formas de sua manifestação, a violência não se restringe aos casos de homicídios, apesar de tornar a vida na cidade intensamente traumática e amedrontadora, mas é singularmente uma manifestação da violência, apesar de evidenciar sua “face” mais brutal, conduzida às últimas consequências. Contudo, a análise não poderá torna-se restrita, somente a esse fato, seria limitante compreender esse fenômeno intensamente complexo, apenas pelo viés da criminalidade violenta letal.

Nesse prisma, Morais (1981) realiza um esforço no sentido em desanuviar essa

6 Essa realidade apesar de se estender as principais cidades do país inclusive para Recife, em certa medida, concentra-se nos grandes centros urbanos do sudeste, em São Paulo e Rio de Janeiro.

7 Esse momento culminou com a notoriedade nacional, sobretudo, no Rio de Janeiro de alguns dos traficantes, até mesmo concedendo entrevistas nas principais emissoras televisivas e jornais impressos da cidade, (SOUZA, 2005).

questão, distinguindo dois tipos gerais de violência. Afirma que é demasiadamente complexo esse tema, pois contempla tanto “violência vermelha”, mais próximo de uma agressão física e uma “violência branca”, as agressões mais discretas, diluídas no cotidiano. Um indivíduo submetido a diversas horas de trabalho dentro de uma indústria ou em qualquer outro ambiente de trabalho, restringindo a sua liberdade, se configuraria uma violência nessa perspectiva. Esse fenômeno encontra-se associado aos fatores capazes de causar algum tipo de transtorno ao ser humano, na sua dimensão física e/ou mental, dessa maneira existiria uma associação da violência a uma multiplicidade de circunstâncias.

Nesse sentido, Santos (2012) adverte sobre a violência estrutural basilar de outros tipos de violência mais efetivamente repercutidas cotidianamente, como os homicídios. O valor atribuído ao dinheiro como o principal fundamentador ideológico do mundo, a sociedade ferozmente consumista no período atual, pautando a sua existência, em grande medida, no ato de consumir, medindo o ser humano pela capacidade de consumo, desintegrando, a partir disso, os valores éticos presentes nas relações humanas. Além disso, o autor descortina a característica precípua do nosso tempo, a perversidade sistêmica, esse fato deixa de ser uma manifestação particular, a partir de uma atitude individual, para tornar-se a regra nas relações na contemporaneidade.

Nesse quesito, Melgaço (2010) contribui para esclarecer os fatores relacionados à manifestação desse fenômeno em diferentes momentos históricos. A violência associa-se tanto aos aspectos estruturais, (econômicos, culturais, políticos), instigando a violência cotidiana percebida na cidade, quanto poderá se referir a uma transformação revolucionária das estruturas nas quais estão fundamentadas a sociedade. Nesse último caso, a violência ganha um viés “positivo”, revolucionário. Entendendo o conceito da violência de maneira panorâmica, evitando uma concepção restritiva, nesse respeito, contemplando tanto a violência dos homicídios, furtos, crime contra o patrimônio, estupros, quanto às outras formas intensamente violentas e opressoras presentes nas cidades brasileiras.

Melgaço (2010) adverte sobre a violência da mais-valia, do nosso tempo moderno tirânico sempre apressado, incutindo a pressa amnésica e desconcertante, devido a enorme gama de afazeres diários impostos pela vida moderna. Além do mais, a violência do consumo, da falta de mobilidade na cidade, nos transportes coletivos precários, lotados, no trânsito caótico, até mesmo a segurança atualmente forjada

através desses aparatos técnicos de vigilância, se aproximariam de uma violência, ao invés de propriamente oferecer segurança.

Pedrazzini (2006) correlaciona a violência urbana como um fenômeno atrelado a vários fatores causais. Atribui a segregação tanto social quanto racial, aos espaços públicos cada vez mais privatizados, as atividades ilegais e informais, fatores esses estritamente relacionados à intensificação da violência nas cidades. Além do mais, considera a violência como um sinal dos tempos, um fenômeno sintomático da atual sociedade, imbuída da maneira em que se encontra, nos princípios do mercado, vivendo um capitalismo selvagem, desagregador das relações mais humanas. Nesse seguimento, é possível afirmar em relação a outros tipos de violência como a violência da informação.

Notícias nas diferentes mídias são vinculadas a alguns bairros da cidade, inserindo-os na “rota do medo”, continuamente são noticiados pelos seus casos de violência. Dessa maneira, estigmatizando-os, deixando-os marcados por esses eventos traumáticos, nesse sentido, se configura como uma violência simbólica, sem utilizar qualquer objeto contra a vida e/ou segurança da população nesses locais. Entretanto, torna-se uma violência imaterial, fomentada e reproduzida pela mídia a todo instante.

Nesse sentido, um programa símbolo da cidade do Recife, precursor no que diz respeito aos programas policiais amplamente presente na grade de horário, esses programas possuem como tema prioritário a violência nas cidades. O Programa “Bandeira 2”, denominado assim devido aos assaltos efetuados aos taxistas nas madrugadas, quando era cobrada a taxa mais elevada, a bandeira 2 devido ao horário avançado. Com uma entonação distinta o apresentador “Gino César”, narrava os casos violentos já na década de 60. A forma cantada na qual utilizava para relatar os casos policiais eram marcantes para população, ouvindo-o nas primeiras horas do dia. Contudo, esse fato mostra-se como uma violência simbólica, sedimentando os bairros mais precarizados da cidade como os mais violentos (Jornal do Comércio, 2015).

Diante da violência entranhada nas comunidades brasileiras há uma instabilidade territorial sempre iminente em vários momentos. Não há o reconhecimento ao certo de quem está dominando a área, se os policiais ou os criminosos dessa ou mesmo de outra facção. Uma evidente disputa territorial é quase uma regra nesses locais, contrapondo a expectativa de alguns estudiosos, ao se referir às redes criminosas, como um crime organizado, conforme Souza (2008).

Nesse sentido, em entrevista realizada no dia 09/09/2017, três jovens moradores da comunidade “Santa Luzia”, alocada nos arredores do Bairro de Casa Forte no Recife, relataram a difícil situação vivida pela população devido à mudança de comando do tráfico na comunidade, segunda Érica Souza de 17 anos, essa situação é sempre complexa, as mudanças de facções de traficantes acabam sempre em morte, temor, reforçando a insegurança no local.

Essas redes criminosas instaladas em territórios já precarizados, impõem seu domínio na comunidade, estabelecendo regras territoriais como o tempo de uso do território a partir do “toque de recolher”. Dessa maneira, impondo uma fragmentação territorial na cidade. Facções criminosas fomentam todo um conjunto de regras a serem seguidas dentro da comunidade, estabelecendo “penas”, até mesmo com vida para os sujeitos que a afrontam. Com isso, estabelecem um poder paralelo junto ao Estado, fragmentando as relações na cidade, aproximando de processos, mesmo aparentemente díspares, como o fechamento da classe mais opulenta da sociedade, mas se aproximando no sentido da fragmentação urbana.

Tanto as redes de tráfico instaladas nas comunidades das cidades brasileiras, quanto o fechamento nos seus claustros de segurança imposto pelas classes de padrão mais elevado, configuram-se como fenômenos intensificadores da fragmentação territorial urbana na cidade atualmente.

Fragmentação tem a ver, obviamente, com fragmentos. E fragmentos são partes, frações de um todo que ou não se conectam mais, ou quase não se conectam mais umas com as outras: podem ainda “tocar-se”, mais não muito mais que isso. Claro está, ou deveria estar, que se trata de muito mais que de um processo de “diferenciação”. Menos obvio é que se trata de algo que vai além, até mesmo, de um processo de “segregação” (SOUZA, 2008, p.56).

Prosseguindo a consideração, é necessário realizar uma distinção entre crime e violência. Enquanto a violência encontra-se relacionada às questões cada vez mais ampla, relacionando-se com fatores subjetivos e objetivos, o crime é algo tipificado, inscrito na lei, uma infração da lei passível de penalização. Ademais, Nem todas as violências encontram-se previstas em lei, um fato considerado recente seria os crimes cibernéticos, estes ainda estão sendo enquadrados dentro do regime das leis vigentes no país. Conforme, Robert (2011) o crime é um comportamento que recebe mediação das leis e é realizado um julgamento tendo por base a lei escrita, valorando a ação realizada. Ademais, nem todas as violências são penalizadas, apenas determinadas

violências, em casos específicos.

Existe uma relação maniqueísta entre crime e a sociedade. O crime na verdade é encarado como sendo o viés maldoso da sociedade, o lado perverso, segmentando assim a sociedade entre os “cidadãos de bem da sociedade” e quem pratica os crimes, os outros, os delinquentes possuidores de má índole. Essa relação possui um caráter perigoso, pois não há uma consideração mais acurada dos fatores fundantes da violência e do crime na sociedade brasileira, além do mais, poderá fundamentar o autoritarismo em relação aos sujeitos da segurança pública e privada e, no limite o extermínio do segmento “ruim”, o “lado perverso”, o “mal da sociedade” (MELGAÇO, 2010).

A violência impõe mais uma desigualdade no país, nas cidades brasileiras tão imensamente afetada por essa realidade. Os pobres da cidade encontram-se mais expostos à violência⁸, não somente ao risco real, mas até mesmo em relação à sensação de insegurança na cidade, pois os indivíduos mais pobres são os que utilizam os locais públicos, a rua, não somente como um meio de sociabilidade e estreitamento das relações interpessoais, mas como forma de locomoção dentro do espaço urbano⁹ (Figura 02).

8 Isso não quer dizer que a população mais opulenta da sociedade deixe de sofrer qualquer tipo de investida de criminosos, vide os casos de latrocínio e furtos, entre outros crimes mais cometidos contra o segmento populacional possuidor de uma renda mais elevada.

9 Em trabalho de campo realizado no bairro é possível observar claramente que é a classe trabalhadora que utiliza as ruas, nos seus trajetos de casa para o trabalho. No final do dia abarrotam os pontos de parada do transporte coletivo. Nas entrevistas realizadas no bairro, deixaram evidente as funções as quais desempenham nas casas fortificadas, porteiro, empregadas domésticas, serventes, pedreiro.

Figura 2 - Número de assaltos a ônibus na cidade do Recife contabilizados do início do ano até os primeiros dias do mês de setembro de 2017



Fonte: Diário de Pernambuco (2017)

Os segmentos mais abastados da população apresentam como tendência atual tangenciar o espaço. Utilizam seus veículos privados particulares como forma de locomoção na cidade, sem retirar a função de instrumento de segurança. Ademais, fecham-se nos claustros urbanos, das casas, em espaços do consumo exclusivos, sem a mínima inclusão que não seja pelo prisma do consumo. As classes mais elitizadas perpassam os espaços e tendem a frequentar somente aqueles locais nos quais são apresentados uma homogeneidade dos gostos, dos comportamentos, partilhando em determinados locais de encontro, do estar junto, porém sem a mínima coesão. O medo participa efetivamente dessa dinâmica contribuindo para intensificar os muros na cidade.

2.3 De condição humana à condição geográfica: O medo e seus rebatimentos territoriais

Sentir medo é uma condição da existência humana, companhia constante nos diversos espaços/tempos¹⁰. Destituído desse sentimento toda a humanidade seria rapidamente extinta. As intempéries da natureza conduziram o homem a esconde-se em cavernas, grutas, abrigar-se das chuvas, das tempestades, dos raios, negar as

¹⁰ Conforme Rêgo e Fernandes (2012) o medo moderno é o medo do encontro com o outro, o diferente, com o estranho.

florestas densas e fechadas por serem fontes de amedrontamento. A imaginação humana¹¹ também é fonte de insegurança, projetado dentro de um mundo real, regidas por forças não vistas, não percebidas, mas ocultas. Oferecem existência aos gênios, as ninfas, aos elfos. A própria mente humana é capaz de produzir seus temores (CLAVAL, 2010).

Contudo, o medo na cidade encontra-se pautado entre uma realidade efetivamente percebida como insegura, devido às diversas violências expostas diariamente na sociedade e a imaginação humana contribui efetivamente nesse sentido, uma sensação permeada por uma realidade palpável, o risco iminente e uma criação das mentes criativas humanas. Essa sensação possui causas intensamente variáveis. Mia Couto, grande escritor moçambicano, numa conferência sobre segurança no ano 2011, chegou a proferir a frase: “há quem tenha medo que o medo acabe”, evidenciando uma fonte inesgotável de reprodução desse sentimento.

Dessa maneira, a realidade urbana revela uma sensação generalizada nas mentes dos cidadãos e nas formas materiais da cidade, estampando uma insegurança coletiva, essa situação contempla cabalmente os recantos da cidade. É complexa a tarefa de encontrar algum sujeito que deixe de participar dessa dinâmica envolta e produzida pela insegurança, até mesmo indivíduos com uma percepção de arrefecimento da insegurança são obrigados a se sujeitar a essa trama produzida pelo temor na cidade.

Lembrando a assertiva de (GONSÁLVES, 2002), uma vez mais, não é possível escapar da materialidade voando. Diante desse fato, os problemas mesmo aparentemente produzidos imaterialmente, através de uma construção no primeiro instante simbólico ou a partir das emoções, mas em algum momento essa realidade redundará em uma concretude, uma materialidade. A Geografia não poderá ser pensada como se o objeto precípua da ciência, seja, apenas a dimensão material da realidade, afinal o simbólico e o material se imbricam continuamente. Nessa perspectiva, o medo possui explicitamente uma condição geográfica, as suas manifestações encontram-se eminentemente relacionadas aos fatores relacionados a uma espacialidade.

Essa relação condicionada entre a sociedade e materialidade, contribui no

11 Há uma possibilidade em pensar em relação à humanidade, nos diferentes espaços/tempos elegeu seus medos, suas aberrações, os locais, as situações, os fenômenos, os indivíduos, responsáveis por despertar insegurança, por isso deveriam ser extintas da vista, pois eram fonte de temor.

intento em compreender a relação do medo e a produção do espaço. O medo é abstrato, ou seja, não tem forma espacial e é fomentado a partir das relações sociais. Assim sendo, Santos (2008, p. 61) adverte, “A evolução social cria de um lado formas espaciais e de outro lado formas não espaciais, mas, no momento seguinte, as formas não espaciais se transformam em formas geográficas. Essas formas geográficas funcionam como condição de ação”. O medo é um fator condicionante da ação e interação no espaço urbano, pois esse sentimento contribui substancialmente para erigir formas promotoras do distanciamento entre os habitantes da cidade.

A insegurança torna-se factível, havendo uma impossibilidade em negar a existência desse fato, mesmo considerando as motivações em serem insufladas e os interesses envolvidos no processo de disseminação desse sentimento pela cidade¹². Se a insegurança está ligada ao aumento real da violência são fatores outros que deverão ser investigados. Por outro lado, não há como negar o fato no qual as cidades encontram-se imersas na insegurança urbana, elegendo a todo instante os espaços das “topofobias”, erguendo muros, fragmentando a cidade.

O pânico na cidade contemporânea encontra-se envolvida com questões que dizem respeito à Psicologia, à Sociologia, à Arquitetura, à Antropologia, entre outros ramos científicos, podendo fornecer subsídios no intento do seu entendimento, suas manifestações. Contudo, a Geografia através de seus conceitos, “seu olhar geográfico” para realidade, poderá contribuir para desanuviar essa realidade na qual as cidades encontram-se submersas. A ciência Geográfica oferece como possibilidade epistemológica a compreensão dos processos encontrados, transbordando uma simples análise da materialidade, contemplando as dimensões simbólicas, dessa maneira, trabalhando com a interface desses processos entre o simbólico e o material.

Continuando a consideração sobre a situação das cidades no que diz respeito à insegurança, a percepção constante do aumento da violência na cidade¹³ produz uma geografia do medo que transcende e muito a violência real e concreta. Diante

12 Existem interesses, sem dúvida, que esse medo prolifere no espaço urbano, a partir dessa realidade é que existe o aparecimento de alguns artefatos, serviços no espaço urbano, como serviço privado de segurança, segurança eletrônica.

13 Existem posições intelectuais que abordam a insegurança urbana dentro de uma perspectiva de um sentimento que serve para manipular as massas pelas elites, outra que aborda através de uma relação quase linear entre crescimento da violência e medo, outras abordagens como uma simples realidade na qual se encontra interna aos indivíduos, como produto exclusivamente subjetivo, essa relação é bastante complexa não sendo possível priorizar somente um tipo de abordagem, esses elementos se misturam, se imbricam para produzir o medo na cidade.

disso, quais seriam os locais efetivamente seguros nas fobópoles ou nos “bairrofobias” das cidades?

Fobópole” é o resultado da combinação de dois elementos de composição, derivados das palavras gregas phóbos, que significa “medo”, e pólis”, que significa “cidade”. Penso que a palavra condensa aquilo que tento qualificar como cidades nas quais o medo e a percepção do crescente risco, do ângulo da segurança pública, assumem uma posição cada vez mais proeminente nas conversas, nos noticiários da grande imprensa etc. (SOUZA, 2008, p. 9).

No bairrofobia¹⁴, nos recantos de medo da cidade vivenciada na escala do bairro, traz embutida uma variável de medidas de segurança nesses tempos temerosos. Como evitar transitar na rua com o aparelho móvel de telefonia visível, é necessário sair com dois aparelhos de telefonia móvel, se houver uma tentativa de assalto, existe a possibilidade em oferecer ao criminoso um aparelho mais gastos pelo uso, diminuindo o prejuízo material da investida do assaltante. Além disso, é necessário ter algo para oferecer ao assaltante, se não a vítima poderá sofrer penalizações ainda mais graves, evitar determinados locais topofóbicos, deixar de frequentar as ruas, deve-se evitar o espaço público em certos horários, percorrer as avenidas com os vidros dos carros baixos. São medidas de segurança naturalizadas nas cidades.

A insegurança urbana contribui sensivelmente para o fomento de estratégias territoriais, no intuito de se proteger dos perigos evidentes na percepção coletiva dos sujeitos das cidades. Essa situação cotidianamente vivida por meio de ações, precauções, devendo necessariamente serem impressas para sobreviver sem maiores percalços traumas na cidade. A percepção do aumento dos índices de violência é posta dentre as principais motivações de transformação da cidade atualmente. Diante dessa realidade, uma gama crescente de locais, horários¹⁵, são vivenciados com estranheza, encarados como inóspitos, ermos, como topofóbicos.

As fobias no espaço urbano encontram-se intimamente coadunadas com os aspectos espaciais. As cidades inclusive seus bairros, despertam sentimentos nos indivíduos de apego, um sentimento em relação a algum recanto da cidade, memórias vivenciadas, pertencimento ao lugar de existência. Mas o controverso a essa realidade

14 Tanto as medidas de segurança, os locais de segurança as “casas fortes”, quanto os temores e topofobias contribuem para fomentar o bairrofobia.

15 Nesse sentido existe uma relação imbricada entre tempo o espaço (HAESBAERT, 2014) inclui dentro da dinâmica de contenções territoriais no instante no qual se evita sair à rua em determinados horários devido à insegurança, redundando na formação de muros simbólicos.

também se faz presente, as fobias são despertadas, alguns nomes de bairros ao serem evocados são, na escala da cidade, relacionados aos locais que despertam medo; os becos, vielas, terrenos baldios, casas abandonadas, locais ermos, desertos e escuros, encontram-se entrelaçados com os aspectos mais objetivos/simbólicos da insegurança e da violência na cidade.

Nesse instante, a Geografia encontra-se intimamente relacionada com a insegurança na cidade, há uma condição espacial do medo no espaço urbano. São inúmeras situações ambientais que influenciam diretamente nas sensações despertadas pelos indivíduos. “As paisagens do medo” conforme Tuan (2005) seriam, só para citar algumas, ansiedade em locais desconhecidos, medo dos mortos, de doenças, medo de catástrofes naturais, medo de assaltantes, sobretudo, em ruas desertas. Esse último, talvez o maior e mais comum quando se pensa na cidade do Recife e seus bairros, entretanto as inseguranças se imbricam fomentando uma vida aterrorizada.

Aliás, há uma naturalização em vários aspectos dessa dinâmica tanto da materialidade quanto dos comportamentos sociais. Essas geografias das cidades expressas nos comportamentos coletivos e na materialidade urbana torna-se um receituário de atitudes inquestionáveis, objetivando diminuir a possibilidade em tornar-se vítima de uma investida dos malfeitores. Contudo sem a mínima abertura para um debate amplo das repercussões territoriais contida nessa geografia da segurança e do medo, o que acarretará na vida das cidades e nos seus bairros.

A insegurança urbana encontra-se envolta por uma realidade intensamente complexa: fatores econômicos, uma indústria de segurança é fomentada baseando-se na maior ou menor intensidade do medo na cidade; culturais e econômicos, a cidade do Recife é um exemplo nesse sentido, desenvolveu-se pautada em uma realidade segmentada territorialmente. A elite invariavelmente ao longo dos tempos, escondeu-se nos seus claustros de vivência dos espaços privados, elegendo a rua como um local inseguro, desenvolvendo seus “geossímbolos” de diferenciação na cidade.

Essa realidade encontra-se envolvida em uma trama, desencadeada a partir de fatores diversos, temporais, espaciais, econômicos, políticos e culturais que instigam a indústria de segurança. Conforme Souza (2008), a reprodução do sentimento de insegurança é indissociável do tripé constituído pelo mercado de insegurança, com todos os seus aparatos técnicos a serviço de uma suposta segurança. Além dos

condomínios fechados vendidos pautados nessa concepção, produzindo um espaço urbano fragmentário, ainda mais pelo sistema eleitoreiro atrelando a propaganda política, aos serviços de segurança para população e combate ao crime, e finalmente pelo mercado da informação.

No que diz respeito ao último fator citado, Caldeira (2011), Cruz (2010), Melgaço (2010), Souza (2008), Sposito e Góes (2013), reiteram o papel da mídia na configuração desse panorama do medo na cidade, disseminando em todos os seus recantos esse sentimento, aprofundando os rebatimentos territoriais fomentados pela insegurança na cidade. Cruz (2010) evidencia uma imbricação no que tange à mídia e o medo. Enquanto a mídia vende medo circulando-o continuamente na cidade através da informação, as pessoas compram segurança, remontando uma relação na qual o medo é manipulado pelos segmentos hegemônicos da sociedade, instrumentalizando-o para atingir os fins desejados.

Neste contexto Caldeira (2011) define como diariamente o medo é disseminado através da “fala do crime”. Todo o tipo de conversas, comentários, até mesmo brincadeiras acerca do crime e da insegurança poderá funcionar como algo contagioso na cidade, disseminando nos seus recantos a insegurança. A partir desses fatos, ao mesmo tempo em que a “fala do crime” combate a insegurança, mas, concomitantemente a essa realidade, reforça-se através desses dizeres, relatos do perigo diário, reproduzindo continuamente o pânico na cidade.

No que diz respeito à escala do medo, enquanto os países do Norte, como os da Europa¹⁶ ocidental, possuem uma tendência em gozarem de uma sensação de segurança, em certa medida elevado, sendo desarranjadas essas circunstâncias com as constantes investidas terroristas. Junto a isso o medo dos imigrantes, imbricando a insegurança causada pelos terroristas com preconceitos xenófobos, sobretudo, contra africanos, árabes. Em relação aos países do Sul do mundo, existe uma constante companhia da insegurança urbana, a crassa desigualdade, as redes do tráfico e a demonização do pobre associado com três últimas décadas de políticas neoliberais, contribuem de maneira decisiva para tornar caótica a situação na cidade, alimentando o medo urbano (GRAHAM, 2013).

16 Mesmo países que possuem índices de violência urbana baixos, considerado por muitos como gozando de uma relativa tranquilidade, como Portugal na Europa, a percepção de insegurança presente nas pessoas é considerado elevado, tornando complexa ainda mais o entendimento dessas questões, além de evidenciar o papel que a mídia traz para configurar tal realidade (RÊGO E FERNADES, 2012).

Caldeira (2011) enfatiza uma divisão da realidade, a partir do crime/medo, na qual mesclam-se fatores políticos e econômicos aglutinados a um processo de preconceitos contra a ocupação dos nordestinos no bairro da Mooca em São Paulo. Em tempos pretéritos, o bairro era tido como mais aprazível para viver, no momento da ocupação com sujeitos com outro perfil socioeconômico, com a chegada dos nordestinos, o bairro transformou-se em um local desinteressante e desagradável. Os moradores em vários momentos relacionam à decadência e o aumento no número de assaltos e crime cometidos no local à chegada desses nordestinos, esforçando-se para criminalizá-los, responsabilizando-os em relação a todo o mal cometido no local.

Nesse ínterim, o medo cumpre um papel diário não somente como companhia devido ao alerta constante aos quais todos os cidadãos são obrigados a conviver, mas pela função desempenhada em “amarrar” a percepção de decadência moral, ética, econômica, preconceitos contra pobres e os negados da cidade. O medo materializa-se através da segurança, mas paralelo a isso, ganha forma através dos corpos capazes de causar medo. Baseando-se nesse sentimento, inúmeras atitudes realizadas pelos agentes hegemônicos da cidade fundamentam o controle da população, sobretudo do pobre da cidade, além das ações violentas.

Além disso, esse sentimento é capaz de engendrar uma realidade binária, dividindo entre um tempo “bom e ruim”, entre locais tidos como topofóbicos e outros mais seguros. Essa sensação é capaz de reproduzir a “fala do medo”, seja por ter sido vítima, em algum momento ou através de conversas com falas traumáticas. Esses dizeres temerosos é uma maneira de organizar simbolicamente uma realidade transformada e desorganizada pelos episódios de medo oferecidos pela cidade, aumentando o alerta nos seus recantos. As marcas traumáticas¹⁷ estampadas nos muros é um exemplo material dessa realidade de insegurança.

Para mitigar a insegurança na cidade são forjadas alternativas territoriais, como os enclaves fortificados dos quais nos fala Caldeira (2011), ou os territórios de segurança cumprem uma função de abrigar os medos dispersos e difusos presentes na realidade da cidade. O medo encontra-se imerso em preconceitos contra segmentos da sociedade, além de contribuir para reproduzir uma diferenciação no espaço urbano. Os espaços privados da casa, dos shoppings, dos restaurantes com

17 Marcas estampadas na materialidade, muros marcados pela recente ampliação, instalação de aparatos de segurança, depois de algum tipo de violência sofrido pelo próprio indivíduo ou alguém próximo da sua família, seja na rua, no bairro, na cidade.

seguranças na porta, sensores de segurança, exercem uma função de “muro”, empecilho contra a surpresa causada pelo encontro com um indesejado causando pânico, desconforto, incomodo.

O perigo/imprevisibilidade é um binômio evitado ou acredita-se com essas medidas de segurança estejam evitando-se. Se a insegurança produz uma negação do encontro com o outro diferente, torna o espaço urbano ainda mais complexo devido à realidade na qual as cidades brasileiras foram sendo erigidas, pois continuamente foram forjadas através da premissa de fragmentação entre os diferentes habitantes urbanos. Diante dessa situação, há uma tendência inegável na reprodução “muros” na cidade, construções do território do “outro”, encarado por essa perspectiva como inimigo, culminando em mais preconceitos e insegurança.

Nesse medo difuso presente na existência humana, no que diz respeito à cidade do Recife, devido à quantidade de crimes cometidos na cidade e situação crítica de todo o estado em relação à segurança, um grupo fez uma paródia com uma música tema do Recifolia, famoso carnaval fora de época que outrora era realizado na cidade. Através do humor relata uma situação caótica, a alegria da festa carnavalesca reproduzida na música, foi reinventada, tendo agora nesses tempos de insegurança, o medo como temática prioritária:

[...] é bala, sequestro, assalto a banco. É o que dá na TV Veja, lá vem o arrastão com um monte de ladrão, segura a minha mão que agora a gente vai correr para valer Ta cá molesta! RECIFOBIA você faz parte dessa agonia, Ta cá molesta! RECIFOBIA Desse pavor que dá no dia a dia. Ta cá molesta! RECIFOBIA você faz parte dessa agonia Ta cá molesta! RECIFOBIA Desse pavor que dá no dia a dia. É uma enrolação o pacto pela vida, quem anda de “busão”, sabe o que é temer. Seja na beira do mar, Boa viagem, Olinda. Acabou de escapar uns presos em Itamaracá. Ta cá molesta! RECIFOBIA você faz parte dessa agonia. Ta cá molesta! RECIFOBIA Desse pavor que dá no dia a dia. Ta cá molesta! RECIFOBIA você faz parte dessa agonia. Tacá molesta! RECIFOBIA Desse pavor que dá no dia a dia (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 20 de Junho de 2017).

A produção territorial pautada no sentimento de medo contribui efetivamente para o clamor atual por segurança. O “bairrofobia” enseja a todo instante meios técnicos empregados no território, com objetivo óbvio de produzir uma sensação de segurança. A partir dessa realidade, encontra-se um dilema de difícil dissolução, a tentativa impressa pela elite em desenvolver a segurança associada com a liberdade. Além de toda uma parafernália de segurança existe uma outra maneira de experienciar as ruas, avenidas, formas de moradias e lazer na cidade. Além do mais,

quanto mais forem fechados os espaços para o exterior, apresentando-se “limpos”, retirando os negados da cidade, torna-se um espaço mais aprazível.

2.4 Segurança/liberdade - uma difícil associação e os muros das cidades: vivemos emparedados no medo

Em um mundo no qual a instabilidade e insegurança se impõem, a busca por segurança torna-se uma tarefa digna em ser almejada ao longo da vida. A segurança atualmente é uma das questões amplamente debatidas, diariamente são consideradas formas para se chegar a uma segurança mais real e concreta no espaço urbano. O medo da violência vivido diariamente nas cidades e nos seus recantos são fatores utilizados como justificativas para diversas atitudes forjadas atualmente. Na sua amplitude de acepções, a segurança encontra-se imersa nas mais variadas formas, todos buscam segurança, seja no bairro, seja na cidade.

Como afirma Haesbaert (2010) vive-se atualmente uma era dos riscos, risco ambiental, de vida, áreas de risco, áreas representativas de risco, como as favelas. Nessa realidade de incertezas, são sedimentados os limites territoriais, as medidas de segurança e contenções territoriais. Essa geografia dos riscos, da insegurança contribui de maneira efetiva para fomentar os muros, as divisões, os desencontros, além de uma realidade na qual se almeja alcançar meios para afagar uma existência insegura.

Em nome da segurança mundial, foram colocados e conservado no poder alguns dos ditadores mais sanguinários de toda a história. [...] Para fabricar armas, é preciso fabricar inimigos. [...] Para enfrentarmos as ameaças globais, precisamos de mais exércitos, mais serviços secretos e a suspensão temporária da nossa cidadania. [...] O sentimento que se criou é o seguinte: a realidade é perigosa, a natureza é traiçoeira e a humanidade, imprevisível. Vivemos como cidadãos, e como espécie, em permanente situação de emergência (COUTO, 2011).

Segurança poderá ser encarada tanto do ponto de vista da inexistência dos riscos reais quanto através da sensação sentida pelo indivíduo nos diferentes espaços da cidade. “A noção de segurança: ela sempre lida com a ideia de ameaça. E a ameaça está no domínio do imaginário e das possibilidades. Se porventura se efetiva, ela deixa de ser ameaça e se torna realidade” (MELGAÇO, 2010, p.62). Além disso, o autor também considera que é ambíguo o conceito, poderá tanto relacionar-se com ausência de risco e insegurança, quanto os meios pelos quais é necessário para

atingir essa situação. Nesse sentido, segurança poderá ser tanto a sensação de tranquilidade, quanto sentir-se seguro quando os objetos técnicos protetivos que se encontram por perto.

Além disso, algumas medidas de segurança são estruturadas permeadas pelo princípio do medo. O estado exerce seu poder contra os inimigos eleitos. Os que deverão ser combatido de maneira truculenta, a vida sem merecimento de viver, devendo ser combatida nesse momento biopolítico (HAESBAERT, 2014). Nesse instante até mesmo as leis são suspensas, com os conjuntos de corpos, encarados como refugos da sociedade devendo, dentro de um cálculo racional, serem exterminados, executados e combatidos.

Numa sociedade controlada, amedrontada, obviamente haverá seus rebatimentos no território. Afinal, dentro de uma condição territorial da existência humana, essas relações de controle da vida, dos movimentos, dos corpos dos sujeitos na cidade, da segurança, do medo e os muros erguidos, só poderão ser exercidas utilizando o território como instrumento. Nessa perspectiva, os objetos são construídos tendo como pressupostos o controle do fluxo da população. São frações da sociedade que não deveriam utilizar determinados locais da cidade ou, no mínimo, esses objetos servem para inibir, coibir, dentro uma lógica dos organizadores hegemônicos da cidade.

Além do mais, a todo custo, segmentos da sociedade tentam comprar segurança, através da capacidade de consumo, esforçam-se, nesse sentido, para materializar os anseios de segurança na cidade. Os implementos que a classe média e a elite compram, objetivando solucionar os riscos e as inseguranças, encontraram-se mais próximo da violência, ao invés de propriamente se aproximar da segurança. Assim, contraditoriamente produzem mais fragmentação nas relações humanas da cidade, deixando em frangalhos uma possível coesão entre os diferentes indivíduos (MELGAÇO, 2010).

Ademais, segurança para os segmentos mais opulentos da sociedade torna-se, dentre outras medidas, sinônimo de uma produção de territórios homogêneos, um esforço incessante para impedir uma mistura social. Diante disso, há um fechamento para a rua dos setores mais abastados, aparatos de segurança, atitudes higienistas de “limpeza dos espaços públicos”, a negação de um conjunto de corpos, que são a materialização da “desordem”, do “medo” na cidade, como negros, mendigos, bêbados, os pobres, motociclistas, são realizadas com o intuito de mitigar o medo e

possibilitar uma existência mais segura, (WACQUANT, 2001).

A segurança/insegurança apresenta-se como um fator responsável pela gestão da vida coletiva, à recuperação dos indivíduos ou fenômenos causadores de danos, que ofereciam perigo a sociedade. Esse contexto foi suplantado por outro, a gestão dos riscos, recaindo sobre um cálculo racional, (probabilidades). Os fatos indesejados tornam-se aceitáveis dentro de um nível estipulado de ocorrências, são combatidos até permanecer em um nível aceitável. Ademais, o capitalismo atual vive coadunado com a concepção do risco, a administração das catástrofes é uma regra. Não à toa, o imaginário de medo produz a ascensão e proliferação das seguradoras (HAESBAERT, 2014).

Diante disso, será que haveria de fato um lugar seguro no espaço urbano? Pode-se estar em um ambiente considerado seguro e nem por isso está livre de um sentimento de insegurança. De outra forma, mesmo que estejamos em locais que possuem altos índices de violência, pode-se sentir pouco ameaçado.

A inexistência de risco real quanto à sensação de tranquilidade dada pela ausência de insegurança. O conceito de insegurança não é, porquanto, entendido aqui como necessariamente um antônimo do conceito de segurança, pois enquanto o primeiro está exclusivamente contido no campo das emoções, o segundo se refere tanto às emoções quanto às maneiras concretas de redução dos riscos (MELGAÇO, 2010, p.62).

Segurança poderá ser encarada como uma metáfora impossível de ser atingida em sua plenitude. Não existe de fato um lugar completamente livre de qualquer tipo de ameaça e, mesmo essa realidade se efetivando seria possivelmente um lugar tão claustrofóbico, tão fechado, que o ideal de segurança entraria em cheque devido à opressão desencadeada por essa realidade. Ainda conforme Melgaço (2010), segurança seria uma invenção humana, por isso não existiria realidade nas coisas, mas apenas na mente de quem a criou.

Caldeira (2011), ao comentar acerca da segurança, revela a realidade na qual pauta-se a concepção de segurança, uma descrição realista do atual período urbano, uma tentativa incessante de construir uma realidade ao mesmo tempo segura e repleta, em certo sentido, de liberdade:

Segurança significa cercas e muros, guardas privados 24 horas por dia e uma série infindável de instalações e tecnologias – guaritas com banheiro e telefone, portas duplas na garagem, monitoramento por circuito fechado de vídeo etc. segurança e controle são condições para manter os outros de fora, para assegurar não só exclusão mas também “felicidade”, “harmonia” e até

mesmo “liberdade” (CALDEIRA, p. 267, 2011).

Há uma complexa relação entre liberdade e segurança, apesar de serem aparentemente excludentes de maneira simultânea, não se poderá pensar um se não houver a outra. Mas há uma possibilidade de vivenciar esses dois valores, liberdade com segurança. Atualmente à classe média e a elite objetivam algo aparentemente impossível em coadunar na sua existência, no instante em que a elite vive em suas “casas fortes” asseguradas, guardadas, fechadas ao exterior e, concomitante a essa realidade de coisas, possui uma capacidade de mobilidade dentro do espaço urbano, existe uma possibilidade em resolver esse imbróglio causado pela falta de coerência entre esses valores.

Obviamente, nas cidades do medo, a “geografia da segurança” se impõe. Estratégias territoriais são fomentadas objetivando mitigar a insegurança presente até mesmo nas atividades mais banais. Obviamente, como já fora discutido, esse sentimento não se apresenta sem as mediações de outros valores defendidos por uma coletividade, por um fragmento social. Nesse sentido, os “enclaves fortificados”, participam dessa perspectiva, estes incluem desde escritórios, Shopping Centers, escolas, hospitais centro de lazer, são espaços privados de uso coletivo. São marcados por muros, isolando-se dos espaços exteriores ao enclave (CALDEIRA, 2011).

Dentro dessa perspectiva, os enclaves urbanos ou “casas fortes” espalhadas pelos recantos urbanos possuem certa aceitação entre os segmentos mais abastados da sociedade, adquirindo uma vida segura envolta de “muros” e apartada dos problemas das cidades. Para atingir tal objetivo, os condomínios fechados, tanto horizontais quanto os verticalizados, são utilizados nessa perspectiva. Esses locais, em vários casos, apresentam uma proximidade locacional dos espaços precarizados. Contudo, encontram-se intensamente distanciados nas suas realidades, além de todo um aparato técnico de segurança e dos muros materiais e simbólicos que contribuem nesse sentido, essa realidade apresenta-se de maneira nítida no campo de estudo, no bairro de Casa Forte.

Nesse contexto aludido entre medos e muros, os limites são cada vez mais visíveis e vividos pelos diferentes sujeitos na cidade. Os muros simbólicos, muros concretos se impõe para fragmentar o espaço urbano. Bauman (2009), Caldeira (2011), Sposito e Goés (2013) Souza (2008), aludem sobre a situação da cidade atual,

evidenciando os segmentos da sociedade inseridos, cada vez mais, em espaços fechados para o exterior, nas “casas fortificadas”, negando a rua ou locais de encontro entre os diferentes cidadãos, preferencialmente fechando-se nos seus autolimites urbanos.

A partir disso, nega-se a advertência proferida por Arendt (2011), em relação à vida na terra nas diferentes temporalidades. Viver é estar entre os homens, entre seus semelhantes redundantes humanos e não apenas assemelhando-se nos símbolos de status, dentro dos territórios seguros, guardados pelos seguranças atentos.

Em quase toda a parte, ao que parece, a riqueza, o poder e os recursos estão se tornando mais e mais concentrados nas mãos dos ricos e super-ricos, que se isolam cada vez mais em casulos urbanos murados e implantam seus sistemas de segurança ou forças paramilitares para a tarefa de imposições de limites e controle de acesso (GRAHAM, 2013, p. 54).

A fragmentação, os muros erigidos no momento do estabelecimento de determinados locais como sendo de risco, inseguros, construindo verdadeiras barreiras, em vários momentos materiais em outros tantos simbólicos. Essa realidade de “muralha” contrapõe o discurso atual do mundo de liberdade dos corpos, do capital, desprendimento das amarras que ofereciam um empecilho às manifestações das subjetividades. Nesse período atual podendo serem empreendidas livremente, sem bloqueios ou impedimentos.

Em contraponto a essa liberdade disseminada como valor supremo no período atual, os corpos dos sujeitos na cidade sofrem com os limites impostos. Contudo, como adverte uma empresa de telefonia, com sua propaganda, defende com veemência esse valor, a liberdade considerada de suma importância, “vivemos sem fronteiras”. Mas será mesmo que atualmente vive-se sem fronteiras, ou melhor, sem limites a nossa existência?

Apesar dos discursos da extinção dos limites, os muros como sendo locais de desencontro, de impedimento, são evocados para impor um ordenamento no território. É possível afirmar que é vivenciada uma era ambivalente. Se por um lado possui um mundo virtual, conectado a uma rede global, com o capital livre, explorado por turista de diversas partes, quase sem limites, por outro lado, a uma desagregação da sociedade, nesse sentido esclarece Alcindo Sá (2009):

Ao mirarmos todos os quadrantes do universo terrestre, o que mais

enxergamos é ao menos na sua verdadeira acepção: uma geografia lastreada em um uno e diverso como nunca aconteceu na história da humanidade. Um uno construído tendo como alicerce e substância nas suas estruturas feitas, em se fazendo e a serem feitas, a razão matematicista e instrumentalista, espacialmente mediatizada por um sistema de objetos “perfeitos” técnicos, científicos e informacionais agregador nas suas funcionalidades, mas desagregador nas suas sociabilidades” (SÀ, 2009, p. 7-8).

Nesse contexto, Sposito e Góes (2013), advertem sobre a característica dos muros nas cidades atuais, diferentemente das cidades de outrora, nas antigas e medievais. O muro era utilizado para proteger toda cidade e os cidadãos abrigados nela. O perigo estava localizado fora dos muros da cidade. Nos muros atuais, existe algo sobressaindo como principal motivação para serem erigidos, é a proteção de parte de uns moradores em relação a outros moradores, um desejo de separação de toda a cidade ou parte dela.

O medo organiza o território, utiliza-se esse sentimento como retórica para fundamentar medidas instrumentalistas dos agentes hegemônicos da cidade. O medo do favelado, do mendigo, do trabalhador, do negro é utilizado como uma forma de ordenar o mundo nas suas diversas escalas. Como é possível observar, as cidades apresentam-se, cada vez mais, emparedadas dentro de limites precisos.

É sintomático que a única construção humana que pode ser vista do espaço seja uma muralha. A grande muralha foi erguida para proteger a China das guerras e das invasões. A muralha não evitou conflitos nem parou os invasores. Possivelmente morreram mais chineses construindo a muralha do que vítimas das invasões que realmente aconteceram. Diz-se que alguns trabalhadores que morreram foram emparedados na sua própria construção. Esses corpos convertidos em muro e pedra são uma metáfora do quanto o medo nos pode aprisionar. Há muros que separam nações, há muros que dividem pobres e ricos, mas não há hoje, no mundo um muro, que separe os que têm medo dos que não têm medo. Sob as mesmas nuvens cinzentas vivemos todos nós, do sul e do norte, do ocidente e do oriente (COUTO, 2011).

Nessa perspectiva Caldeira (2011), Sposito e Góes (2013), advertem sobre a essência existente em toda e qualquer cidade de muros, descrevendo um ato simplório em visitar um ente querido, um parente, torna-se uma investida por entre os muros urbanos. Envolve ultrapassar vistorias, perguntas dos guardas atentos, em prontidão para embarrear qualquer indivíduo considerado estranho ao local. Esse inventário de questionamentos realizado intensifica-se, ainda mais, para aqueles encarados com maior suspeição. Os mais precarizados da cidade são tidos com maior dúvida nos espaços elitizados e assegurados, configurando um muro para essas

pessoas em vários sentidos.

Os muros estampados nas ruas da cidade favorecem o fluxo, a não presença na cidade, nas quadras dos bairros, nas suas ruas, tornam-se locais de passagem sem um vínculo mais efetivo e afetivo com o local. Essas barreiras estampam visivelmente sua face concreta, materialmente comunicam a falta de desejo de vivenciar o público como complemento do espaço mais privado ou como local do encontro entre os diferentes habitantes urbanos. Os muros da cidade exercem um papel decisivo nesse sentido, constroem uma realidade na qual as vidas tornam-se presas, emparedadas nas barreiras, nos muros, nas contenções urbanas, tornando a cidade ainda mais desencontrada.

A rua torna-se insegura por uma gama considerável de motivações, tanto por uma realidade de violência que a cidade apresenta cotidianamente, quanto pelas “marcas traumáticas” resultantes desse fenômeno. Os muros muitas vezes são ampliados tanto do ponto de vista material, quanto simbolicamente, devido a uma experiência negativa vivida na cidade. Essa materialidade reafirma a todo instante a insegurança diária. Nesse momento erigimos as “paredes” das cidades, a vida torna-se “emparedada no medo”, presos nos muros vividos, aprisionados na materialidade, mas, sobretudo, nas experiências traumáticas vivenciadas nas ruas.

3 DESENCATELANDO CASA FORTE: UM “BAIRROFOBIA” À LUZ DA FORMAÇÃO URBANA DO RECIFE – AS ESCALAS DO MEDO NO TERRITÓRIO

3.1 Casa Forte: revisitando um reduto senhorial do Recife – do engenho ao arrabalde

Casa Forte apresenta-se como um local privilegiado na cidade do Recife. Encontra-se repleto de amenidades naturais, estampando nas suas formas uma infraestrutura distinta, composta de serviços diversificados, símbolos/materialidade de uma valorização econômica e status erigidos ao longo dos tempos de sua formação. Esse território na cidade do Recife possui uma considerável valorização no mercado imobiliário, sendo um dos bairros mais onerosos para habitá-lo. São sobreposições do espaço/tempo atrelado ao desenvolvimento do local sendo descritas a seguir.

A todo instante o passado emerge nas ruas e nas Casas fortificadas. A história do bairro remonta a atividade açucareira às margens do rio Capibaribe, ainda nos primeiros séculos de colonização. Nos séculos XVII e XVIII, vários engenhos do açúcar fixam-se na margem esquerda deste curso d'água, como o “Engenho Apipucos”, “Engenho Monteiro” e o “Engenho Casa Forte”. Além desses citados, outros possuíam suas atividades nessa margem, o “Engenho São Brás”, “Nossa Senhora do rosário” e “São Cosme”, engenhos com alta produtividade desenvolveram suas atividades produzindo uma geografia “imersa na água” e permeada pelo “doce do açúcar”.

Nessa dinâmica açucareira, outros engenhos surgidos ao longo da outra margem, a direita do rio Capibaribe, são os “Engenho Cordeiro”, “Engenho Madalena”, “Engenho Torre”, “São Tomé”, “Santos Antônio”, entre outros. Nesse período o Recife revelava uma “geografia do açúcar”, em meio à “moldura líquida”,¹⁸ dos seus rios que cortam, “rasgam” a cidade e, sobre essas fendas, esses canais, desenvolvem-se a vida nos séculos XVI e XVII.

Outro importante rio do açúcar era o “Beberibe”, já na divisa com a cidade vizinha, Olinda. Entretanto, o Capibaribe possuía uma vantagem geográfica, investindo-o de algumas notoriedades. Para o embarque da produção do açúcar, seria necessário subir o rio Beberibe, deslocando-se até o Varadouro nos entre meios de

18 Halley (2013), chama a atenção para a água no Recife. A cidade possui uma origem “anfíbia”, sedimenta sua evolução urbana incrustada nas águas dos rios, nas suas margens, no Oceano Atlântico, em terrenos alagadiços. Nos seus recantos, a cidade apresenta um córrego, um canal, um braço de rio, a água encontra-se sempre presente nessa cidade.

Olinda, somente a partir desse local se direcionar até o porto do Recife nas águas oceânicas do atlântico. Contudo, havia uma condição facilitada pela própria geografia “emoldurada pela água”, descer o Capibaribe até a foz e, dessa feita, empacotar, despachar para a Europa toda a produção açucareira através do porto recifense, era uma condição facilitada pela geografia “anfíbia” do local.

A atividade açucareira era escoada através das águas do rio Capibaribe, interessante esse “canal líquido”, acompanhando a área de estudo, intimamente presente ao longo das temporalidades. Atividades eram realizadas, sobre o local, como passeios almejando o desfrute da geografia natural aprazível, realizados no rio Capibaribe pelos habitantes dos engenhos, revelando uma vivência atrelada às águas do rio. Além do mais, esse ambiente aquático era o principal local de fluxo das mercadorias produzidas nos engenhos, bem como em relação ao transporte de pessoas. A geografia natural encontrava-se numa simbiose indissociável com as atividades realizadas pelos habitantes daquele território.

Nos arredores da área originária do conjunto urbano de Casa Forte, o rio, as águas do Capibaribe, produziram uma geografia peculiar. A “geografia anfíbia” condiciona a existência das canoas. O deslocamento por essas pequenas embarcações deslizava sobre essas as águas mansas, límpidas e tranquilas. “Ali o rio ainda não conheceu ponte. Havia canoas e uma balsa para a travessia. Era a “passagem”. Mais conhecida assim por mais frequentada. Ia-se para a Madalena, para a ponte D’uchoa, para Caxangá” (SETTE, 1978, p.12).

Como a cidade do Recife encontra-se em um enorme delta composto por vários rios, as canoas consistiam em um importante meio de locomoção, influências dos povos indígenas, utilizadas sem maiores problemas pelos colonizadores. Alguns trechos do rio havia uma predileção dos mais afortunados, com isso construções nas margens do Capibaribe foram sendo estabelecidas, como a passagem da Madalena. Ao longo do Capibaribe existiam locais de atracagem para as canoas no seu trânsito contínuo. Como as águas eram mansas sem maiores declividades no curso do rio, não ofereciam empecilhos maiores ou aventura a esse tipo de locomoção. Com efeito, esse sistema de transporte perdurou até o fim do século XIX (MENEZES, 2015).

O engenho da Casa Forte, erguido em meados do século XVI por Diogo Gonçalves, terra doada pelo então donatário Duarte Coelho como um dote pelo casamento com D. Isabel Fróes. A filha desse casal D. Isabel Gonçalves Fróes, casou com Jerônimo Paes de Azevedo, herdando a terra já nos finais do século XVI, logo

depois passando a propriedade para uma filha desse último casal, D. Ana Paes. Ao longo do tempo, algumas denominações foram dadas à área originária do bairro, como “Engenho Turlon”, “Engenho Nassau”, “Engenho de With” e finalmente “Engenho Casa Forte” (COSTA, 2015).

O local desde sua origem apresenta-se como um espaço privilegiado para o desenvolvimento das atividades econômicas açucareiras, possibilitada por uma geografia natural esplêndida. No século XVII, era considerado um dos engenhos mais afortunados, exatamente por apresentar, “[...] matas, terras vastas fertilíssimas, facilidade de comunicação fluvial com a praça do Recife e bem montada fábrica, com a espaçosa e confortável casa da vivenda, levantada sobre pilares de pedra” (COSTA, 2015, p. 60). Essa geografia natural possibilitou o desenvolvimento das atividades açucareiras, ainda no século XVI com a construção da casa-grande, senzala, fábrica e capela, símbolos da ocupação inicial de Casa Forte.

Leitão (2014), a partir de uma perspectiva da arquitetura e dos escritos do sociólogo Gilberto Freyre, insere a Casa Grande, como uma obra coletiva, um verdadeiro centro social. Costumeiramente encara-se a habitação a partir de uma manifestação individual, de desejos subjetivos, fonte de um processo de individualização. Contrariamente a essa perspectiva, a autora apresenta a casa, como uma obra eminentemente coletiva, expressão dos valores éticos, políticos, culturais, arquitetônicos, defendidos naquele instante.

A casa grande, suas formas, anunciavam a existência de um senhor, o patriarca, o dono e soberano das terras. A elevação, a localização da residência senhorial permitiam uma visão privilegiada dos acontecimentos, exercendo um controle mais efetivo do patriarca sobre o local. Ademais, a residência senhorial exercia um papel de centro médico, eram nesses locais onde mulheres davam à luz as suas crianças. Também nas residências patriarcais vendedores convenciam seus futuros clientes a adquirir seus produtos. Era um tempo no qual a casa abrigava algumas das mais variadas funcionalidades. Essa casa senhorial ao longo do tempo cristaliza relações desenvolvidas nas cidades brasileiras.

Voltando para a área de estudo, o nome “Engenho da Casa Forte” remonta nesse período um reduto senhorial, um sentido de proteção erigido com base na figura do patriarca. Naquele momento, de uma geografia magnífica, repleta de amenidades naturais, dos passeios sobre as águas mansas do Capibaribe. Além desses fatores a casa forte senhorial justifica-se como um claustro de segurança, devido à batalha

deflagrada no fatídico “17 de agosto de 1645”, a casa grande era um reduto dos holandeses, as relações matrimoniais de D. Ana Paes com os flamengos erigiram essa realidade. A senhora da Casa forte era casada com um holandês, Gisbert de With.

É intrigante como o nome do combate torna-se afamado pela denominação de “Batalha da Casa Forte”. Obviamente o papel desempenhado pela casa senhorial foi fundamentalmente prestigioso naquele momento, exercendo uma função de “reduto de segurança”¹⁹, de proteção contra a investida das tropas pernambucanas.

Essa batalha ficou conhecida como batalha da casa forte, devido à importância que a casa grande teve para a batalha, acolhendo os holandeses. A origem do nome atual do bairro de Casa forte se remete a essa batalha e ao papel fundamental da casa grande (COSTA, 2007, p. 71).

No dia 16 de agosto de 1645, o chefe da tropa holandesa foi até o Engenho Várzea, prendendo as mulheres destacadas do exército pernambucano. Logo Após a esse fato, regressou para o reduto da Casa Forte. Posteriormente ao ocorrido, o prestigioso “João Fernandes Viera”, mandou tropas do exército ao engenho no dia 17 de agosto de 1645, no intento da rendição dos holandeses e a libertação das notáveis mulheres da Várzea. Nessa batalha os holandeses foram derrotados, inicialmente na campina do engenho e posteriormente seguiram para a casa de vivenda em meio ao fogo ateado na cana-de-açúcar. As tropas pernambucanas avançavam, conseguindo a rendição da tropa holandesa, no embate conhecido como a “Batalha da Casa Forte” (COSTA, 2015).

No final do século XVII a produção açucareira entrou em processo de crise, decadência. Os moinhos de açúcar já não possuíam o vigor de outrora. Esse processo de desaceleração das atividades dos engenhos e posterior desativação culminaram com uma transformação na ocupação no território. Os engenhos são desativados, outras funcionalidades são atribuídas e desenvolvidas na área de estudo. Já no final do século XVIII há uma divisão das terras dos antigos engenhos. Originando os embriões dos atuais bairros às margens do Capibaribe: Casa Forte, Monteiro, Poço da Panela e Apipucos, “Terras de antigos engenhos ou meros povoados de outrora eram agora subúrbios afamados, paraísos de repouso, estações de cura, quando não

19 Obviamente os fatores que produzem as casas fortificadas no bairro atualmente são outros, é arriscado tentar correlacionar à segurança atual com esse momento do século XVII, mas esse relato não poderá ser desprezado.

zonas de moradia habitual” (SETTE, 1978, p. 105).

No século XVIII, inicia-se a formação dos sítios de arrabaldes, inicialmente como locais de veraneios, em períodos específicos do ano, quando as famílias mais abastadas dos bairros se deslocavam para desfrutar uma natureza exuberante, o “mato”, os arredores da cidade. Consistiam em locais com temperaturas e paisagens aprazíveis, cortadas por rios, com a casa dos sítios, circundado por uma vegetação esplendorosa, repleta de fruteiras, jardins monumentais. Um reduto bucólico afastado dos problemas presentes na cidade do Recife.

O “mato” era a frescura no verão, as fruteiras peçadas, os chalés de azuleijos, os solares de sótão e terraços de pedra de lioz, os caramanchões perto dos muros para ver quem passa, as figuras de louça do porto, a vida regalada da mesa farta, do leito macio e das palestras convidativas. Sem falar na dança, nos jogos de vispora ou gamão, nas músicas e nos cantos ao piano. As famílias dos comerciantes, afeitas as moradias nos sobrados, por cima das lojas, embora com o prazer dos mirantes e dos torreões, gostaram do verão nos arrabaldes (SETTE, 1978, p.42).

O Bairro desfrutando de uma maior facilidade nos transportes com aberturas de estradas, como a Estrada de Casa Forte, construída ainda no século XVIII, e a Estrada de Apipucos no século XIX. Ademais, possuindo amenidades naturais, grandes festas religiosas, sem apresentar os transtornos do Recife evidentes já em meados do século XIX. Com efeito, as amenidades tornaram-se um cenário ideal, bucólico, para elite portuária fincar residência no “mato”, expandindo os limites da cidade. Nesse instante, Casa Forte reafirma-se como um reduto, uma vez mais, um claustro, abrigando a elite “fugitiva” dos problemas do Recife apresentados no período.

Casas soltas nos terrenos, repleta de uma vegetação sempre verde era o cenário dessa área nesse momento. As fachadas das casas voltavam-se ao Capibaribe, funcionavam como uma espécie de água com capacidade curativa para as mazelas que afligiam a população naquele momento. Existiam os “passos”, degraus construídos na beirada do rio, revelando a relação de vínculo afetivo existente com o rio. Segundo concepções populares, o rio Capibaribe era um líquido curativo, para as diversas enfermidades que atingiam a população: inflamações, problemas dos mais diversos, paralisia, erupções e problemas no fígado. Todas essas mazelas encontravam cura nas águas mansas do rio Capibaribe (SETTE, 1978).

Ao longo do século XIX, inicia-se um processo intenso de transformação urbana

no Recife. Nesse momento são consolidados os sítios de arrabaldes. O visconde Conde da Boa Vista, na sua administração entre 1837 a 1844, ofereceu um enorme impulso para instalações da infraestrutura da cidade do Recife. Nesse sentido foram construídos cemitérios, sistemas de iluminação a luz de lampião, companhia de abastecimento de água e edificações importantes como a construção do teatro Santa Isabel. Além disso, investimentos nos transportes, acaba sendo decisivo para consolidar os arredores do Recife.

A força propulsora modernizante do Recife impunha várias transformações na cidade. Nesse período o Recife revela sua vocação para o “novo”, o moderno. É atrelado a essas mudanças, as casas de arrabaldes, os sítios, são consolidados como local de residência permanente. Nesse momento o “mato” começa a ganhar uma densidade populacional mais efetiva, muito em parte, devido ao desenvolvimento dos trilhos dos bondes e pelas estradas efetivadas nos séculos XVIII e XIX, os sítios, as casas de arrabaldes são consolidados.

[...] pouco a pouco os arrabaldes passavam a ter habitantes fixos: botaram luz e gás. Melhoraram os caminhos. Pareceram cabriolés e berlindas. Veio o trenzinho suburbano. Cresciam os núcleos intermediários entre os subúrbios populosos. Perdera-se o preconceito contra o “mato”, contra “um fim de mundo”. Nasceram as residências nos extensos sítios, com a casa envolta pelas árvores, a cacimba de água gostosa, o copiar aberto á viração, o viveiro farto de peixes, a cocheira para os cavalos de montar e os de puxar a sege, (SETTE, 1978, p. 43).

No último quarto do século XIX, o Recife ganha definitivamente o “mato”, devido as transformações ocorridas nos transportes terrestre, sobretudo após a implantação das “Maxambombas”, em 1867. Esses pequenos trens eram movidos a vapor, conectando os bairros centrais aos arredores e a cidade de Olinda.

Nas cidades o circular da gente compreende as ligações necessárias entre lugares. De principio, nos três primeiros séculos da colonização no Brasil, ao circular, essa gente andava sobre os pés ou montada em animais, geralmente o cavalo, ou utilizava carroças de tração animal, o carro de bois, por exemplo. As dimensões das ruas eram reguladas pelas condições do deslocamento de um lugar ao outro e segundo as possibilidades dos transportes empregados. Era uma relação equilibrada, por ser regida à luz da escala humana (MENEZES, 2015, p. 13).

Com as estradas surgidas ainda no século XVIII, à estrada de Casa Forte, consolida-se no século XIX com o advento dos transportes urbanos, tornando-se um

caminho importante para quem objetivava percorrer da área portuária do Recife até os seus arredores. A Estrada de Casa Forte ao longo das suas ampliações conecta-se a certa altura com a estrada de Apipucos, chegando até ao bairro de Dois Irmãos. Essas vias ao longo do tempo possibilitarão o trânsito dos transportes responsáveis pela integração da cidade com seus limites mais “longínquos”. O “mato”, torna-se paulatinamente entrelaçado com a cidade, as casas voltando-se para as estradas, estas se tornam mais valorizadas com os transportes.

As maxambombas, que eram veículos mais rápidos que os ônibus, trouxeram muita gente para os sítios desta área. Pouco a pouco, esta área que possuía até então pouca habitação regular, devido à dificuldade de transporte, via atraindo mais pessoas, transformando-se em arrabaldes ou subúrbios. Surgem assim, os arrabaldes de Poço da panela, Monteiro, Apipucos e Casa Forte, (COSTA, 2007, p.76).

Já no século XX os bondes elétricos ganham a cidade, acelerando a ligação de locais mais distantes aos bairros do Recife. O melhoramento nos transportes influencia de maneira determinante no desenvolvimento do local. A área apresenta-se como uma materialização dos “caminhos”, da expansão seguida pela cidade do Recife ao longo dos séculos. O sítio urbano da cidade do Recife expande-se do centro para periferia como é em certa medida mais comumente pensar. Contudo, a cidade também espraia-se no seu sentido inverso. Os arrabaldes cresceram em direção ao centro, em direção à área portuária.

extinto o engenho, e dividida a grande propriedade em diversos sítios que se foram depois subdividindo, foi-se desenvolvendo a povoação que, por fim, tomou grande incremento com a passagem do caminho de ferro, substituído depois por uma linha de bondes elétricos, constituindo assim hoje um dos mais belos, aprazíveis e adiantados arrabaldes da capital de Pernambuco (COSTA, 2015, p.64).

A área consolida-se enquanto importante e aprazível arrabalde da cidade., possuindo uma geografia natural exuberante, contudo, o bairro é produzido repleto de contradições estampadas na dinâmica de ocupação territorial. As beiradas dos córregos, terrenos alagadiços, locais íngremes vide os morros, são ocupados pela população menos favorecida, sobretudo, por serem espaços desprezados historicamente pela elite abastada de Casa Forte. São nesses territórios ocupados pela população mais precarizada que fornecem pista para construção da geografia do medo no bairro.

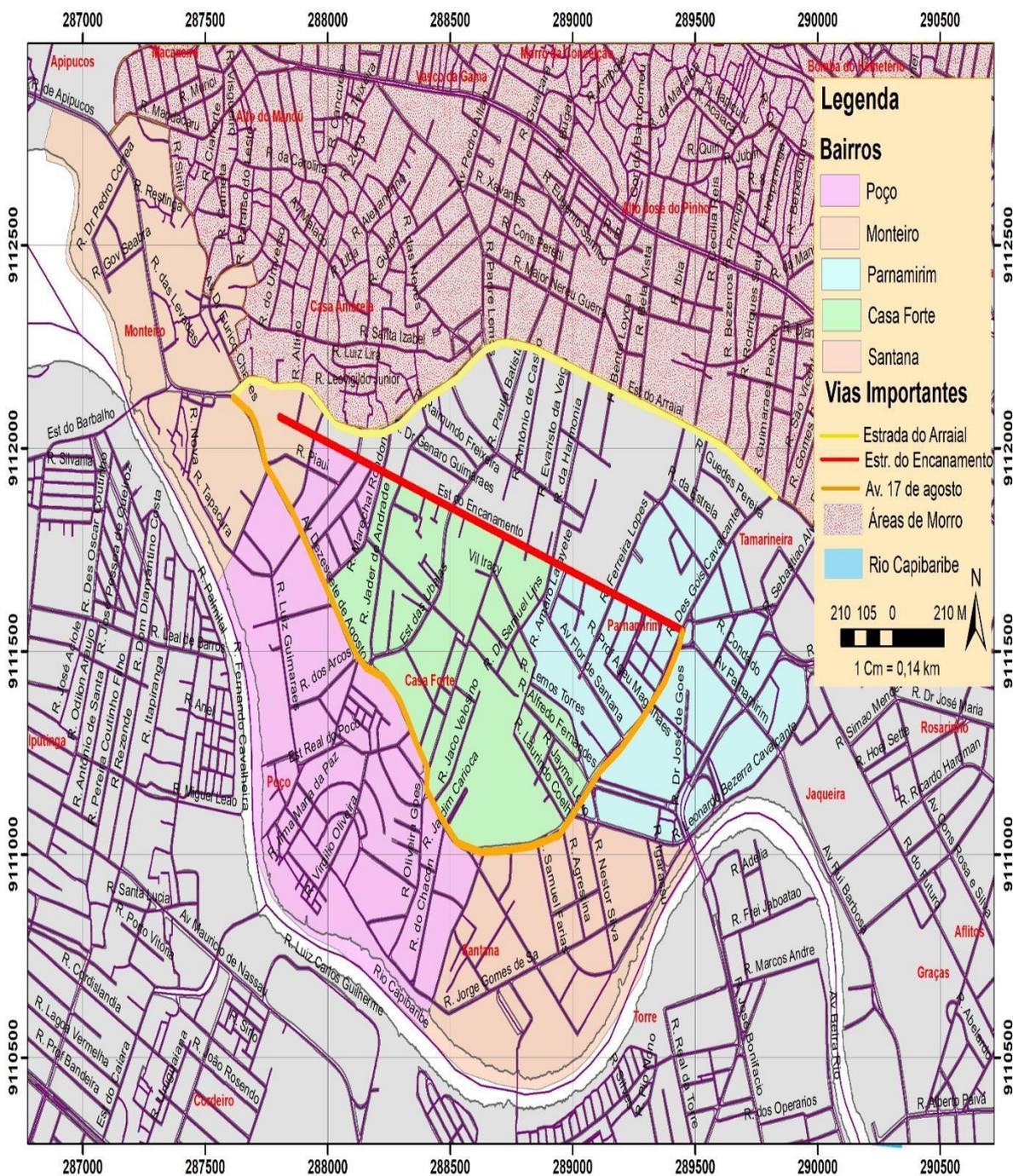
3.2 Geografando um “bairro elitizado e seus paradoxos: entre o “status” e a pobreza

Dentre os variados bairros tidos como redutos elitizados na cidade do Recife, Casa Forte, revela alguns aspectos peculiares, guardando nas suas formas símbolos/materialidades denunciando de um fragmento de classe socialmente distinto. Algumas características do bairro contribuem para reproduzir uma imagem histórica de uma elite recifense, marcada pela herança dos engenhos do açúcar, as margens do rio Capibaribe, de uma aristocracia voltada para produção açucareira desde os primeiros séculos de colonização.

Morar no bairro de Casa Forte (Figura 03) significa associar um local elitizado, desde os tempos mais longínquos a um presente marcado pela manutenção de um passado “nobre” revivido em cada esquina e rua do local. Nesse sentido, o tempo vivido torna-se fonte de valorização, símbolo de diferenciação. Os diversos tempos se sobrepõem, refazendo uma simultaneidade no espaço, em toda espessura do bairro situado na zona norte do Recife (figura 04). A associação em relação ao período de formação desse território reafirma a sua aristocracia.

As memórias elitistas do bairro encontram-se reproduzidas nas fachadas de edifícios residenciais, nas casas de comércio e serviço e em suas praças monumentais. Os nomes dos edifícios recordam a nobreza histórica do bairro. Edifício Senzala, Casa Grande de Sant’anna, Casa Grande das Ubáias (Figura 05), Sobrado Gilberto Freyre, entre outros. Difunde-se a imagem de um bairro privilegiado alocado nos meandros do rio Capibaribe, refúgio de amenidades naturais e de uma infraestrutura urbana singular.

Figura 3 - Mapa de localização do Conjunto Urbano de Casa Forte



Fonte: O Autor (2018)

Figura 4 - Na mesma figura os diferentes tempos presente no bairro: a edificação da antiga Casa Grande do “Engenho da Casa Forte”, (atualmente o “colégio da Sagrada Família”), ao fundo condomínios residenciais construídos mais recentemente



Fonte: O autor (2017)

O tempo nesse sentido exerce uma força condutora de uma valorização territorial explorada pelos agentes imobiliários com veemência. Esses tempos passados são sobrepostos por outros mais recentes, incrustando-se nas imagens territoriais do bairro de Casa Forte. Conforme Costa (2007), existem três temporalidades perpassando esse território, engendrando uma produção territorial peculiar na cidade, nos séculos XVI e XVII a partir da produção açucareira e o rio Capibaribe, com todas as construções permeadas por essa atividade, a casa grande, a senzala e a igreja, além da campina localizada em frente à antiga casa grande, atualmente a famosa Praça de Casa Forte.

O bairro apresenta-se oriundo dessas construções, possuindo ainda uma conservação material e locacional dessas edificações. Nos séculos subsequentes, os XVIII e XIX, há uma transformação e dos antigos engenhos em sítios e casas de arrabaldes. Toda aquela geografia natural monumental começa a ser substituído por edificações e uma maior ocupação da área. Esse processo fora empurrado pela força de transformação advinda do implemento dos transportes terrestres. As maxambombas e os carros de burros nos séculos XIX, os bondes elétricos no século XX. São esses adventos modernizadores responsáveis pela transformação do cenário

da área entre o fim do século XIX e começo do XX.

Figura 5 - Condomínio Casa Grande das Ubáias. Na imagem chama a atenção o nome do edifício, atrelado as primeiras ocupações do bairro, advinda das memórias evocadas da colonização, onde existia um reduto senhorial do açúcar



Fonte: O autor (2017)

Ainda no século XVIII e XIX, o rio permanece como um meio de facilitação do fluxo, além das casas voltando suas faces para o Capibaribe, (figura 06), como forma de desfrutar dessa amenidade e suas temperaturas aprazíveis. Entretanto, inicia-se um processo de aumento de importância das estradas, os transportes terrestres são valorizados, diante disso, há uma ampliação e construções de estradas por onde as pessoas, cargas, mercadorias afluíam e confluíam dos vários recantos da cidade.

Figura 6 - Antiga casa de Arrabalde localizada nas proximidades do bairro da Jaqueira, nos arredores do bairro de Casa Forte, voltando-se inteiramente em direção ao rio Capibaribe²⁰



Fonte: O Autor (2017)

Ao longo do século XX, há uma consolidação do bairro, um adensamento populacional e fixação de empreendimentos e serviços dignos de um bairro que exala uma elitização tipicamente recifense da Zona Norte da cidade. Ou seja, uma elite aristocrática fomentada a partir da atividade açucareira, às margens do rio Capibaribe reproduzida ao longo do espaço/tempo. Nesse último período do século XX, são construídos edifícios residenciais de alto padrão, shopping, um comércio para atender uma classe emergente economicamente na cidade.

Sobre o período do açúcar, Leitão (2014) traz um alerta sobre a condição humana e urbana da cidade do Recife, à luz do sociólogo Gilberto Freire, herdada do período colonial açucareiro. Nossa herança patriarcal engendrou uma negação histórica do espaço público no período colonial, uma realidade estendida ao longo do tempo. A rua é/era um lugar das prostitutas, dos mendigos, dos malfeitores, ou seja, um espaço negado e inseguro para um segmento social da época. A construção da elite colonial

²⁰ Essa imagem foi retirada em um trabalho de campo realizado em agosto de 2017, junto com o pós-doutorando em geografia pela UFPE Bruno Maia Halley, por meio de uma pequena embarcação sobre as águas do rio Capibaribe.

realiza-se de “portas para dentro” do espaço privado da casa ou da “casa grande” no período açucareiro e dos “sobrados” no período industrial e urbano da cidade (LEITÃO, 2014).

A casa grande é uma expressão material de uma sociedade fomentada, a partir, de relações marcadamente senhoriais. A primazia da casa, da casa grande, símbolo de status e distinção social, fonte de poder nos primeiros séculos da colônia, significa na prática que a sociedade brasileira formou-se dando as “costas” para rua. Os conteúdos expressando interação social abrigavam-se nos espaços privados das residências patriarcais, na sala, na cozinha, entre outros locais privados. São esses os locais efetivamente da vivência, contudo, cederam para a rua o estigma de um local pouco atrativo, perigoso, ocupado pela população subalterna colonial. As hostilidades nas cidades tornaram-se cravadas materialmente no território nesse período (LEITÃO, 2014).

Saltando os séculos e adentrando as primeiras décadas do século XX, o bairro vivia uma intensa vida pública tendo como estandarte desse período a construção da Praça de Casa Forte, “um local para onde convergem as pessoas e onde se realizam as festas (COSTA, 2007, p. 90). A Praça de Casa Forte apresenta-se como o coração simbólico do bairro, recorte territorial permeado por um simbolismo/materialidade e uma centralidade, atravessando os tempos de existência da área de estudo.

Esta obra monumental criada pelo famoso urbanista Burle Marx, na primeira metade do século XX, em 1937 é mais um símbolo/materialidade de status presente no bairro, localizado exatamente em frente às primeiras edificações, reafirmando as imbricações dos tempos presentes no local (Figura 07). Implantada na antiga campina do “Engenho da Casa Forte”, em frente à casa grande, a praça dispõe de uma vegetação ampla circundando-a, possibilita a partir disso, uma sensação de “segurança”, um espaço “verde” cravado no centro do bairro. Funciona nesse sentido como um reduto, um território de segurança no local.

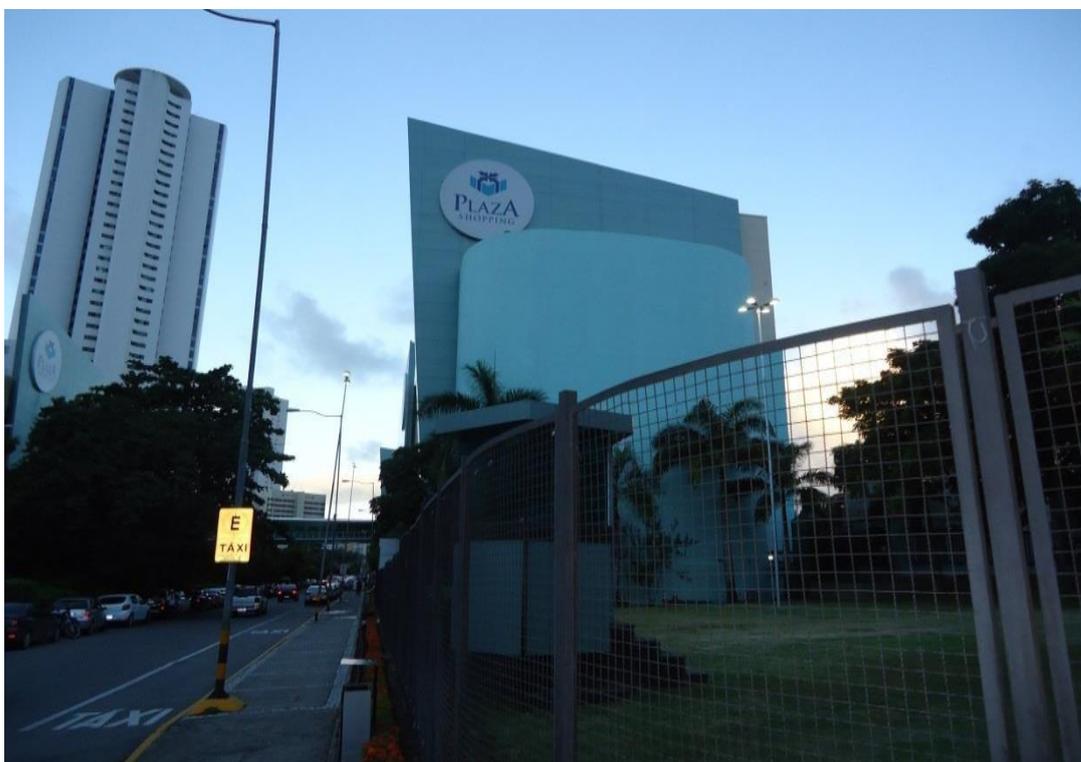
Figura 7 - Os primeiros momentos da Praça de Casa Forte, cujo projeto paisagístico pertence ao arquiteto Burle Marx, construída na “antiga campina” do engenho. A imagem retrata o “espelho d’água” e uma ampla vegetação tropical presente nos arredores do local



Fonte: Fundação Joaquim Nabuco (2017)

Ao longo do último quarto do século XX e primeiros momentos do século XXI, o bairro passa por intensas transformações. Inicia-se um processo de conversão das formas do bairro, um processo de verticalização voraz tomando o horizonte do bairro. Residências fortificadas verticalizadas, implantação de um comércio e serviços no bairro para atender a uma demanda de uma população com uma vida amplamente mais voltada para o consumo, o shopping Plaza Casa Forte (Figura 08), construções de supermercados, galerias, entre outros locais comerciais. Esses empreendimentos atraíram uma sociedade economicamente emergente, além dos remanescentes da aristocracia pernambucana presente no bairro de outros períodos.

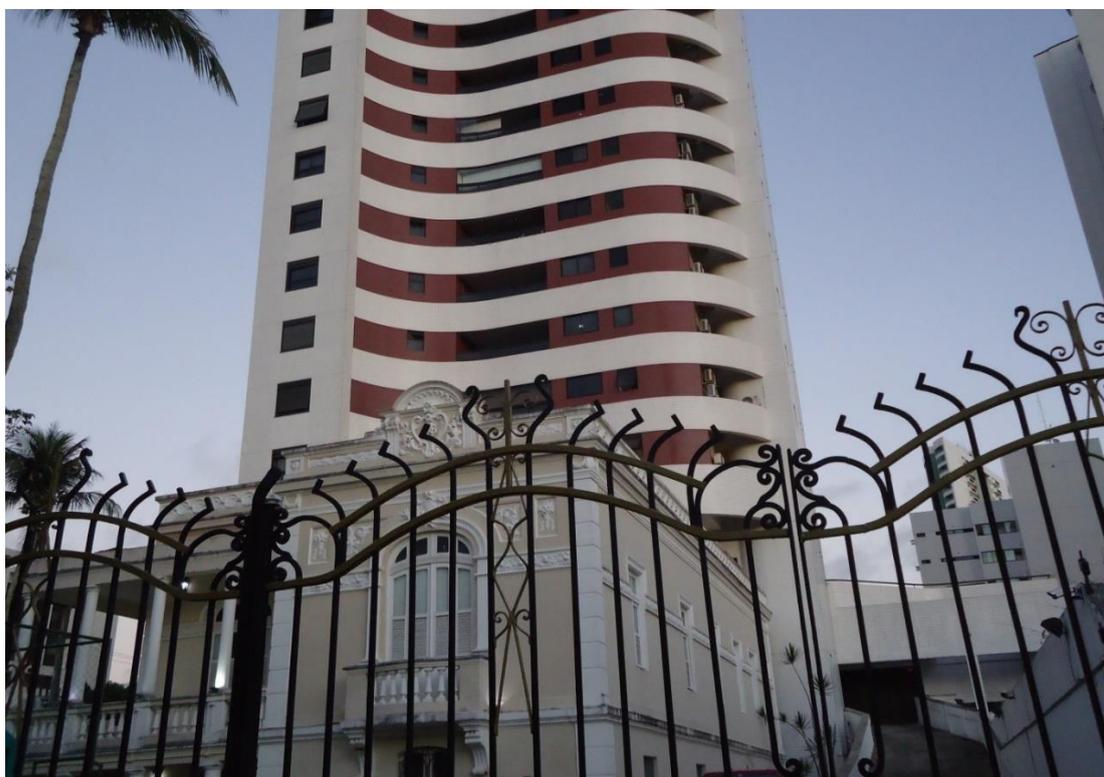
Figura 8 - Shopping Plaza Casa Forte construído em 1998. Torna-se um símbolo das transformações engendradas no bairro para atender a demanda consumidora de Casa Forte e circunvizinhança



Fonte: O Autor (2017)

Essa elite aristocrática do Recife refaz uma sobreposição dos tempos mais pretéritos com os mais novos e modernos. Os edifícios claustros são representativos nesse sentido, uma extrema valorização e alusão as diferentes temporalidades. Muitos edifícios, especialmente aqueles erigidos ao redor da Praça de Casa Forte, estampa nas suas formas um traçado contemporâneo, símbolos de valorização, prestígio e poder econômico. Contudo, associado ao novo, aos projetos arquitetônicos recém-lançados, existem edificações de outros tempos. Essa realidade imbricada dos tempos presa na materialidade herdada é uma característica estampada nos territórios de segurança do bairro nos seus edifícios hermeticamente fechados (Figura 09).

Figura 9 - Edifício nas bordas da Praça de Casa Forte. Além das grandes de segurança, apresenta construções de tempos diferenciados, os edifícios novos estampando modernidade e as antigas casas de arrabaldes dos séculos pretéritos.



Fonte: O Autor (2017)

A preferência e sucesso de espaços como os condomínios fechados e shoppings, evidencia a realidade na qual foi erigida a sociedade do Recife bem como nos seus recantos. Espaços de diferenciação social e territorial, de status e exclusivista. Atualmente podendo desfrutar de uma variada gama de serviços como academias de ginásticas de alto padrão (Figura 10), cafés, bancos, galerias, fornecendo locais com conteúdo no qual trazem uma distinção baseada no consumo. Esses locais se singularizam por uma preferência evidente pelo espaço mais privado, negando a rua, como é comum na vida das cidades repletas de muros.

Acerca dessa realidade, Pedrazzini (2006) realiza uma consideração radical em relação aos shoppings Center. Esses espaços são refúgios contra as mazelas encontradas na sociedade. As pessoas abrigadas nesses locais ficam livres de incômodos visuais e de encontros inconvenientes com os sem-teto, com os pobres da cidade. Nesse contexto, Sposito e Góes (2013), considerando a fragmentação urbana em cidades médias no estado de São Paulo, descreve as características presentes nos locais, permeados por usos exclusivos. As atividades são realizadas em locais

privados, fechados, serviços educacionais, de lazer, de compras, realizados sempre protegidos por muros.

Figura 10 - Academia de alto padrão “Clube 17”, localizada na Avenida 17 Agosto. Contém uma ampla infra-estrutura, uma materialidade/símbolo da negação do espaço mais aberto, o espaço público, além do sentido elitista nas formas do empreendimento



Fonte: O Autor (2017)

Em outros momentos, dos encontros fortuitos nos locais onde aconteciam as festas religiosas, fervilhando o local de pessoas transitando pelo espaço público, na rua, oriundas dos recantos mais diversos da cidade, além do mais, as atividades anteriormente realizadas no espaço público, conforme descrito por (COSTA, 2007). Nesse momento atual, são realizados dentro dos espaços fortificados, nas “casas fortes” do bairro, em ambientes reclusos e restritos com seguranças atentos, guaritas de segurança e cercas eletrificadas. Ao mesmo tempo em que esses aparatos reproduzem uma sensação de segurança, devido a todo um aparato técnico disposto a esse serviço, funcionam como um processo de diferenciação na capacidade de consumo, um processo de proteção de uma elite da cidade.

Nesse contexto, a rua torna-se um local apenas de fluxo. Quem circula se encontra de passagem, não produz vínculos mais afetivos e efetivos com seu entorno, com o território, deixando circunscritos a uma escala de ação mais reduzida. As pessoas

deixam de viver com seus redundantes humanos nos espaços da cidade, deixando de agir e co-agir com seus semelhantes, tornando uma existência na qual predomina a fragmentação, limites, distanciamento e hostilidades.

O bairro é essencialmente cortado por duas avenidas. Uma mais próxima do bairro de Casa Amarela, a “estrada do encanamento”, e a principal via de deslocamento com um grande fluxo de veículos, transeuntes a Avenida “17 de Agosto”, cujo nome reverência a fatídica batalha de 17 de agosto de 1645²¹. Construída ainda no século XVIII, com a denominação de “Estrada de Casa Forte”, a via passou por diversas modificações até ganhar seu percurso atual, ligando os arredores do Recife, o “mato”, ao bairro de Casa Forte e circunvizinhança.

Atualmente, a Avenida “17 de agosto”, apresenta-se como um espaço de fluxo distinto na cidade. Ao longo da via apresenta-se inúmeros comércios, serviços, reafirmando o seu sentido aristocrático. Nessa perspectiva, bares e restaurantes como o “Barchef”, Delicatessen como o “Engenho Casa Forte”, boutiques de roupas e acessórios, banco possuindo serviços exclusivos voltado para um público de renda mensal considerável, sendo o pré-requisito para participar desse seleto grupo de indivíduos possuidores de uma conta atrelada ao banco “Itaú Personnalité” (Figura, 11).

21 Reduto holandês na época, lutando contra as tropas pernambucanas.

Figura 11 - Banco de alto padrão localizado na Avenida “17 de Agosto”. A agência estabelece uma renda mensal elevada para abrir uma conta e tornar-se um cliente com serviços exclusivos, devido ao seu poder de consumo



Fonte: O Autor (2017)

Além desses serviços, há ao longo da via, boutiques de roupas e acessórios residências, como a “palazzetto”, cuja a expressão “sua casa seu palácio”, (Figura 12), representa bem o sentido aristocrático de se viver em Casa Forte, serviços oferecidos na Avenida principal que perpassa o bairro. Esses locais de consumo evidenciam a inclusão e certa comunhão pautada no consumo, entre os “iguais”. São espaços de exclusividade, conferindo distinção social para seus usuários. São redutos de segurança, um local que proporciona segurança para seus privilegiados.

Um ambiente seguro no qual alguém pode usar vários equipamentos e serviços e viver só com pessoas percebidas como iguais. [...] apresentam a imagem de ilhas para as quais se pode retornar todos os dias para escapar da cidade e para encontrar um mundo exclusivo de prazer entre iguais, (CALDEIRA, 2011, p.265).

Figura 12 - Casa comercial de alto padrão situada na Avenida 17 de Agosto. Na loja de acessórios residencial há algumas Palmeiras Imperiais utilizadas como meio paisagístico de distinção social. “Pallazeto sua casa seu palácio”, esse slogan apresentado na fachada



Fonte: O Autor (2017)

Contudo, apesar desse sentido distinto, oriundo do empreendimento açucareiro e das sobreposições de diferentes temporalidades, essa realidade açucareira produziu uma cidade do Recife, comum no bairro de Casa Forte, composta de pólos sociais distintos/desiguais, além dos conflitos entre esses diferentes segmentos sociais. Hoje, esse embate se investe de novos agentes, outros atritos, novos interesses, redundando na produção de territórios permeados pela fragmentação na cidade e nos seus recantos.

Entre uma relação de permanências, avanços e sobreposição dos processos fundantes da área de estudo, há uma reprodução de uma distinção de uma elite senhorial, os abastados, incluídos no consumo de maneira mais efetiva, sendo protegido nas casas fortificadas do bairro, do restante da população da cidade e das comunidades alocadas nos seus arredores. Nesse sentido o bairro poderá ser considerado como sendo um “território sitiado”. Apesar de todo um sentido elitista presente no local, encontram-se comunidades sedimentadas nas suas bordas, nas suas franjas. Estes locais são encarados como o “causador do mal”, dentro do bairro e nas áreas circunvizinhas à Casa Forte.

No instante em que é observado o bairro, existe uma geografia apresentada na qual se assenta o medo na Zona Norte do Recife. Dessa feita, entre o rio Capibaribe e os morros, limites circundantes do bairro, há uma planície abrigando os bairros mais elitizados da cidade. Nesta geografia emana o medo, sitiado entre as águas que “deixaram de serem mansas”, perdendo sua crença de poder curativo de outrora e o morro, reduto da pobreza, representativa de “insegurança”, “fonte do mau” na cidade. Nessa Geografia foi sendo erigida a segmentação territorial e a insegurança no bairro de Casa Forte, espreado-se pelos seus arredores.

3.3 Do centro aos limites, as escalas do medo num “bairrofobia”: uma geografia do medo em casa forte

Congruente a essa geografia assentada no Recife, existem processos atualmente nas cidades, na qual, sobretudo segmentos mais elitizados da cidade possuem uma vivência reclusa, uma vida voltada para o consumo, onde as “Casas Fortes” reafirmam seu território da segurança, uma vida guardada dentro dos claustros. No bairro, esse processo intensifica-se nas últimas décadas do século XX. Nesse momento, um intenso processo de transformação toma curso, culminando com o medo e esse sentimento moldando as topofobias espalhadas pelo local.

Antes de tudo, faz-se necessário realizar uma consideração no que diz respeito ao conceito de bairro. Halley (2014) chama a atenção para a etimologia da palavra bairro:

[...] derivada do latim *barrium* ou do árabe *bárrí*, a palavra *bairro* tem um uso comum em todo o Brasil e só foi figurar nos dicionários da língua portuguesa em dois verbetes: o primeiro relativo a cada uma das partes principais em que se localiza a população de uma cidade ou vila, e o segundo, a aspectos interioranos do pequeno povoado, arrabalde ou arraial, este encontrado nos aglomerados rurais situados no interior do estado de Minas Gerais (HALLEY, 2014, p. 578)

As duas principais correntes no estudo de bairro assemelham-se numa perspectiva humanística e numa corrente Marxista-lefevriana. Essas duas perspectivas apresentaram como tendência a associação da dimensão bairro ao conceito de lugar. A humanística define bairro como um lugar no qual são traçados laços de pertencimento mútuo, desenvolvendo relações íntimas, de vizinhança e familiaridade, nesta corrente, o bairro possui uma representatividade tanto individual quanto coletiva. A segunda perspectiva encontra-se na inexistência da possibilidade

de os indivíduos vivenciarem a

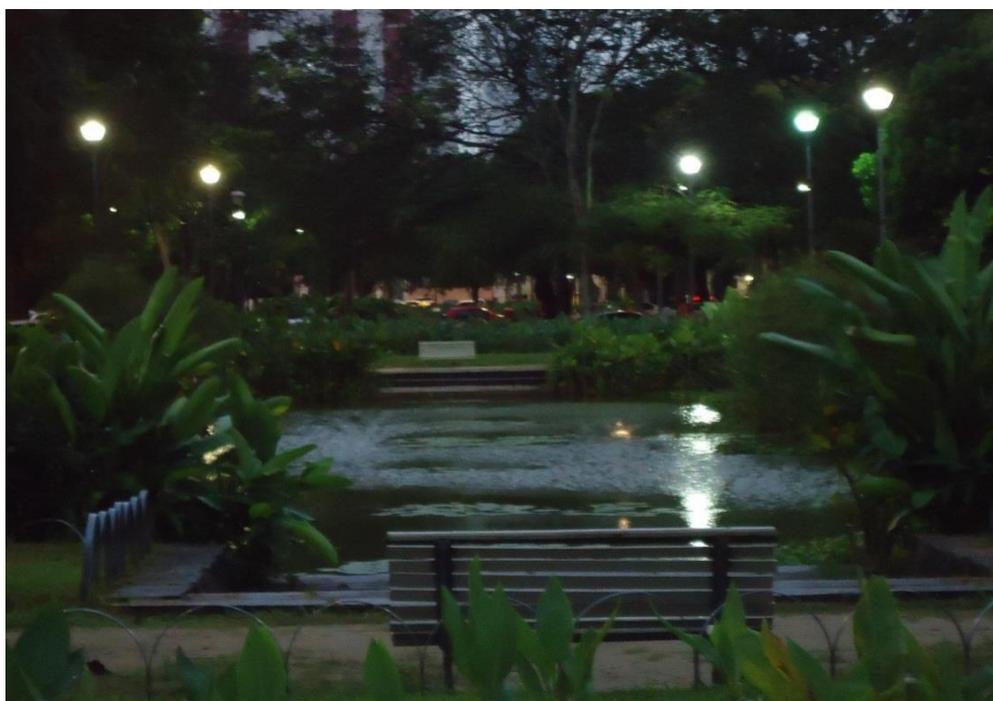
metrópole em sua totalidade, mas, apenas, através de seus fragmentos. Esses recantos correspondem ao espaço apropriado pela vida, pelos seus moradores através de seus sentidos (HALLEY, 2014).

Continuando a consideração no que diz respeito ao bairro, Souza (2013) define três conteúdos que poderão ser utilizados para abordar a dimensão do bairro, o “composicional”, “interacional” e o “simbólico”. O composicional remete-se as características materiais apresentadas no bairro, as atividades econômicas desenvolvidas, suas formas espaciais. O interacional seria as relações estabelecidas entre os indivíduos e os grupos que contribuem para definir certos locais como sendo imbuídos de centralidade, a partir das atividades comerciais, dos serviços. O conteúdo simbólico, por sua vez, define-se com base nas relações vividas, desenvolvidas naquela escala intraurbana e não meramente como um recorte vertical realizado pelo Estado em um gabinete.

Voltando-se novamente para o bairro de Casa Forte, a praça exerce uma centralidade no bairro (Figura 13). Os corpos das pessoas que por ali percorrem seus espaços, o fazem de maneira menos apressada, passos mais lentos, remontando uma segurança ao caminhar por esse território. São vários os cafés, bares, livrarias, escolas e edifícios claustros ao redor da praça. Empreendimentos de alto padrão desfrutam da vantagem em serem erguidos nos arredores desse símbolo de poder de uma elite da cidade. São vários os condomínios completamente fechados ao redor do local. Ainda em relação à praça, seus bancos para encontros fortuitos e conversas despreziosas, indivíduos transitando nos seus arredores, reafirma a percepção de um reduto de segurança da população.

Não obstante, a existência dos “geossímbolos” da aristocracia do bairro – a praça, os “edifícios-claustros”, a Paróquia de Casa Forte, o rio Capibaribe, os condomínios fechados, entre outros, a espessura do bairro revela-se permeada por outros espaços que remetem ao medo, tratando-se de recortes tofóbicos. Ao se distanciar da praça e de seus “edifícios-claustros” circundantes, emana no local, aqui e acolá, terrenos baldios, casas abandonadas, espaços ermos, becos e ruas sem saída, até alcançar às áreas limítrofes do lugar circunscritas às margens do Capibaribe, ao Sul, e no sopé das colinas, ao Norte.

Figura 13 - A Praça de Casa Forte no período mais atual, materialidade símbolo do bairro, seu “coração simbólico”. O local Contribui para reafirma o sentido elitista presente nesse fragmento urbano



Fonte: O autor (2017)

O antigo reduto senhorial do Recife encontra-se circundado por comunidades pobres, as quais acabam por intensificar o sentimento de insegurança por parte da atual elite econômica do bairro refugiada em seus claustros residenciais e nos seus automóveis cada vez maiores e mais escuros, lembrando “carros-fortes” com mínima visibilidade interna. Dentro e fora de seus edifícios, a vida elitista do bairro conforma-se numa individualidade exacerbada, atestando um “novo urbanismo” (calcado no estranhamento e negação à vida coletiva, aos distintos modelos de comportamento vivenciados na cidade (CARLOS, 1996).

A eleição de topofobias reais e imaginárias por esse perfil de moradores de Casa Forte intensifica a imagem dos espaços públicos do bairro como endereços do medo, do perigo, do alerta...Na ótica de Yi-Fu Tuan, o medo configura um “[...] sentimento complexo, no qual se distinguem [...] dois componentes: sinal de alerta é detonado por um evento inesperado e imperativo no meio ambiente. Por outro lado, a ansiedade é uma sensação difusa de medo e pressupõe uma habilidade de antecipação” (TUAN, 2005, p. 10).

O alerta e a antecipação promovida pela ansiedade das quais trata Tuan fora observada numa visita a Casa Forte. Uma incursão ao bairro avistara-se o “Beco da

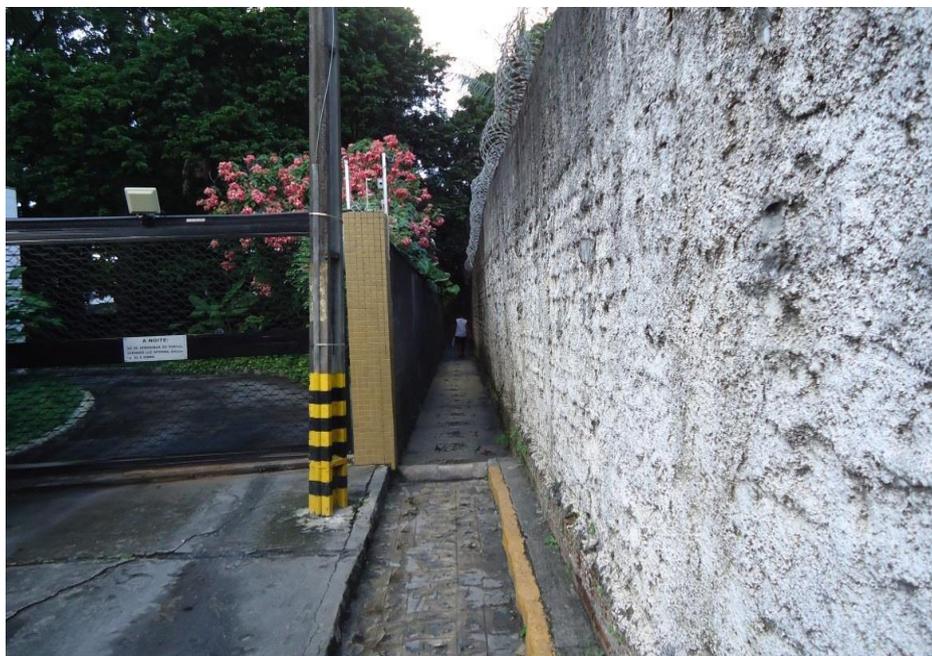
B” no final da Rua Edson Álvares (Figura 14), espremido pelo muro do CPOR, em toda extensão guarnecido por arames farpados²², e pelo muro do Edifício Cristalle, protegido por cerca e portão elétrico, com placa fixada com a seguinte mensagem: “A noite: ao se aproximar do portão, ascender luz interna, baixar o farol e vidro (do automóvel)”. Já no estreito corredor, uma mulher se aproximou evidenciando nas suas reações corpóreas a sensação de alerta e de antecipação ao possível “perigo” frente à nossa presença no beco. Seu andar rápido, o olhar para baixo, e as mãos firmes a segurar a bolsa de colo denunciaram o medo em transitar por aquele recorte topofóbico de Casa Forte.²³

Embora pareça contraditório, um sentimento que aproxima os moradores de Casa Forte é o medo. Cotidianamente redes de compartilhamento de experiências negativas são tecidas no bairro: Conversas sobre assaltos, furtos, vivências amedrontadoras servem como um sentimento que conecta uma vida em comunidade, um agrupamento amedrontado. São recorrentes relatos proferidos por indivíduos que foram assaltados, no qual os malfeitores utilizaram uma motocicleta, em um local considerado esquisito, topofóbico, realizando sua investida, (Figura 15), essa imagem pode ser considerada como uma das cenas de maior pavor, não somente no bairro, mas no Recife.

22 Trata-se do “muro de fundo” do *Centro de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR – Exército Brasileiro, com entrada principal na Avenida 17 de agosto, no bairro de Casa Forte.*

23 A propósito do imaginário estigmatizado do “beco” na cidade do Recife enquanto espaço noturno, do medo, da insegurança, e do descaso público, paradoxalmente às suas evocações populares permeadas por um sentimento de pertencimento entre os cidadãos, vide: HALLEY, B. M. Arruando pelo beco: um nome do passado evocado no afeto e no desamor da gente da cidade. *Revista de Geografia*, PPGE (UFJF), v. 2, nº 1, 2012.

Figura 14 - O “Beco da B” nas proximidades da Praça de Casa Forte, trajeto entre um edifício residencial, a esquerda, e uma área militar à direita. De um lado flores e do outro uma cerca hostil



Fonte: O Autor (2017)

A insegurança urbana contribui para fomentar estratégias de “proteção”, vivenciadas em ações e precauções cotidianas, contornos pensados para sobreviver sem maiores traumas na cidade. Uma transeunte de Casa Forte, imersa em suas reminiscências, registrou a ousadia dos assaltantes no bairro: “você pode guardar até no cérebro, mas eles irão buscar seu relógio, seu celular”.²⁴ Em face essa truculência, o corpo humano enquanto primeiro território se torna vulnerável, engendrando a recriação de inúmeras estratégias por parte dos cidadãos.

²⁴ Adriana Galdino, 22 anos, empregada doméstica no bairro de Casa Forte, em depoimento colhido em 16 de junho de 2017.

Figura 15 - Ponte entre o bairro de Santana (vizinho à Casa Forte) e a comunidade Santa Luzia – bairro da Torre. Observa-se pedestres, ambulantes e um motociclista na margem esquerda do rio Capibaribe, nas imediações do Parque de Santana



Fonte: O Autor (2017)

Outro frequentador do bairro, “Thiago Silva”, funcionário de um escritório “Bunker Coworking”, localizada na Rua Doutor Luiz Ribeiro Bastos, no conjunto urbano de Casa Forte. Ao longo do seu trajeto de casa para o local de trabalho e no final do expediente o sentido inverso, afirma ter modificado seu itinerário na cidade, devido a uma experiência negativa, um assalto sofrido durante seu percurso, seu trânsito habitual foi transformado, aumentando em cerca de uma hora seu trajeto. Nesse momento, as memórias são inscritas no corpo de maneira traumática na relação com a cidade, no bairro, contribuindo de maneira decisiva para intensificar a construção de “muros”, fragmentando ainda mais a cidade.

O corpo carrega consigo memórias, vivências com o espaço, complementando com a presença, imbuindo de sentido aquela materialidade, além de uma obra urbana que é a cidade. Há uma relação imbricada entre o corpo coletivo/individual e o corpo da cidade. A cidade ao longo da sua história ganha sentido para a coletividade, compartilhando junto com o espaço urbano momentos marcantes, tanto individuais quanto para a sociedade. É nesse sentido que somos co-autores urbanos, através das práticas no território oferecemos uma atualização inexorável dos objetos presentes no sítio urbano, (JACQUES, 2006). As memórias, na relação com o espaço urbano, são permeadas por experiências de medo, em vários momentos traumáticas, contribuindo para impossibilitar o complemento perpétuo da obra humana que é a

cidade, pois a vida, nesse momento, torna-se cada vez mais reclusa.

Ademais, o rio Capibaribe²⁵ (figura 16), em várias áreas do Recife, se apresenta como um “muro líquido”. Separa realidades sociais distintas na cidade, ao mesmo tempo que reforça diferenças e estigmas. No caso abordado, a travessia sobre o rio conecta bairros de médio e alto padrão de renda, antigos redutos senhoriais, até o espaço do “outro”, situado na “beira da maré”, apreendido por alguns moradores de Casa Forte como um local de “insegurança”, da “marginalidade”, endereço das “palafitas”, dos “pobres e favelados”.²⁶

Figura 16 - Rio Capibaribe suas águas e seus meandros ainda contendo uma vegetação exuberante. As águas limitam duas realidades distintas: o sentido senhorial elitizado do bairro de Casa Forte e as comunidades pobres existentes no entorno



Fonte: O Autor (2017)

Embora não excludentes na totalidade, as realidades sociais separadas pelo Capibaribe intensificam mais e mais distanciamentos, não obstante o trânsito constante de moradores das comunidades pelo bairro em questão, por motivos de trabalho ou lazer. Para os moradores das casas fortificadas, as comunidades pobres

25 Em trabalho de campo realizado no bairro no dia dezesseis de junho de dois mil e dezessete, tornou-se claro a geograficidade do medo no momento que uma entrevistada descrevendo uma ação de um assaltante que tinha acabado de agir no bairro, utilizou-se do rio na sua fuga. Além disso, fatores de imaginação são mesclados com a realidade, juntamente com a geografia do bairro, o medo está além do rio, em outro espaço, no desconhecido, na rua que conheço pouco.

26 Conforme depoimentos colhidos em entrevistas realizadas com moradores do bairro, entre os meses de maio e junho de 2017. Ao todo foram entrevistados 08 moradores e trabalhadores de Casa Forte, em meio às ruas, condomínios fechados, vilas, praças, prédios e residências do bairro.

existentes nos limites do bairro são causadoras da desordem, do crime, e da materialização do mal²⁷ (Figura 17). Nestes territórios marcados pela pobreza, a violência encontra um fator determinante da sua reprodução.

Destinadas ao esquecimento, estão às favelas que cercam as cidades coloniais e modernas, são milhares de casas de tijolos e papelão construídas por habitantes privados de seus sonhos de liberdade. O urbanismo dos autoconstrutores modela constantemente a paisagem das cidades informais, onde certamente a violência encontra seu espaço (PEDRAZZINI, 2006, p.14).

Figura 17 - Comunidade Santa Luzia situada no bairro da Torre. Observa-se uma ponte de pedestre sobre o rio Capibaribe, entre as palafitas e os bairros de Santana e Casa Forte, na outra margem do curso d'água



Fonte: O Autor (2017)

O sentido de território remonta uma concepção de segurança. A insegurança tem sua intensidade diminuída no momento em que o indivíduo se encontra protegido pelas redes de segurança desenvolvidas no território. Na ótica de Bonnemaïson (2002), a territorialidade consiste numa “[...] expressão de um comportamento vivido: ela engloba, [...] a relação com o território e, a partir dela, a relação com o espaço “estrangeiro”. Trata-se de “[...] uma oscilação contínua entre o fixo e o móvel, entre o

²⁷ O rio Capibaribe delimita essa realidade, o rio é um local de insegurança, um “muro líquido”, uma barreira, esse rio encontra-se no limite do território do outro, do indesejável, causador dos furtos, roubos, no bairro de Casa Forte.

território “que dá segurança”. Para os moradores mais abastados de Casa Forte, seus “edifícios-claustros” (Figura 18) configuram-se territórios comuns, enquanto a rua e os outros espaços desconhecidos representam ameaças, do mundo de fora, do mundo real do Recife.

Figura 18 - Edifício Carmel Park, situado na Avenida 17 de Agosto e seus símbolos de distinção social distinção social e segurança: guarita imponente, câmeras de vigilância, grades e um muro alto



Fonte: O Autor (2017)

Além do medo produzido pelas comunidades dos arredores do bairro as residências apresentam-se, cada vez mais, distante do que agora é encarada como perigosa, a rua transformou-se em um local que causa pânico, aquele compartilhamento mútuo de uma vida coletiva cedeu espaço as fobias e traumas partilhados pelos moradores, (figura 19). A rua é um local negado e inseguro. Nega-se o público em favor do conforto dos territórios da segurança, neste sentido, a rua funciona como um muro em vários sentidos.

Figura 19 - Concertina elétrica em Casa Forte, verdadeiras “trincheiras de guerra”, cerca de segurança em cima dos muros residenciais, são formas materiais hostis no território



Fonte: O Autor (2017)

Inicialmente um muro é erguido entre a rua e a residência, delimitando de maneira explícita essa divisão entre o público e privado. É possível pensar que essa materialidade hostil funciona como uma “muralha” para a coesão social, produzindo, ao mesmo tempo, um “muro simbólico”, onde a rua torna-se um espaço do medo. Sposito e Góes (2013); Serpa (2011); Souza, (2008); Gomes (2004); Caldeira (2003), advertem sobre o declínio da vida pública nas cidades atuais. O medo da violência, além de um processo de elitização e negação dos pobres da cidade contribui para erguer muros simbólicos e materiais transformadores da vida pública. Cada vez mais murado, o espaço urbano torna-se também monitorado e vigiado, tanto na esfera privada quanto pública.

Em relação ao espaço público, Souza (2008) afirma que o mesmo poderá ser entendido a partir, de dois aspectos complementares:

- 1) esfera pública ou cena pública, isto é, o “campo” de atuação e a existência de condições que propiciam a interação de indivíduos que, com uma maior ou menor liberdade, expressam seus pontos de vista, articulam demandas, negociam seus conflitos, vêem e são vistos; 2) enquanto espaço concreto, o qual permite (e, em certa medida, condiciona) a cena pública. A essas duas dimensões pode-se referir como faces imaterial e material do espaço público (SOUZA, 2008, p. 79).

Nesse sentido, em certo momento, Gomes (2004, p. 249) define o espaço público a partir de uma sintomática característica apresentada nas cidades e nos locais de caráter mais público, através do som emitido ou tem deixado de emitir. O emudecimento das cidades é contraditório a cacofonia produzida no caos urbano, ao seu barulho ensurdecedor. Quase que em nenhum sentido é emudecido, mas se refletir sobre a capacidade de dialogar, promoverem um eco no sentido de uma construção para mitigar os problemas coletivos urbanos, esse som tornou-se escasso nas cidades atuais.

Souza (2008) utiliza uma metáfora para definir a característica que marca os espaços públicos atuais, defini-os como “anêmicos”. Diferentemente da anomia, ausência de ordem, essa característica atual do espaço público crava-se nas cidades brasileiras por dois principais processos. Por um lado, grupos elitizados fecham-se nos seus condomínios, nas suas casas, prezando por uma vida privada em segurança, nas suas “casas fortificadas”. Por outro, facções de traficantes da criminalidade violenta, impõem suas regras na comunidade a qual dominam, formando enclaves ilegais dominados pela violência. Diante dessas características marcantes das cidades brasileiras a concepção de um espaço verdadeiramente público entra em processo de crise.

Essa realidade de diminuição, encolhimento do espaço público, fechamento dos segmentos mais elitizados, além da violência corriqueira, contribui de maneira substancial para produzir fobias em diversas escalas na cidade. No bairro, esses medos e receios caracterizam-se como uma “bairrofobia”. Esse sentimento emerge essencialmente na rua, entendida como um lócus do perigo, do inusitado, de um possível pânico, resultado de traumas vivenciados ou relatados por outros na memória compartilhada do local. A negação ao público, ao espaço da rua, inverte-se ao desejo do confinamento atrás dos muros. Entre a rua e a casa ergue-se um muro alto, com a rígida delimitação visual entre o público e o privado. A forma hostil expressa na paisagem funciona como uma contenção para a coesão social, produzindo também “muros simbólicos” marcados por isolamentos e ruas esvaziadas de gente.

Em Casa Forte, o bairrofobia pode ser apreendido nas palavras de seus moradores, subtendendo no tocante as mudanças processadas no espaço da rua. Nesse sentido, um morador de Casa Forte há 45 anos, Marcelo Costa relatara a mudança no uso das ruas do bairro: “Antes era muito aprazível, tranquilo, os vizinhos ficavam sentados nas calçadas, na rua, conversando... Com o tempo, os mais velhos

foram morrendo e o bairro também... A violência aumentou... Já pularam aqui em casa e eu saí correndo atrás dele até Santa Luzia (a comunidade)!”. Rememorar um passado implica na idealização de um “paraíso perdido”, no dizer de Cardoso (2014). A retórica de Marcelo talvez fosse à mesma daqueles que viviam o bairro no passado, baseada num “hoje violento” em oposição a um “ontem pacífico”. Deste modo, “no tempo presente às pessoas projetariam a imagem de um estado pacífico, idílico, para um tempo pretérito, que é mítico, já que de fato nunca teria existido” (Id., Ibid.). Malgrado à complexidade da memória, não há como negar o aumento da violência na ordem do dia, tampouco o menor contato nas ruas de certos bairros e a consequente perda de uma vida coletiva.

O relato do morador de Casa Forte ainda permite pensar as reações engendradas em face à banalização da violência na cidade, resultando nas mais intempestivas resistências entre os cidadãos, confundindo em muitas situações os papéis de agressor e de vítima. Além de querer fazer “justiça com as próprias mãos”, Marcelo relatou a intenção de construir um muro ainda mais alto para sua residência, com “três metros de altura”. Durante a entrevista, Marcelo Costa referiu-se à sua casa como “Alcatraz” (Figura 20), alusão direta à famosa prisão de segurança máxima norte-americana, construída sobre uma ilha homônima na baía de São Francisco, na Califórnia.

Na prisão inescapável de Alcatraz, os detentos eram obrigados a cumprir pena. Em bairros como Casa Forte as “prisões” são voluntárias, forjadas pelos próprios moradores em recusa ao mundo exterior, ao contato público da rua. Nestas situações de confinamento sedimenta-se vários claustros materiais e simbólicos na cidade, com as “vidas emparedadas”, lembrando o famoso romance de Carneiro Vilela (2013), “A Emparedada da Rua Nova”, ambientado no Recife, cujo próprio nome advém de uma muralha natural de arrecifes areníticos. Parece haver, assim, uma relação indissociável da cidade com o muro, não obstante o seu vínculo com as águas, historicamente análogo à *Veneza Americana*.

Figura 20 - Residência completamente fechada, estampando uma “concertina”, uma cerca em frente à residência, objetos pontiagudos, tapumes isolando qualquer visão tanto de dentro da residência para o exterior, quanto no sentido inverso



Fonte: O Autor (2017)

Existem resistências a esse processo em curso. As fobias, os traumas não se encontram alastrados no território de maneira cabal, com a mesma intensidade por todos os recantos no conjunto urbano de Casa Forte. A materialidade oferece uma certa força contrária subjugando em vários momentos o clamor intenso por mais segurança. Ainda é possível observar ao longo da espessura do local, residências com muros baixos, desprovidos de aparatos técnicos de segurança, um gradil vazado se oferecendo ao olhar dos indivíduos transeuntes da rua. Além disso, a “vida de bairro” é um trunfo contra os processos disseminadores das fobias e fragmentação no bairro de Casa Forte.

4 TERRITÓRIOS E MEDOS: GEOGRAFANDO O MEDO E A VIDA EM CASA FORTE– UM BAIRRO ÀS MARGENS DO CAPIBARIBE

4.1 Os “espaços do medo”: os becos, terrenos baldios, as casas abandonadas, As pontes e a beirada do rio, os morros e o esvaziamento das ruas em Casa Forte

O medo em Casa Forte possui uma intensidade variada conforme o local considerado. Esse sentimento emerge condicionado por fatores espaciais, os becos, os terrenos baldios, as casas abandonadas, locais desprezados, marginalizados, surgem aqui e acolá na espessura do bairro, tendo como corolário dessas circunstâncias o aumento da ansiedade e sinal de alerta, conforme descrito por Tuan (2005) ao se referir à sensação de medo. Essas topofobias são despertadas ao se distanciar da Praça de Casa Forte, a dinâmica em torno desse símbolo fundante do bairro denota outros tipos de relações, distanciadas da insegurança alastrada pelo local.

Dentro desse contexto de fobias, as ruas ao longo do bairro são transformadas pela sensação de medo no conjunto urbano de Casa Forte. A palavra rua advém do latim, um sulco situado entre dois alinhamentos de casas ou muros em uma ocupação, povoação qualquer. Além do mais, somente em mapas ou projetos urbanos dos órgãos competentes as ruas poderão ser encaradas como um local de fluxo, meios de circulação, ligando dois pontos no espaço, apesar de não omitirem essas características, as ruas são e ultrapassam esse aspecto (SANTOS e VOGEL, 1985).

De um tempo mais aproximado, algumas preocupações estão tomando a mente, os corpos dos indivíduos. O medo e seus recortes topofóbicos possuem a capacidade em transformar o caráter de vocação implícita da rua, sua dinâmica ao longo do tempo. A materialidade e as práticas no território possuem uma capacidade perpétua de transformação, modificam-se as práticas e em consequência a vocação da rua. Existem ruas mais festivas, outras onde moram indivíduos relevantes para o local, enquanto outras se mostram mais movimentadas, ainda outras mais pacatas, perigosas ou sombrias, estas últimas remontando uma paisagem do medo no bairro de Casa Forte.

O medo produz limites no bairro. Assim, denotam ruas ausentes de preenchimento dos corpos, sem os representantes genuínos do bairro. Ruas sem efetiva ocupação, através das práticas que outrora ofereciam sentido aquela partícula urbana.

As brincadeiras infantis, cadeiras e conversas nas calçadas, o impulso de observar a rotina alheia e os mexericos costumeiros foram sendo deixados para trás. A rua vem perdendo a vocação pretérita sob a égide do temor do espaço público.

Nesse sentido, algumas ruas dentro da escala do bairro são eleitas como sendo as mais perigosas, produzindo limites no bairro. A “Estrada das Ubáias” enquadra-se dentro das topofobias. Essa sensação advém por essa via se conectar com as comunidades consideradas perigosas nas adjacências do conjunto urbano. Além dessa, a extensa rua do “Chacon” liga-se a avenida movimentada de intenso fluxo de automóveis e transeuntes, a 17 de Agosto e na outra extremidade chegando nas proximidades do muro líquido do bairro, o rio Capibaribe. Essas ruas foram descritas como sendo de enorme perigo na escala do bairro. Em poucos metros, essa percepção de estranhamento poderá ser alterada, um local considerado por um indivíduo perigoso, em instantes altera-se essa percepção.

O ethos da rua, a vocação presente nos logradouros no bairro de Casa Forte foi modificada pelas constantes investidas criminosas, pelos relatos traumáticos, pelo partilhamento de vivências amedrontadoras, além do mais, o surgimento das Casas abandonadas (Figura 21), pelos terrenos baldios, pelas pontes de pedestres, pelos muros erguidos, ao longo do bairro. Essa geografia do medo no bairro e a consequente diminuição das interações dentro dos logradouros públicos, perpassam pela percepção negativa dos locais de estranhamento. Ao transitar pelas ruas do bairro, esses locais infligem diretamente na percepção dos moradores, causando um despertar de um sinal de alerta.

Figura 21 - residência abandonada a alguns metros da praça de Casa Forte, a vegetação em frente da moradia remete a um espaço propício para esconderijo de criminoso além das atividades ilícitas, uma imagem topofóbica

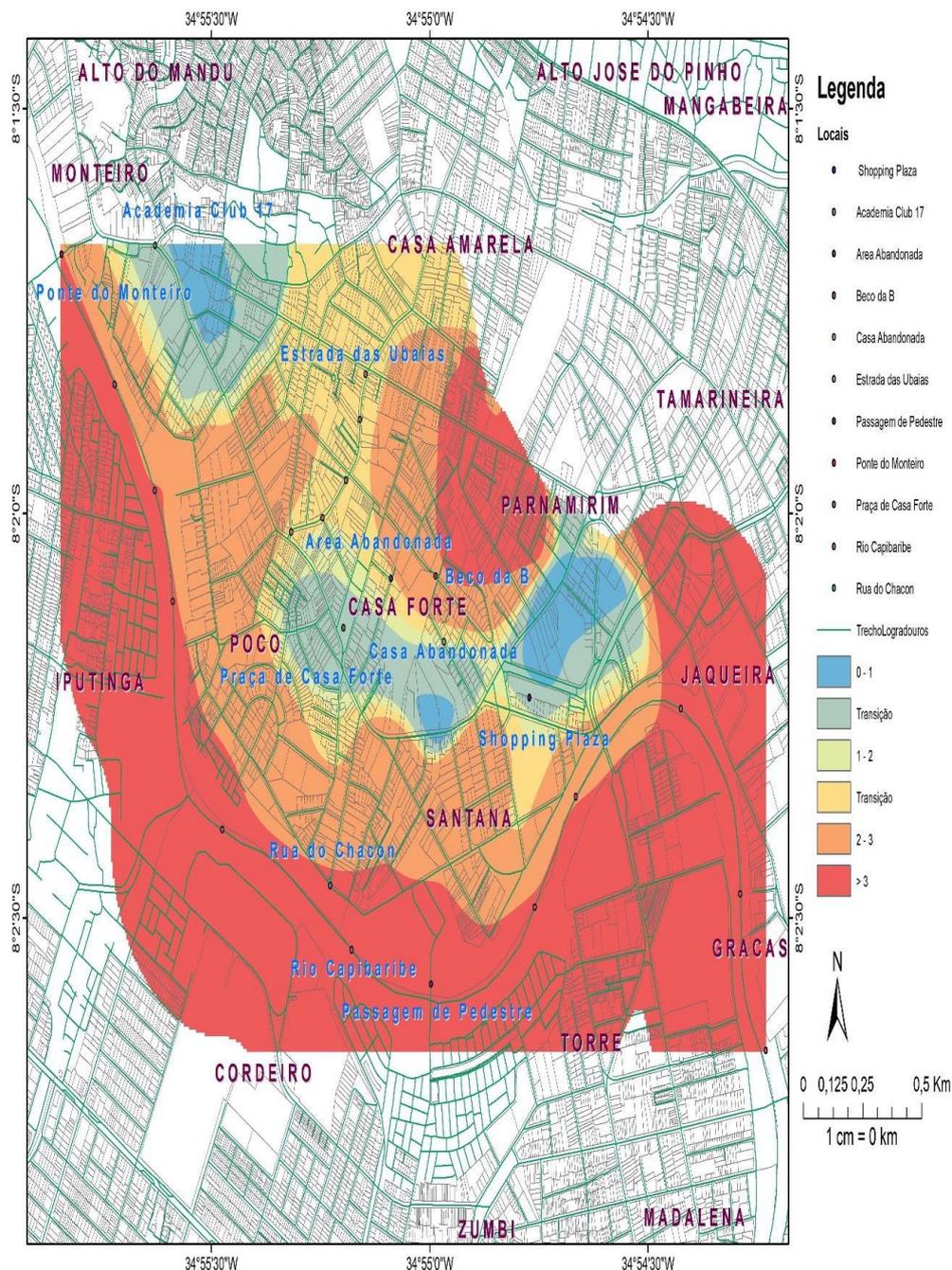


Fonte: O Autor (2017)

Essa geografia expressa nesses locais traz à tona a geograficidade presente no medo, esse sentimento necessita de uma espacialidade. Há uma condição territorial do medo no bairro, a sensação de medo não atinge de maneira cabal todos os recantos em sua totalidade. Ao adentrarmos a espessura do bairro evidencia-se locais de topofobias. Os terrenos baldios possuem uma capacidade em burilar com a imaginação dos moradores, uma cidade já intensamente marcada por casos de violência, tem essa sensação intensificada por locais estranhos ao longo do bairro de Casa Forte, (Figura 22).

Relatos de vivências traumáticas contribuem para aprofundar essas circunstâncias, entre uma realidade violenta e um imaginário do medo, qualquer suposto caso de criminalidade nas proximidades desses locais, sedimenta-se como endereços do crime, do terror. “José Carlos” de cinquenta e cinco anos, um morador das proximidades do Parque Santana, um local situado na beirada do Capibaribe, descreveu a geografia do medo no bairro. Lançou um olhar receoso em relação ao terreno baldio, considerando os seus aspectos sombrios, com isso, seria apropriado para investidas criminosas, como assaltos, estupros, esconderijos apropriados para fugas, devido aos entulhos e a vegetação produzindo uma diminuição da visibilidade no local.

Figura 22 - Mapa de intensidade de medo, de acordo com a área, no conjunto urbano de Casa Forte



Fonte: O Autor (2017)

Os relatos traumáticos são rapidamente inseridos dentro desses espaços estranhos (figura 23). Os contra usos no espaço contribuem para delimitar esses locais como tofóbicos. Considera-se como ideais para fuga, para utilização de drogas ilícitas, ou seja, são vistos, percebido por seus moradores, como

topofóbicos/marginalizados. As denominações sobre estes espaços são reveladoras da “trilha do medo” na escala do bairro, refazem um caminho sombrio, pouco convidativo para o convívio entre os moradores nas proximidades do local. Os topônimos atrelados a insegurança como o “caminho do perigo”, “rua do assalto”, “beco de fuga”, “terreno da desova”, “terreno do estupro”, esses dizeres evocam o vínculo íntimo entre o medo e os aspectos geográficos. É entrelaçado nesse contexto que emerge o bairrofobia.

Figura 23 - Terreno baldio nas proximidades do parque Santana, apesar do aspecto de abandono, com entulhos e lixo além de uma vegetação presente no local, com isso ideal para a prática dos mais diversos crimes. Contudo, em horários específicos apresenta um fluxo



Fonte: O Autor (2017)

Os locais intensificadores do medo sobressaindo ao longo do bairro fomenta a produção de estratégias de segurança. A geografia natural do bairro contribui para engendrar as estratégias de proteção, ultrapassando o receio sobre a violência e evocando o medo da água, das cheias. A cidade do Recife revela uma geografia de terrenos baixos, cortadas pelas águas, produzindo uma percepção de cheias, inundações constantes. O imaginário da cidade, desde os momentos mais recuados, encontra-se em íntima relação com as águas, uma geografia “anfíbia” produziu materialidades cravadas no espaço.

A formação histórica do Recife encontra-se atrelada aos manguezais, aos ciclos das marés, as cheias marcantes como a cheia de 1975. Mas também a cidade é marcada pelas pontes. Essa moldura líquida da cidade trouxe consigo as pontes, os muros, os diques, divisões em tantos momentos para amparar a força impetuosa da natureza, através de contenções para impedir a força das águas, mas trouxeram também as pontes. Essas ruas sobre o ambiente aquoso corroboram no sentido dos condicionantes forjados pelo meio líquido na cidade. Em muitas das vezes conectam margens distintas, realidades territoriais dessemelhantes nas suas vivências entre o que por ali vivem (Figura 24), produzindo estranhamentos.

Figura 24 - Passagem de pedestre, uma ponte entre o conjunto urbano de Casa forte na margem esquerda do rio Capibaribe e a margem direita comportando o bairro da Iputinga.



Fonte: O Autor (2017)

As pontes e os morros (Figura 25) são limites no território do conjunto urbano de Casa Forte, esses locais são redutos do medo no bairro afortunado. A constituição das pontes, meio pelo qual é possível atravessar para as comunidades na beirada do Capibaribe é uma forma de controlar o fluxo. Apenas pedestres e motocicletas conseguem atravessar o local. O medo é inserido dentro de sua geograficidade, engendrando limites no espaço, os locais encarados como estranhos, sombrios são evitados e controlados, esses espaços contribuem para configurar a geografia do medo em Casa Forte.

Figura 25 - Comunidade do alto do Mandu alocada nos morros que circundam a área de estudo, nas proximidades do encontro entre a Avenida 17 de agosto importante via do conjunto urbano de Casa Forte e a estrada do arraial



Fonte: O Autor (2017)

Delimitadas por essas circunstâncias, as ruas do bairro transformam seu carácter. A rua tem um carácter do inesperado, inusitado, além do mais, o lugar do encontro por excelência, com o estranho. Três coisas são capazes de acontecer no encontro com o outro: poderemos trocar com ele ou uma evitação mais aberta devido ao estranhamento, receio ou entramos em conflito (SANTOS e VOGEL, 1985). No Bairro de Casa Forte, pela negação do espaço público, um antigo ditado grego faz sentido em relação aos riscos da rua “é melhor estar em casa porque lá fora é perigoso”.

Transitar livremente pelo bairro denota um sentido de segurança sentida no território. Os encontros com os conhecidos e reconhecidos, provocam acenos e pausas no espaço, para efetivar um diálogo, ressaltando e vivificando o sentimento de reconhecimento no território. Conforme Santos e Vogel (1985), o andar a pé possui uma dupla importância: no primeiro plano a funcionalidade de resolver as demandas cotidianas sem a utilização de veículos. Ademais, é resolução dos problemas mais imediatos, ao mesmo tempo passeio, visita a um território vivido, é andando que se

sabe das coisas. O morador encontra-se submerso em seu universo imediato, o bairro é nesse momento revisitado, revisto.

Contudo o horário no bairro de Casa Forte possui um grande componente no que diz respeito a esse trânsito dos indivíduos nas ruas. O receio em locomover-se no território é intensificado em certos horários. O tempo e espaço, duas categorias simultâneas, devem ser pensadas ao se debruçar pelos fatores responsáveis pela constituição do bairrofobia (Figura 26). Alguns moradores relataram a modificação da sua dinâmica pelo bairro de acordo com o horário. Às seis horas da tarde, ao cair à luz do dia, o bairro é transformado e o medo se impõe com veemência. “As noites escuras diminuem a visão humana. As pessoas perdem a habilidade de manipular o meio ambiente e sentem-se vulneráveis. À medida que diminui a luz do dia, também diminui o seu mundo” (TUAN, 2005, p. 170).

Figura 26 - Placa alertando sobre os perigos ao cair a luz do dia, necessitando de uma maior identificação dos indivíduos nesse período do dia, inseridos no portão principal de acesso do edifício Cristalle nas Proximidades do espaço topofófico do Beco da B



Fonte: O Autor (2017)

Essas contenções territoriais simbólicas engendrada pelo tempo corroboram para erguer um muro impostos e construído nas relações no bairro, evocando um cotidiano ainda mais traumático para seus moradores. As ruas das Casas Fortes tornam-se mais esvaziada no final da tarde, com a diminuição dos fluxos dos empregados das casas fortificadas, a percepção de um local estranho, ideal para

investidas criminosas torna-se mais evidente. Assim, roubos de aparelho móvel de telefonia, de pertences mais usuais, tornam-se mais corriqueiros. O bairrofobia, a partir das seis horas, configura-se de maneira mais evidente.

Os espaços ermos, estranhos, as pontes, os morros, coadunados com o horário relatado, às dezoito horas, além da criminalidade real, cotidiana no bairro, contribui para configurar a geografia do medo no bairro de Casa Forte. Todas essas circunstâncias traumáticas vividas no bairro, engendra estratégias de segurança, os muros são erguidos com veemência no bairro das casas fortificadas com ruas sem saídas. Logradouros sem saída são limites impostos pelo medo, dentro de uma vivência amedrontada, esvaindo-se, cada vez mais, as alternativas frente a uma vida enclausurada e vigiada.

4.2 Os “territórios” de Casa Forte: as ruas sem saídas, os edifícios residenciais e as casas comerciais “protegidas” por muros, câmeras, cercas, guaritas e vigilantes

A afortunada Casa Forte possui uma peculiar Geografia. A constituição do bairro nos seus aspectos físicos/sociais contribui para fomentar a geografia do medo, alastrando temor por esse fragmento urbano. A formação territorial da área revela os morros ocupados por uma população precarizada, uma realidade histórica da cidade do Recife. E na outra extremidade do local, nas beiradas dos terrenos mais alagadiços, uma população igualmente pobre, estigmatizada pelos relatos do crime e violência, recortes territoriais desprezados, marginalizados.

Essa geografia do medo no bairro, instiga a produção de estratégias territoriais no intento de amortizar uma vivência insegura. As Casas fortes das ruas sem saída é uma estratégia utilizada com esse intuito. São vários os logradouros apresentando uma preocupação intrínseca, desde a sua fundação, com o advento da segurança e o controle do fluxo no território. As ruas no bairro surgem entrelaçada com os muros, em vários momentos materiais em outros tantos simbólicos. Os logradouros do bairro, ao não apresentar saídas aproxima-se de uma metáfora em relação à situação dos moradores frente ao medo disseminado no território.

O fato de a rua não possuir saída, funciona como um trunfo para seus moradores. Enseja uma vida reclusa, forjada para obter uma vida menos insegura, fomentando uma “comunidade” baseada na busca por segurança. As casas

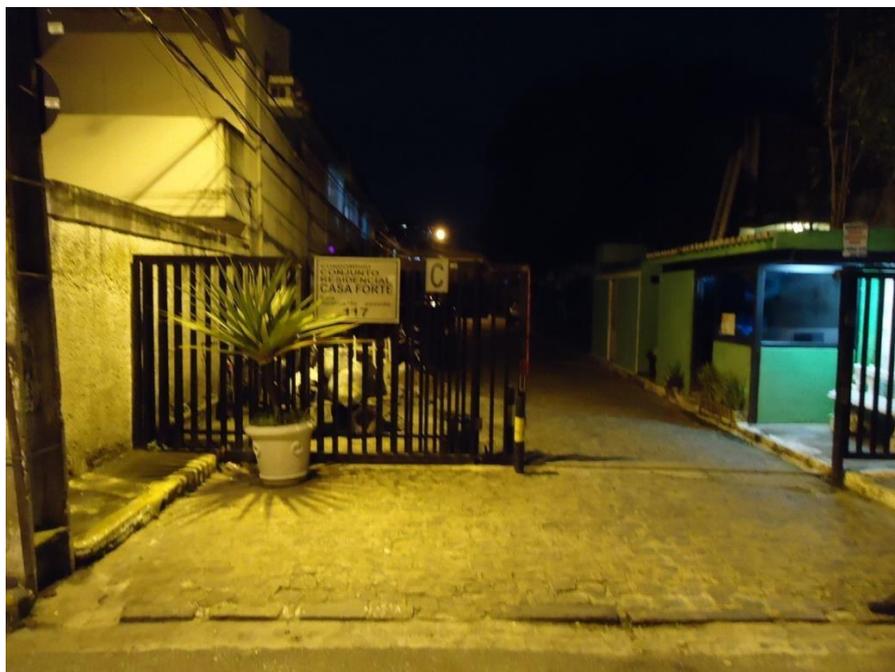
fortificadas das ruas sem saídas, enclausurando-se contra os malfeitores das redondezas. Nesse tipo de ocupação apresentada no bairro é comum existir grupos de vigilantes realizando a segurança no local, controlando o fluxo das pessoas, nas esquinas das ruas e nas suas adjacências.

Mesmo destituído de portões de acesso ou objetos de segurança eletrônica, é evidente o constrangimento ao se aproximar da entrada das ruas do bairro de Casa Forte. Questionamentos são proferidos aos indivíduos sobre os objetivos pretendidos naquele local, pois, é um “tipo de condomínio fechado”, não é permitido passar por aqui, foram essas as palavras proferidas pelos agentes de segurança. Seus dizeres de intimidação exercem um papel de embarreiramento no bairrofobia, os muros são erigidos contra os estranhos, evidenciando uma fragmentação do espaço urbano.

Em entrevista realizada com “Flávio de Souza”, de quarenta e dois anos de idade, um prestador de serviços de segurança na rua “Gil Carneiro da Cunha”. Dentro dos seus afazeres cotidiano, relatou a dinâmica no local. O fato das ruas apresentarem-se sem saída, tornando-as livre da circulação de veículos sem uma identificação prévia, contribui sensivelmente para engendrar uma sensação de segurança para os que lá se encontram. Ainda dentro das suas observações, encara os muros altos das residências como um advento que interfere nos olhos vigilantes da rua, obstruindo a visão, fugindo do olhar atento da vigilância do espaço público, lançado contra o espaço privado da casa.

No conjunto urbano de Casa Forte, no Poço da Panela, esse tipo de ocupação, com ruas sem saídas e protegidas por muros é evidente. Residências com uma óbvia preocupação em controlar o fluxo de coisas e das pessoas no local, conforme Sack (2013). Existem ruas que se encontram fechadas para qualquer tipo de indivíduos considerado estranho, pois na rua é vedado o fluxo, numa esquina não possui saída, encontra-se murada e na outra ponta um portão obstruindo a passagem, controlando, embarreirando o fluxo (Figura 27). Dessa feita, engendra verdadeiros condomínios fechados, comunidades pautadas na insegurança do bairro, materializando os territórios da segurança.

Figura 27 - Rua sem saída: “Azevedo Soares” no bairro do Poço da Panela, denominado de Residencial Casa Forte. Encontra-se obstruída a entrada com portões, guaritas e vigilantes



Fonte: O Autor (2017)

Nesse tipo de residência com guardas a postos e câmeras, espelhos, muros, cercas elétricas, torna-se um lugar efetivamente seguro, reafirmando laços de intimidade pautados na insegurança. Essa concepção de segurança, articulada em comunhão com aparatos técnicos, enseja uma vida dentro dos claustros seguros, produzindo estranhamentos ao se distanciar desses redutos. Dessa feita, os espaços públicos tornam-se efetivos espaços do medo, locais propícios para a mente humana criar seus monstros e aberrações.

Existe todo um discurso perpetrado pelo estado/empresas privadas de segurança, no que consiste a relevância em erigir territórios seguros e a implantação das câmeras de segurança são peças fundamentais nesse processo. Surgem como uma solução inquestionável, concebidos por uma concepção de correlação implícita na diminuição dos índices de crimes contra o patrimônio e/ou atentando contra a vida ao serem implantados esse tipo de recurso. Contudo, poderá a partir da implantação de videomonitoramento em alguns locais, deslocar esses atos de roubo, homicídios, entre outros crimes para outras localidades destituídas desses artefatos. Dessa maneira poderá haver uma ampliação dos locais considerados perigosos no espaço urbano.

As diferentes cidades do mundo²⁸ apresentam essa similaridade. Uma vigilância contínua e reproduzida através de uma gama enorme de objetos, cada vez mais modernos e eficientes, prestando a função de controle do fluxo populacional. Um meio-técnico a serviço da vigilância proliferada nas diferentes cidades ao redor do mundo. Bauman (2014) relata o controle de indivíduos como um dos sintomas desse mundo. Viajantes pelo mundo possuem essa percepção de maneira mais aclarada, não somente pela necessidade dos passaportes, mas escâneres corporais, aparelhos de checagem biométrica, senhas, controles decodificados.

Indagar sobre as motivações e quais as finalidades desses artefatos é uma necessidade diante da tamanha proliferação. Esse processo poderá culminar, em desnaturalizar a sua implementação, além do mais, refletir sobre as resistências a vigilância constante tornou-se uma tarefa premente. Diversos locais como vias públicas, residências, condomínios residenciais, centro educacionais, shoppings Center, empresas privadas, ou seja, espaços abertos e fechados, locais públicos e privados, contribuem para a proliferação do videomonitoramento e onipresença da vigilância.

Melgaço (2010) chama a atenção em relação às câmeras de vigilância. O primeiro circuito de vídeo foi produzido pela empresa Siemens, utilizada na segunda guerra mundial. Já na década de 1980 o CCTV ou Closed-Circuit-Television, os bancos foram os precursores na utilização do circuito fechado de segurança, posteriormente utilizados no monitoramento do trânsito nas vias movimentadas. Cardoso (2014) realiza alguns apontamentos no que diz respeito às motivações na implantação das câmeras de vigilância, pela prefeitura do Rio de Janeiro, no bairro de Copacabana. Conforme o autor encontram-se concentradas na: mistura de Classes Sociais; locais Próximos as Favelas; Concentração de Moradores de Rua; áreas turísticas, índices Elevados de Crimes; locais de fluxo de pessoas.

As câmeras possuem a capacidade de emitir, armazenar imagens, funcionando como um arquivo, no qual tem-se a possibilidade em consultá-lo posteriormente. Funcionando como uma “biblioteca de imagens” dos acontecimentos daquele local. Diante disso, é uma ferramenta complexa devido às atribuições desempenhadas, diferenciando-se do restante dos objetos responsáveis pela fomentação da indústria de segurança. Melgaço (2010) Afirma que as câmeras se tornaram uma panaceia para

28 Melgaço (2010), revela que a situação monitorada que existe em várias cidades na Europa, como Londres, Roma, Berlim, Florença, Viena, Paris, Milão.

a violência urbana atual das cidades, são utilizadas objetivando situações relacionadas com o passado, presente e futuro.

Em relação ao passado, as câmeras servem como banco de dados de investigação. No presente como uma extensão dos olhos vigilantes dos policiais. No futuro, o mais eficiente, podem inibir ações indesejadas. Ao armazenar imagens de um local, podem ser utilizadas para desvendar um ato criminoso ou mesmo funcionando como provas de um crime num suposto julgamento. As câmeras poderão até mesmo identificar o rosto de um indivíduo de maneira automática, a partir das gravações dos indivíduos, conectado a um banco de dados trazendo informações no momento das emissões das imagens (MELGAÇO, 2010).

A partir da relação visão/poder, tornou-se tradicional o estudo em relação à vigilância utilizando o poder disciplinar advertido pelo filósofo francês Michel Foucault. Conforme Cardoso (2014) as origens do mito da vídeo vigilância é atribuído a invenção arquitetônica genial, devido à junção entre visão e poder possibilitada pela estrutura arquitetônica de Jeremy Bentham. O panóptico é a materialização da tentativa de imposição de normas de comportamentos aos indivíduos, procurando discipliná-los.

Atualmente, passar de vigia da ordem pública através das câmeras de segurança e vigiados modificando o lugar nessa relação é uma linha tênue²⁹. Inúmeras são as câmeras espalhadas pela cidade, em algum momento entramos no seu olhar escrutinador. No panóptico,³⁰ o principal fator é o princípio de vigilância ininterrupta e a despersonalização do poder, o poder deixa de ser uma figura encarnada como o xerife, o delegado, o inspetor, o chefe de segurança. Há uma alienação nesse sentido, no momento em que está diante da vigilância da câmera, quem está lançando o olhar, além disso, quais usos serão dados a essas imagens.

Uma sociedade controlada, obviamente haverá rebatimentos no território, dentro de uma concepção de uma condição territorial da existência humana, essas relações permeadas pelo controle da vida, dos movimentos, dos corpos na cidade é realizada utilizando o território como instrumento. Objetos são construídos permeados

29 Aliás, na própria relações desenvolvidas na estrutura arquitetônica do panóptico o próprio vigilante, que era responsável pela vigilância contínua ou ao menos sua presença reproduzia a percepção onipresente de vigilância era alvo em algum momento do olhar astuto e escrutinador da vigilância, ou seja, essa relação de observador da ordem pública para vigiado pela olhar do público poderá facilmente ser modificada.

30 É importante salientar que o poder disciplinar relacionado ao panóptico encontra-se relacionado aos espaços fechados, enquanto atualmente, não excluindo-se essa realidade, mas o controle é exercido, sobretudo, nos espaços abertos e de circulação.

por pressupostos do controle do fluxo de fragmentos da população, que implicitamente não devem utilizar determinados locais da cidade ou no mínimo esses objetos servem para inibir, coibir, segundo uma lógica hegemônica dos sujeitos que organizam o espaço urbano.

4.3 Os “espaços da vida”, as resistências ao medo no bairro de Casa Forte e nas comunidades às margens do Capibaribe

Apesar do espraiamento do medo em Casa Forte, existe resistência ao temor disseminado pelo bairro. Não obstante, as redes de patrulhamento permeada pelo pânico, os muros, as marcas traumáticas, os espaços de estranhamento, as pontes de pedestre conectando as margens distintas nas suas vivências. Além disso, encontrando-se essas situações delimitadas por uma dimensão do temor real/imaginada pelas mentes férteis humanas. Contudo, ainda assim, os territórios da vida ainda se impõem como espaços da resistência, em meio à ressonância de temor e reclusão predominante no bairrofobia.

O processo de enclausuramento e pânico generalizado ainda estão em processo de consolidação. As muralhas encontram-se sendo soerguida, concretizadas em Casa Forte. Há resistências estampadas por entre as “brechas” das casas fortificadas. Na escala da cidade do Recife, apesar dos problemas que aqui acolá emergem na cidade, seus bairros ainda são repletos de indivíduos ocupando as ruas. Emergindo nas relações desses fragmentos urbanos os encontros fortuitos, conversas despreziosas, corpos encontrando-se no intuito de ocupar os territórios da vida, nos espaços cotidianos, complementando-os com a “alma de bairro”, com a “vida de bairro”.

As relações de proximidade e co-pertencimento preenchem a Praça de Casa Forte com a “vida de bairro”. Nessa partícula, denota-se o compadrio e o partilhamento mútuo entre os indivíduos em torno desse território geossimbólico do bairro. Além disso, algumas ruas poderão denotar essas relações mais amiúde, disseminando por esse território, resistência ao processo de fechamento e medo. Existe a expressão “alma da rua”, denotando um caráter específico do local. A compreensão da “alma” presente no logradouro contribui para compreender a dinâmica pelos quais a escala do bairro vivência. A alma da rua denota também seu caráter específico presente em cada partícula desse fragmento urbano e dos moradores que por ali vivem.

Continuando a consideração dos contornos oferecidos aos muros no bairro, a materialidade tem a capacidade de produzir resistências ao processo de disseminação dos claustros de segurança. Nesse sentido, Leitão (2014) chama a atenção em relação à arquitetura das casas. Realiza uma distinção entre dois tipos de construções, a arquitetura do “acolhimento” formas mais suaves, acolhedoras, abertas para o espaço público e por outra perspectiva, remetendo-se aos claustros de segurança, repletos de vigilância, espelhos, portões eletrônicos, concertina elétrica, além de possuírem um fechamento para a rua, denomina esses locais como os de hostilidades. Quando o ambiente é hostil o medo urbano espraiasse de maneira efetiva.

É possível notar no bairro um processo em transformação, ou seja, ainda se encontra em curso o enclausuramento dos moradores. Apesar do local se apresentar como um território da segurança, as residências, algumas delas, ainda permanecem estampando formas abertas e visíveis para o espaço público. Estes espaços costumeiramente relacionados como eminentemente privado, ainda contém muros baixos, grades vazadas, permitindo a visibilidade dos moradores para o exterior, para a rua e vice-versa. Os transeuntes que por várias motivações atravessam aquela rua conseguem observar frestas de intimidade permitida pelas formas arquitetônicas no local.

Esse tipo de residência denota outra concepção, no que diz respeito, a segurança. A noção de segurança encontra-se atualmente estritamente relacionada com técnicas de distanciamento com os indivíduos e com os locais encarados como topofóbicos. Além do mais, encontra-se atrelada aos muros altos, cercas hostis, guaritas e câmeras vigilância. Todas essas formas de segurança funcionam como um muro no bairro:

[...] em muitos desses casos, participa como uma espécie de técnica de evitação e, como tal, exerce um efeito do tipo barragem, dentro de processos mais amplos de contenção territorial. “barragem” é uma boa metáfora, nesse caso. Vista a partir de dentro, por exemplo, ela contém ou armazena a água represada ao mesmo tempo que, vista de fora, barra o fluxo do curso d'água, estancando, ainda que temporariamente, a sua circulação, além do fato, muito importante aqui, de permitir a fluidez, ainda que redirecionando-a para um desvio condicionado do curso normal” do rio (HAESBAERT, 2014, p. 225).

Existe uma gama enorme de soerguimento dos muros vividos, entretanto há contornos nas palavras de Haesbaert (2014) em relação a essas barreiras. A concepção de barragem traz implícita a ideia de contornamento ao ato de

embarreiramento. Essas relações desenvolvidas através da vida de bairro, os muros ainda baixos, com visibilidade para o exterior, contribuem para o contorno aos muros erguidos pelo medo. A iminência da barragem faz surgir seu contraponto, a sua evitação. A alma do bairro perfaz um contornamento tanto em relação ao temor, quanto no sentido de outra lógica nas relações desenvolvidas entre os indivíduos. Distanciando-se do estar junto sem comunhão ou somente pelo prisma do consumo, em locais hermeticamente fechados, pautados símbolos de status.

Dentro de uma concepção dos contornos dos muros no bairro, seu Carlos Figueiredo, um senhor de 92 anos, relatou com lucidez sua vivência no bairro. Imerso nas suas memórias dos seus primeiros anos de vida, foi descrevendo o bairro de Casa Forte ao longo do tempo. Uma geografia natural esplêndida, emoldurada pelas águas dos córregos, riachos e o rio Capibaribe. Seu pai, Antônio Carlos Figueiredo, ocupou essa área e posteriormente dividiram um lote entre a família, os Figueiredos. Foram seis filhos contemplados para viver naquele local, na atual “Estrada das Ubáias”, permanecendo até o momento. Apesar das investidas das construtoras imobiliárias, tanto no sentido de adquirir o lote, quanto na paisagem, algumas construções verticalizadas se impõem, contudo, a vida comunitária/familiar resiste.

Evidenciando uma vida de proximidade, uma vila, entre os prédios na afortunada área, o senhor relata o que seria o medo nas décadas, de 1960 e 1970 na cidade do Recife. Dentro da sua minuciosa descrição, seu “Carlinhos” como é conhecido, evidenciou o medo naquela época. Esse sentimento encontrava-se na geografia da cidade e do bairro de terrenos baixos imerso em terrenos alagadiços. As fortes chuvas em 1966, as cheias nos anos de 1970 e 1975, deixaram marcas na memória e na residência da família. Sua preocupação em conter a água, construir um muro de contenção para barragem das enchentes evidencia a preocupação contida naquele momento. O medo encontra-se imerso no meio líquido, evocado pela moldura líquida da cidade.

Os relatos despertados pela memória do “Seu Carlinhos”, esclarecem o medo naquela época, ainda presente para o senhor da vila Figueiredo. A preocupação em relação à contenção não de indivíduos ou mesmo uma ampliação dos muros da residência, temendo uma suposta investida de um malfeitor, mas o receio perdura em relação à força de destruição da água, explícita ao denunciar as modificações ainda pretendidas na estrutura da residência. Ao simples apontamento da necessidade em instalar grades e ampliar os muros para uma maior proteção da família, afirmou: “não

sou bicho para viver enjaulado”.

Imerso na moldura líquida da cidade o rio Capibaribe delimita o bairro senhorial de Casa Forte e a vida precarizada das comunidades. Separadas por um limite natural, o rio outrora possuía uma mansidão nas suas águas doces. O Capibaribe é um muro líquido, um limite dentro do bairro, uma topofobia. Ao se aproximar das suas margens, sobretudo, no período noturno, emergem na percepção dos que lá se encontram um estranhamento. Margens degradadas, pouco iluminadas, repleta de entulhos, um espaço esquecido, desprezado, ocupados nas suas beiradas por palafitas. Não obstante a esse cenário topofóbico, há resistência, no que diz respeito, a essa realidade. O Capibar, um bar do bairro de Casa Forte, realiza um esforço de recuperação do rio, produzindo outras formas de vivência com esse meio líquido, retomando um entrelace mais íntimo com essas águas.

Dona Socorro, proprietária do bar, realiza um relevante trabalho de desconstrução do rio Capibaribe enquanto um local desprezado. O estabelecimento comercial localizado entre a rua “Tapacurá” e as margens do rio Capibaribe, dona Socorro esforça-se na recuperação do rio Capibaribe, retirando em conjunto com alguns pescadores que exercem suas atividades ao longo do local, o lixo, entulhos, jogados nas suas águas. Parte do lixo retirado nessa atividade é recuperado, reciclado, ainda outros vendidos, ganhando outras funcionalidades (Figura 28). Ademais, realiza-se um relevante papel junto aos estabelecimentos educacionais e seus alunos ao visitarem o local, no sentido de construção de uma educação ambiental. Essa atividade funciona como um contorno a esse muro líquido.

Figura 28 - O estabelecimento comercial “Capibar” as margens do rio Capibaribe e estampando como parte da ornamentação do local, o lixo retirado do próprio rio



Fonte: O Autor (2017)

Existe uma relação ambígua de proximidade concomitante a um distanciamento entre os abastados do bairro aristocrático e as comunidades do entorno. Uma proximidade no espaço físico é evidente, nas adjacências do conjunto urbano de Casa Forte onde está alocada essa população. Entretanto, um distanciamento considerável quando são considerados os aspectos sociais, econômicos. “percepção da estranheza no outro, ou na própria condição, diante dos outros, implica (quase sempre) em um certo alarme” (SANTOS e VOGEL, 1985, p. 90).

Entretanto, apesar do medo despertado pelas comunidades nas adjacências do conjunto urbano de Casa Forte, são nessas ruelas e becos, nas frestas das ruas estreitas e das residências autoconstruídas, que uma intensa vida de bairro, uma vida pulsante emerge nesses locais. É perceptível as conversas nos botequins, as bebedeiras pelas calçadas, nos mexericos sobre a vida alheia, nas conversas nas mercearias, quitandas. Além do mais, os corpos sobressaem por essas ruas mais populares, mais desnudos, como foi possível notar nas comunidades alocadas no bairro do Monteiro “Ilha Temporal” e no Poço da Panela, denotando uma frágil separação entre o espaço público e o privado.

Nesse sentido, a rua literalmente sendo uma extensão de um espaço mais privado, uma continuidade da casa, a rua tornando-se casa, refazendo os limites entre o público e o privado. São imersos nesses contextos de vida partilhada, que a alma

de bairro oferece resistência ao medo espreado pela cidade.

Relacionando os dois pares, temos que a casa está para a rua assim como o privado está para o público. Daí resulta que casa é privado, bem como rua é público constituem classes por analogia. Isto quer dizer que guardam entre si o mesmo tipo de distância e constituem recortes da mesma ordem de determinados continua. O primeiro dos espaços urbanos, o segundo das regras jurídicas. Por analogia, ambos podem qualificar-se, caracterizar-se, conjugar-se e, portanto, pensar-se mutuamente (SANTOS e VOGEL, 1985, p. 90).

Desta feita, apesar da míngua das ruas enquanto território do encontro, em alguns pontos do conjunto urbano de Casa Forte, a vida “explode”, sobretudo, nos locais mais precarizados em torno do bairro. A vida surge com mais veemência nas comunidades que se encontram alocadas nas adjacências do bairro. Sendo assim, esses locais se apresentam no limiar, entre duas realidades. Inicialmente são os territórios da pobreza estigmatizados como lócus da violência e fonte do temor. Contudo, a dinâmica territorial nesses locais ainda mantém com afinco a vida de bairro, emprestando para aquelas formas materiais e de ruas tortuosas a “alma de bairro”.

Os traçados das ruas, os caminhos mais longos, os becos, as múltiplas construções, as casas, vielas, praças e calçadas, constituem reminiscências afetivas para os moradores de um bairro. Dessa encruzilhada de endereços compartilhados, emerge uma porção de espaço contínuo investido de referências simbólicas, expressas tanto nas formas das paredes e trilhas percorridas, como nos sentidos e significados das práticas sociais (HALLEY, 2014, p. 49).

As relações identitárias com o território contribuem para sabotar os muros materiais e simbólicos, erigindo outras formas de segurança, remontando os limites impostos pelo medo. A resistência através da vida de bairro impõe frestas nos muros erguidos, na vivência emparedada no medo produzido pela relação traumática no bairro. No momento em que os corpos culminam em ocupar com sua presença a rua, os corpos juntos evocam a segurança no espaço público.

A identidade de bairro é responsável pelo contorno aos muros e resistência a realidade de temor espreado pelo bairro.

[...] a emergência da identidade do bairro pode decorrer tanto de fortes fatores individualizantes (estrato social, amenidades locais, arquitetura secular, etc.), como por sintoma de reação aos pequenos ou grandes atos de interferência na vida cotidiana do morador, a exemplo da demolição de algum imóvel simbólico, ou mesmo do risco de desocupação do lugar em razão de um processo de reurbanização [...] (HALLEY, 2014, p. 49).

Na cidade ainda permanecem “pontos cegos” ao olhar vigilante e desconfiado. Esses pontos surgem como contornos à proliferação indiscriminada da vigilância. Pausas no espaço ao sentar nos bancos de uma Praça, a vontade de observar a rua no fim do dia, além do mais, os jogos de bola, verdadeiros clarões dentro do bairro, reproduzindo a vida de bairro, corpos em comunhão em torno dessa prática esportiva (Figura 29), no mesmo período do dia, “às seis horas da tarde”, o qual foi relatado um medo mais intenso sentido no bairro de Casa Forte. Dessa forma, remontam resistências frente aos muros erguidos, produzindo pontos destituídos de vigias atentos.

Figura 29 - Futebol praticado na comunidade localizada no “Poço da Panela”, nas margens do muro líquido, o Capibaribe. Corpos em comunhão ao redor da prática esportiva, evidenciando contornos aos muros erigidos em Casa Forte



Fonte: O Autor (2017)

O futebol praticado as margens do Capibaribe revelam contornos no tempo e espaço. Inicialmente, devido ao horário, o jogo inicia-se próximo às dezoito horas, culminando com o horário relatado como o início de um aumento na intensidade do medo no bairro. Posteriormente, as brechas nos muros acontecem atrelada a escolha do espaço para a prática. O jogo de bola realiza-se margeado pelo muro líquido do bairro, essas interações acontecem exatamente nas beiradas do espaço de topofobia,

o Capibaribe.

A insegurança não se espraia de maneira cabal no território, invariavelmente haverá “bacilos” de resistência aos processos vigentes. O clamor forte por segurança, arrastando uma gama de aparatos técnicos utilizados com essa finalidade, apoiada na máxima, quanto mais objetos melhor e mais eficiente torna-se a segurança, haverá inarredavelmente o contraponto, as resistências a esses processos em curso. Existem espaços imersos em outra lógica oferecendo pontos desfocados da vigilância.

Essas práticas no território oferecem resistências ao medo disseminado no bairro. Os corpos encontrando-se no conjunto urbano de Casa Forte oferecem contenções ao pânico disseminado. As relações desenvolvidas na espessura do bairro, de compadrio, de reconhecimento, ocupando a rua, esse espaço compreendido como lócus eminentemente do encontro, acompanhada de formas arquitetônicas mais suaves e acolhedoras engendram outras formas de segurança, para além, dos aparatos técnicos. A partir dessas relações desenvolvidas no território, é possível observar por cima dos muros erguidos, abrindo brechas por entre as muralhas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de dissertação foi permeado inicialmente pela desconstrução do bairro Casa Forte, para posteriormente compreender a geografia do medo nesse fragmento urbano. A compreensão das dimensões espaço/temporal pela qual o bairro a atravessa ainda remanescente no local, mostrou-se fundamental para o entendimento do bairro. De início, a materialidade exposta nesse território evidencia a manutenção dos tempos que incidiram no bairro. São três tempos/espacos perpassando esse fragmento urbano.

Inicialmente, as forças dos engenhos de açúcar nos séculos XVI e XVII, as águas através dos riachos e córregos, além do rio Capibaribe, foram responsáveis pelo estabelecimento das primeiras ocupações. Adiante, no final do século XVIII e início do século XIX, o período das casas de veraneios, em períodos específicos do ano, as casas de arrabaldes, ensejam essa área numa ocupação mais efetiva. E por fim, já nas últimas décadas do século XX, já enquanto bairro constituído, o processo de verticalização e os empreendimentos comerciais de alto padrão instalando-se na espessura do bairro.

A compreensão do local perpassa por esses espaços/tempos. É a partir do entendimento dessa dinâmica que a geografia do medo nesse local, reduto de um poder senhorial, poderá ganhar feixes de esclarecimento. De início, observou-se a territorialidade baseada não somente na materialidade, mas, congruente a essa realidade, os fatores imateriais responsáveis pela constituição do território, os símbolos, presente nos topônimos dos edifícios, nos estabelecimentos comerciais, evocando uma distinção aristocrática do bairro de Casa Forte. Edifício “Banguê” “Gilberto freire”, “Delicassen Casa Forte”, todas essas denominações encontram-se entrelaçadas com a constituição desse fragmento urbano.

Esses topônimos reafirmam o bairro enquanto fragmento urbano aristocrático. Símbolos evocados a todo momento pela memória, como forma de valorização econômica, status social, todos esses fatores corroborando para a constituição dessa partícula urbana enquanto bairro distinto na cidade. O “coração simbólico” do bairro, materialidade/símbolo do bairro atravessa todos os três tempos do local aludidos anteriormente. A Praça de Casa Forte, juntamente com as primeiras edificações circundantes a esse local, a igreja, a casa grande, configuram uma área estratégica, para os diversos agentes da cidade atualmente, como as empresas, estabelecimentos

comerciais, imobiliárias, permeada por valores materiais e imateriais presentes nesse local.

Na Praça de Casa Forte, nas suas adjacências, emerge de maneira mais evidente a permanência de uma vida de bairro, acenos, compadrios, conversas, pausas no espaço, atividades esportivas, em torno desse geossímbolo remontando um sentido de apego a essa partícula. Nesses espaços, o medo disseminado pelo local constitui-se de maneira mais acanhada. São as interações e a vivência num espaço eminentemente público sobressaindo nessas relações. Desfrutando desse contexto, os claustros de segurança no rastro do medo disseminado pelo bairro são alocados preferencialmente nas proximidades do “coração simbólico do bairro”, enquanto estratégia locacional e de valorização econômica .

Ao se distanciar desse local, as escalas de intensidade do medo configuram-se. Existe uma percepção de medo nos arredores da Praça de Casa Forte, esse gradiente intensifica-se ao distancia-se desse local. O distanciamento dessa centralidade no bairro culmina com o surgimento de casas abandonadas, becos, vielas, terrenos baldios, locais de estranhamento saltando a percepção e nos limites da área de estudo por um lado o muro líquido, o Capibaribe e as comunidades erigidas às margens do rio, nos córregos e terrenos alagadiços, apresentando palafitas e autoconstrução. Na outra extremidade do bairro, os morros, ocupados por uma população igualmente pobre, esses locais são representativos do medo, das redes do tráfico e de pobreza na cidade.

Nessa geografia, o bairro apresenta-se sitiado por essas realidades limitantes. Cortado pelas colinas numa extremidade, enquanto no outro extremo e em direção ao Capibaribe, depara-se com o rio e as comunidades nas beiradas desse muro líquido. Delimitada por essas realidades e no interior do conjunto urbano, apresentando locais de estranhamento, além de todos os aparados de segurança e cuidados securitários, estampado nessa partícula urbana, espelhos, grades, muros altos, as marcas traumáticas nos muros erguidos, os vigilantes das ruas sem saída, as fobias presentes na memória, no corpo, toda essa realidade de coisas contribui para configurar a geografia do medo no bairro de Casa Forte na Zona Norte do Recife.

O bairro possui uma vivência limitante nas suas ruas, esquinas, nas suas quadras, nos locais públicos. O medo possui essa característica de arrefecer as relações dentro da outrora fervilhante vida de bairro. Como aludido por Haesbaert (2014) “vivemos no limite”, em vários sentidos. O medo possui essa capacidade de

limitar os deslocamentos, deixando circunscrito a uma escala mais reduzida, restrita e com uma preocupação com a segurança mais evidente na cidade. A insegurança delimita os locais por onde deve-se transitar, enquanto outros espaços são negados, contribuindo substancialmente para erigir os territórios da segurança.

Nessa geografia do medo do bairro, a fragmentação do território ganha curso. O território de Casa Forte apresenta-se repartido, devido a esse contexto de topofobias contribuindo para limitar o deslocamento no bairro. Os aparatos análogos a essa realidade, os objetos técnicos de segurança, em paralelo as ruas sem saídas, os vigilantes, os muros materiais e simbólicos como as contenções referentes ao horário, as seis horas da tarde, contribuem para fragmentar as relações na escala do bairro, deixando-as em estilhaços.

Não obstante, a disseminação da segurança e do medo em Casa Forte, os contornos aos muros apresentam-se como espaços da resistência frente a proliferação do medo. A vida de bairro, a relação de compadrio, os encontros entre os moradores do bairro, dentro de relações mais amiúde, contribuem para contornar os muros e a fragmentação erguidos pelo temor urbano. Além do mais, algumas atividades realizadas, nos espaços estranhos, contribuem para descortinar esse invólucro topofóbico em torno desses locais. As ações realizadas pelo “Capibar”, no rio capibaribe remontando um vínculo afetivo com suas margens, com suas águas, provocando “fissuras” nesse muro líquido.

Diante dessas topofobias o enclausuramento de setores mais opulentos da sociedade, com aparatos técnicos em locais fechados para o exteriormente é uma das características espaciais desse momento atual. Com isso, há um evidente aumento do medo urbano, devido às ruas tornarem-se locais vigiados, apenas de fluxo, de passagem, sem a devida à apropriação do espaço. Essa nova urbanidade construída ao redor dos muros materiais e simbólicos reafirma a necessidade de mais segurança, retroalimentando a insegurança e fragmentação espacial.

Observar por cima dos muros, agir nas “brechas das muralhas”, nas suas fissuras, produzida por ações imbuídas por outra lógica que siga além, de mais aparatos técnicos de segurança é uma necessidade, diante de tamanha proliferação desses objetos. Os pontos cegos a vigilância na espessura do bairro, aquele olhar desatento, nas “brechas” dos muros, acontecem em atividades cotidianas, sobretudo, nas comunidades do Poço da Panela e do Monteiro, remontando uma divisão debilitada entre algo que é mais íntimo, privado e o que diz respeito à rua, ou seja,

pertencente a esfera mais pública.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A Condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

Atlas da Violência. Instituto Brasileiro de Pesquisa e Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro. Junho de 2017.

BAUMAN, Z. **Vigilância Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAUMAN, Z. **Confiança e Medo na Cidade**. Tradução Eliane Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BONNEMAISON, J. **Viagem em torno do território**. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Geografia cultural: um século. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 83-131, 2002. s

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2011.

CARDOSO, B. de V. **Todos os olhos: videovigilâncias, voyeurismo e (re)produção imagética**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2014.

CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.

CLAVAL, P. **Terra dos homens: a geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

COSTA, F.A.P da. **Arredores do Recife. Recife**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2015.

COSTA, L. S. **Lugares em Casa Forte: Lugares Onde Residem as Fortalezas dos Lugares**. 2007. Dissertação de (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

COUTO, M. **“Murar o medo”**. In: Conferência de Estoril, 4, 5 e 6 de maio, Portugal, 2011. Disponível em: www.estorilconferences.org/pt Acesso: 15 de maio de 2017.

CRUZ, L. M. da. **Morfologias urbanas do medo: a materialização da (in) segurança em bairros nobres do Recife**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CRUZ, V. do C. **Uma Proposta Metodológica Para o Uso/Operacionalização dos Conceitos na Pesquisa em Geografia**. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos, Crise, Práxis e Autonomia Espaços de resistência e de Esperanças Espaços de Diálogos e práticas. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010.

GOMES, P.C.C. **O silêncio das Cidades: Os Espaços Públicos Sob Ameaça, a Democracia em Suspensão**. Revista Cidades, Presidente Prudente, p.249-266, v.2, n.4, 2004.

GONÇALVES, C. W. P. **“Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades”**. In: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. La Guerra Infinita Hegemonía y terror mundial, 2002.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAESBAERT, R. **Viver no limite - multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos territórios” à Multiterritorialidade**. 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HAESBAERT, R. **Territórios, In-segurança e Risco Em tempos de Contenção Territorial**. In: Póvoa Neto, H., Ferreira, A. Vainer, C., Santos M. (org.) A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond. 2010. p. 537-557.

HALLEY, B. M. **Bairro rural/bairro urbano: uma revisão conceitual**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 577-593, 2014.

HALLEY, B. M. **O Bairro e os Enredos do Lugar**. Geograficidade V. 4, n. 1, Verão, 2014.

HALLEY, B. M. **Dos Moinhos de Açúcar aos Sítios de Arrabaldes: A formação dos Bairros Continentais na Cidade do Recife**. Revista de Geografia, (UFPE) V. 30, No. 3, 2013.

HALLEY, B. M. **Arruando pelo beco: um nome do passado evocado no afeto e no desamor da gente da cidade**. Revista de Geografia, PPGeo (UFJF), v. 2, nº 1, 2012.

JACQUES, P. B. **Elogios aos Errantes: A Arte de se Perder na Cidade**. In: Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais / [Organizadores]: Henri Pierre Jeudy e Paola Berenstein Jacques . Salvador : EDUFBA ; PPG-AU/FAUFBA, 2006.

LEITÃO, L. **Quando o Ambiente é Hostil - Uma Leitura Urbanística da Violência à Luz de Sobrados e Mucambos e Outros Ensaios Gilbertianos**. 2. Ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE – 2014.

LIMA, N.A. **Geografia Cidadã – Contribuindo Para a Emoção Como Categoria de Análise Para a geografia**. In: Maria Adélia Aparecida de Souza (organizadora). Território Brasileiro Usos e Abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.

MELGAÇO, L. **Securização urbana da Psicosfera do Medo a Tecnosfera da**

Segurança. Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP. 2010.

Geografia do Atrito a Dialética Espacial e Violência em Campinas SP. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP.

MENEZES, J.L.M. **Mobilidade urbana no Recife e Seus Arredores.** Recife: Cepe, 2015.

MORAIS, R de. **O que é Violência Urbana.** São Pulo, Editora e livraria Brasiliense,1981.

SÁ, A.J. **Geografia do Direito: As Normas Como Formas Sócio-espaciais.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

SÁ, A. J. “**O ressurgimento dos espaços de cidadania, civilidade e liberdade no Brasil: uma via com saídas nas encruzilhadas dos labirintos das Geografias da Violência e Medo**”. In: SÁ, A.J. de (Org.). *Nas geografias da violência... O renascer dos espaços de civilidade.* Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

SACK, R.D. **O Significado de Territorialidade.** In:Leila Cristina Dias e Maristela Ferrari (Organizadores). 2. Ed. *Territorialidades Humanas e Redes Sociais.*, Florianópolis, 2013.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização do Pensamento único a Consciência Universal.** 22ª ed. Rio de janeiro: Record, 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.A. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI.** Rio de Janeiro, Record, 2006.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa.** Rio de Janeiro: IBAM, 1985.

SAQUET, M.A. **Abordagens e Concepções sobre Território.** 3 Ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, M.A. **Proposições Para Estudos territoriais.** *GEOgraphia* - Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da [Universidade Federal Fluminense](http://www.uff.br). Ano VIII – N.15, 2006.

SERPA, A. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea.** São Paulo, 2ª Reimpressão. Contexto, 2011.

SETTE, M. **Arruar História Pitoresca do Recife Antigo.** 3. Edição. Recife, 1978.

SMITH, N. **Contornos de uma Política Especializada: veículos dos sem-teto e a produção da escala geográfica.** In: ARANTES, Antônio. (Org.). *Espaço da*

Diferença. Campinas: Papirus, 2000.p.132-159.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E, M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SOUZA, M. L. de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. L. de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

SOUZA, M. L. de. **As Drogas e a “Questão Urbana” no Brasil. A Dinâmica Sócio-espacial nas Cidades Brasileiras sob Influência do tráfico de Tóxicos**. In: Iná Elis de Castros; Paulo Cesar da Costa Gomes; Roberto Lobato Corrêa (Org.). Brasil Questões Atuais da Organização do Território. 3ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

SOUZA, M. L. de. **O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista**. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEDRAZZINI, Y. **A Violência das Cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petropolis, RJ: Vozes, 2006.

RÊGO, X.; FERNANDES, L. **As Falas do Medo Convergência Entre as Cidades do Porto e Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 27 N°78, 2012.

RAFFESTIN, C. **Por Uma Geografia do Poder**. Editora Ática S.A, Tradução: Maria Cecília França, 1993.

RIBEIRO, A.C.T. **Pequena Reflexão Sobre Categorias da Teoria Crítica do Espaço: Território Usado, Território Praticado**. In: Maria Adélia Aparecida de Souza (organizadora). Edições Territorial. Território Brasileiro Usos e Abusos. Campinas, 2003.

ROBERT, P. **Sociologia do Crime**. Tradução: Luis Alberto salton peretti. 3.Ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2011.

SERPA, A. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo, 2ª Reimpressão. Contexto, 2011.

SETTE, M. **Arruar História Pitoresca do Recife Antigo**. 3. Edição. Recife, 1978.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E, M. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

TUAN, Y. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VILELA, C. **A emparedada da Rua Nova**. Recife: CEPE editora, 2013.

WACQUANT, L. **As prisões da Miséria**. Tradução André Telles – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ZALUAR, A. **Crime, Medo e Política**. In: Um Século de Favela. Alba Zaluar e Marcos Alvito (Organizadores). 5ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MORRE GINO CESÁR O REPORTE DO BANDEIRA 2. Jornal do Comércio. Recife, novembro de 2015.

PARÓDIA DE HINO DO RECIFOLIA DENUNCIA A ESCALADA DA VIOLÊNCIA NO RECIFE. Diário de Pernambuco. Recife, junho de 2017.